

MUNIER ABRÃO LACERDA

**PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL ENTRE
OS TERENA, NA ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA,
EM CAMPO GRANDE-MS: A OPÇÃO PELO ETNOTURISMO**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2004**

MUNIER ABRÃO LACERDA

**PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL ENTRE
OS TERENA, NA ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA,
EM CAMPO GRANDE-MS: A OPÇÃO PELO ETNOTURISMO**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local – *Mestrado Acadêmico* – À banca examinadora, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Jacob Brand.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2004**

BANCA EXAMINADORA

Orientador - Prof. Dr. Antônio Jacob Brand
Instituição – Universidade Católica Dom Bosco

Prof. Dr. Milton Augusto P. Mariani
Instituição – Universidade Católica Dom Bosco

Prof. Dr. Osvaldo Zorzato
Instituição - UFMS/CEUD – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul /
Dourados

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Norma Abrão
(in memorian) e a toda minha família que sempre
acreditaram no potencial de superação dos seus filhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sempre primeiramente ao Deus deste universo que nos dá a vida e o livre arbítrio para escolhermos os nossos caminhos; ao orientador desse trabalho, Prof. Dr. **Antônio Jacob Brand** por me conduzir a este resultado final, à Profa. Dra. **Cleonice Boulegart** e à Profa. Dra. **Maria Augusta Castilho** pelo incentivo à realização deste mestrado.

À minha esposa **Márcia Regina Soares Pereira** e filhos **Youssef Pereira Abrão** e **Omar Dias Lacerda** que sempre tiveram a paciência nos meus momentos de ausência, em função da necessidade de me retirar para as aulas e para a elaboração desta dissertação.

Ao povo Terena, por meio dos meus amigos, **Hélida ‘Terena’** – Ceramista, **Newton ‘Terena’** e **Enir da Silva Bezerra**, os quais me fizeram ver a dignidade deste povo e que muito contribuíram para a realização desse trabalho.

À Sra. **Maritssa Camargo**, diretora do departamento de turismo do município de Campo Grande e seus estagiários, Wantuir, Amanda, Fernanda e Silvana, pelos preciosos dados sobre o turismo no Memorial da Cultura Indígena.

À minha amiga Profa. **Luiza Vasconcelos** e à Profa. **Ieda Marques de Carvalho**, pelas correções e orientações sobre essa dissertação, que muito contribuiram para o desfecho final do trabalho e, à colega **Anelize Martins**, em nome de todos os demais colegas de mestrado, pelo carinho e companheirismo nos dois anos de trabalhos durante o curso de mestrado.

“Mestre é como um pai que aponta os caminhos aos filhos e os entusiasmam a buscarem o horizonte, com confiança e determinação, sejam quais forem suas dificuldades, sabendo ele, que a sua missão se cumprirá, na alegria e satisfação da vitória dos seus filhos”.

(Rei Num, séc. XXI)

RESUMO

Os Terena são povos indígenas originários dos Aruak, que habitaram diversas regiões da América do Sul, assim como regiões limítrofes do então Estado do Mato Grosso, conhecidas como *Chaco Boliviano* e *Chaco Paraguaio*. Devido a atritos interétnicos este povo se deslocou até o atual Mato Grosso do Sul e se fixou nas proximidades as cidades de Miranda e Aquidauana, vindo a se espalhar por outros estados, inclusive em Mato Grosso e São Paulo, posteriormente. Na Guerra da Tríplice Aliança, contra o Paraguai, os Terena se aliaram ao Brasil e contribuíram muito para a vitória, no entanto, perderam muito de suas terras para as famílias dos militares e fazendeiros que se instalaram na mesma região, após a guerra. Com pouco espaço nas aldeias e condições cada vez mais difíceis de sobrevivência, muitos saíram em busca de oportunidades nas cidades, nas quais, atualmente, vivem em bairros próprios como é o caso do Bairro Marçal de Souza, em Campo Grande-MS, foco da nossa pesquisa. O desenvolvimento local, nesse panorama, é conceituado e analisado sob diversos aspectos, principalmente no que se refere ao território, territorialidade e ao etnodesenvolvimento dos Terena no bairro em questão, procurando verificar as possibilidades e perspectivas representadas pelo turismo, que já acontece no local. Analisando diferentes nichos de mercado do turismo, encontram-se diversas nomenclaturas para designar formas de prática de turismo em áreas indígenas, que tratam da valorização da cultura e desenvolvimento destas sociedades. Assim, há o turismo cultural, o turismo indígena, o ecoturismo, o etnoturismo, entre outros. Nesse aspecto, o mercado de turismo está repleto de opções e convites para a sua prática voltada aos povos indígenas. No entanto, o que acontece é que esta temática está ainda em discussão, pois há pessoas que são a favor e outras que são contra esta prática. Os próprios indígenas, de forma geral, também, estão divididos fente à proposta, apesar de muitos serem a favor, mesmo sem saber o seu real significado e implicações. Não há, portanto, um etnoturismo estabelecido comercialmente e adequado. Encontramos, no entanto, a ocorrência do turismo na aldeia urbana, em Campo Grande, bem como em áreas indígenas da Austrália, onde há um comitê que regula o turismo indígena e, também, na Amazônia Brasileira, que apesar de algumas aldeias não o permitirem, há hotéis se instalando no local. Quanto à FUNAI, órgão brasileiro, proíbe o turismo em área indígena, apesar dele acontecer em diversos locais. A questão central refere-se à pergunta, até onde o etnoturismo, no caso da aldeia urbana – Marçal de Souza, em Campo Grande-MS, pode representar um apoio ao seu desenvolvimento, na perspectiva do desenvolvimento local. Levando-se em consideração a bibliografia consultada e a própria realidade, entendemos que há possibilidades de que isto possa acontecer, desde que haja um planejamento específico para tal e que seja de acordo com a vontade e o protagonismo da comunidade envolvida. Até o momento, o turismo, como uma iniciativa da sociedade ocidental entre os não-índios, tem servido aos seus propósitos, e os Terena, povo indígena analisado, tem interagido com este fenômeno, aprendendo rapidamente os princípios pertinentes e através de artesanato e outras manifestações culturais têm demonstrado capacidade de empreendedorismo, buscando novas alternativas para se manterem neste mercado que pode, tornar-se uma nova e promissora forma de sobrevivência neste mundo globalizado.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Local – Etnoturismo - Indígenas

ABSTRACT

The Terena are indigenous peoples originary of the Aruak, who had inhabited diverse regions of the South America, as well as bordering regions of then been of the Mato Grosso, known as Chaco Boliviano and Paraguayan Chaco. The interethnic attritions take this people to dislocated until the current Mato Grosso do Sul and he fixed in the neighborhoods of Miranda and Aquidauana city, come if to spread for other estates, also in Mato Grosso and São Paulo, later. In the War of the Tríplice Alliance, against Paraguay, the Terena if had united with Brazil and contributed very much to the victory, however, had very lost lands to the families military and farmers whom if they had installed in the same region, after the war. With little space in the villages and more difficult conditions to survival, many had left in search of chances in the cities, in which, currently, they live in proper village as it is the case of the village Marçal de Souza, in Campo Grande-MS, focus of our research. The local development, in this prospect, it is appraised and analyzed under diverse aspects, mainly as for the territory, territoriality and to the ethnicdevelopment of the Terena in the quarter in question, looking for to verify the possibilities and perspectives represented for the tourism, that already it happens in the place. Analyzing different niches of market of the tourism, diverse nomenclatures meet to assign forms of practical of tourism in indigenous areas, that they deal with the valuation of the culture and development of these societies. Thus, it has the cultural tourism, the indigenous tourism, the ecotourism, the ethnictourism, among others. In this aspect, the tourism market is full of options and invitations for directed practical its to the indigenous peoples. However, what it happens is that this thematic one is still in quarrel, therefore it has people that they are the favor and others that are against this practical. The proper indigenous, also, they are divided in front of the proposal, although many to be the favor, exactly without knowing its real meant and implications. It does not have, therefore, a ethnictourism established commercially and adjusted. We find, however, the occurrence of the tourism in the urban village, in Campo Grande, as well as in indigenous areas of Australia, where it has a committee that it regulates tourism indigenous and, also, in the Brazilian Amazônia, that although some villages not to allow it, it has hotels if installing in the place. How much to the FUNAI, Brazilian agency, no is allowed the tourism in indigenous area, despite it happening in diverse places. The central question mentions the question to it, until where the ethnictourism, in the case of the urban village - Marçal de Souza, in Campo Grande-MS, it can represent a support to development, in the perspective of the local development. Taking in consideration the consulted bibliography and the proper reality, we understand that they has possibilities of that this can happen, since that they has a specific planning for such and that they in accordance with the will and the protagonism of the involved community. Until the moment, the tourism, as an initiative of the society occidental person between the not-indigenous, it has served to its intentions, and the Terena, analyzed indigenous people, they has interacted with this phenomenon, having learned quickly the pertinent principles and through cultural handcraft and other manifestations they have demonstrated entrepreneur capacity, searching new alternatives to remain heself in this market that can, to become a new and promising form of survival in this global world.

Key words: Local Development - Ethnictourism – Indigenous

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1. OS TERENA.....	16
1.1 MODO DE VIDA DO TERENA EM MATO GROSSO DO SUL.....	27
1.2 OS TERENA NO BAIRRO MARÇAL DE SOUZA, EM CAMPO GRANDE.....	32
CAPÍTULO 2. O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	38
2.1 TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE DOS TERENA.....	46
2.2 ETNODESENVOLVIMENTO E A COMUNIDADE INDÍGENA TERENA DO BAIRRO MARÇAL DE SOUZA.....	53
CAPÍTULO 3. O TURISMO.....	63
3.1 O TURISMO EM ÁREAS INDÍGENAS – EXPERIÊNCIAS.....	70
3.1.1 O turismo entre os Terena no bairro Marçal de Souza.....	75
3.2 A CULTURA E O TURISMO.....	82
CAPÍTULO 4. AS PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DO ETNOTURISMO NO BAIRRO MARÇAL DE SOUZA.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
ANEXO(S)	108

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de pesquisa cujo objetivo foi analisar as perspectivas de desenvolvimento local no Bairro Marçal de Souza, em Campo Grande-MS, onde vivem os índios Terena, fazendo uma análise da opção pelo etnoturismo, como uma forma de incentivo ao processo de desenvolvimento. Neste sentido, queremos observar que os demais assuntos que orbitam em torno do tema central são trazidos aqui como introdução para ambientar a reflexão, voltada ao desenvolvimento local. Coloca-se, desta forma, pois o tema indígena e turismo é bastante discutido em diversos textos acadêmicos, livros e periódicos. Sobre os Terena, há diversas publicações que abordam os mesmos, direta ou indiretamente, e sobre o Bairro Marçal de Souza, as informações já publicadas nos parecem suficientes para subsidiar outros trabalhos. O que esta monografia traz de novidade são as discussões sobre as perspectivas do desenvolvimento local, analisando o turismo que já acorre no local, sem qualquer planejamento estratégico e científico, como uma das opções.

Anteriormente, em nosso projeto de pesquisa, tínhamos como intenção analisar em primeira instância o turismo entre os Kaiowá/Guarani na reserva indígena de Dourados, mas mudamos para análise dos Terena, em função de que os mesmos são os que mais interagem com o turismo e têm mais facilidade de comunicação. Chegamos a iniciar o trabalho em Dourados, produzindo artigos científicos e, ainda, participamos de eventos relacionados ao tema. Em função de alterações no plano de vida pessoal, decidimos desenvolver o trabalho em Campo Grande, no bairro Marçal de Souza, também, entre os Terena, mas desta vez, de acordo com orientações, enfocamos, primeiramente, o processo de desenvolvimento local entre os índios e, em segundo plano, o fenômeno do turismo. Entendemos que toda e qualquer proposição de atividade em comunidades indígenas deve, primeiramente, passar pela análise de valores subjetivos, como, identidade, espaço, territorialidade, laços comunitários, capital social, rede de interações e outros, que são importantes para que o desenvolvimento local

aconteça pois são os suportes para os processos de desenvolvimento, como por exemplo o turismo, de interesse dos Terena.

Os registros da pesquisa foram realizados entre o período de março de 2003 até agosto de 2004, levando-se em conta, ainda, experiências anteriores, desde 1989, data em que se deu o início dos contatos voltados a um projeto de educação ambiental, deste pesquisador com os Terena. Essa prática anterior se deu através de mecanismos do turismo, como visitação nas aldeias em áreas rurais e urbanas, bem como apresentações culturais nas escolas da cidade, através de uma ONG, In Natura-Science, da qual fizemos parte.

A trajetória de trabalho do autor teve início em sua faculdade de biologia, na UFMS, na década de 80, quando optou pelo trabalho de educação ambiental, mesmo ainda como acadêmico, oportunidade em que conheceu o trabalho da professora. Nicea Wendel de Magalhães (ECO – uma Organização Não Governamental), que vindo ao Pantanal sul-mato-grossense, acompanhada de 70 estudantes, do estado de São Paulo, mostrou-se exímia conhecedora da nossa realidade e entusiasmante educadora ambiental.

Vendo a necessidade de levar, também, aos estudantes sul-mato-grossenses as noções básicas sobre meio ambiente e ecologia, além de incentivar os demais colegas, principalmente os que vivem aqui, pois temos a responsabilidade de conhecer e lutar pela conservação e preservação desse patrimônio da humanidade, que se encontra sob nossa tutela, deu-se início a um projeto de educação, que levou dezenas de alunos do ensino fundamental e médio a viajarem para conhecer o Estado de Mato Grosso do Sul.

A partir de 1995, deu-se início a outro projeto pessoal, que envolveu a formação acadêmica, principalmente, quando fez o curso de pós-graduação em turismo e lazer (UCDB) e outro em ciências ambientais (UNIDERP), buscando aperfeiçoar-se e voltar-se à licenciatura nas universidades, com o interesse de discutir e contribuir, a partir das experiências concretas vividas e, também, no mercado profissional de turismo, o qual dava pouca importância às pesquisas acadêmicas.

Uma das experiências marcantes ocorreu quando procuramos desenvolver o turismo indígena, voltado não só à valorização da cultura, mas, também, para o desenvolvimento econômico e social dessa população. Para dar início a esse trabalho contamos com a colaboração dos índios Newton Terena, Hélida Terena e outros, que em conjunto, formaram um grupo folclórico, na expectativa de promoveram apresentações. Após contatos com as escolas, esse grupo se apresentava e mostrava a cultura Terena, através da dança do bate-pau, da confecção de artesanato em argila, de palestras, da pajelança e das plantas medicinais. Depois de algumas apresentações culturais, deu-se início à visitação nas

aldeias: Limão Verde, em Aquidauana, Cachoeirinha, em Miranda e Buriti, em Dois Irmãos do Buriti. O trabalho desenvolvido seguia uma proposta pedagógica que se iniciava no preparo dos alunos na escola, na qual professores discutiam primeiramente, sobre o que pensavam a respeito dos índios, contribuindo com recomendações, principalmente no que diz respeito às diferenças culturais e suas manifestações e ao modo de vida dos índios.

Na aldeia visitada, os alunos se distribuíam em grupos pequenos e eram acompanhados por um monitor indígena, visitando as plantações, casas, igrejas e tudo mais que fosse autorizado pelos indígenas. Procurava-se, sobretudo, naquele trabalho, mostrar o modo de vida dos índios, os seus valores, suas tradições, na tentativa de promover discussões relacionadas ao preconceito.

O interesse pelo Bairro Marçal de Souza se deve ao fato de que é o primeiro bairro no Brasil construído pelo poder público, especialmente para abrigar indígenas Terena. Localizados em meio à cidade, têm o desafio de procurar meios de subsistência diferentes dos disponíveis na aldeia de origem, em função da ausência completa de recursos naturais, entre outras dificuldades.

No capítulo 1, descrevemos fatos relativos à história do povo Terena, narrando sua origem e êxodo, sua participação na guerra do Paraguai e seu trajeto até a extinção do SPI – Serviço de Proteção ao Índio, em 1967, buscando contribuir para análise posterior da questão sobre o território indígena.

Registraramos depoimentos sobre o modo de vida enquanto viviam em suas aldeias pelo interior do Estado, no interesse de contrastar com o seu modo de vida atual, que passou e passa por profundas modificações sociais. Anotamos algumas passagens sobre os Terena, em Campo Grande, que vieram de diversas aldeias, sendo aqui denominados, inicialmente, por índios desaldeados, até se fixarem na área na qual hoje se encontra o Bairro Marçal de Souza, onde alguns admitem que a vida também não é tão fácil para eles, assim como nas aldeias, apesar de preferirem viver mesmo na cidade.

O capítulo 2 traz a conceituação e discussão do tema central, desenvolvimento local, buscando investigar de que forma o mesmo poderá se processar em face às questões próprias da condição do bairro em estudo. Destacamos parte da história do território dos Terena, que aponta para processos de desterritorialização e reterritorialização, observando que a luta pela terra tem significado máximo na cultura e na vida para eles, retratando aspectos da territorialidade, onde os espaços são mínimos, mas a vida acontece e as relações se fazem, permitindo visualizar que ali moram os índios Terena. O capítulo trata, ainda, do etnodesenvolvimento e a comunidade indígena Terena. Nele são analisados conceitos e se

observa como os Terena utilizam o capital social e a cultura para sobrepujarem suas dificuldades.

No capítulo 3, discute-se questões relacionadas ao turismo, nas quais esboçamos um pouco da história, significados, segmentos de mercado, para possibilitar uma melhor análise sobre o fenômeno em áreas indígenas. Discute-se, também, as experiências entre os índios e a sociedade capitalista, observando que a relação se dá em todo o mundo, com poucas situações de organização e benefícios diretos aos índios. Apresentamos, também, a discussão do turismo no Bairro Marçal de Souza, no qual ocorrem manifestações culturais e atividades no Memorial da Cultura Indígena. E, para finalizar este capítulo, a cultura e o turismo são abordados na perspectiva do modo de vida dos Terena, tentando analisar as manifestações culturais no interesse do turismo.

No capítulo 4, analisamos as perspectivas do desenvolvimento local através da opção do etnoturismo, verificando, ainda, que existem assuntos correlatos, que se integram aos dois principais, de forma a interferirem em seus resultados, como a ação dos agentes locais e a metodologia dos projetos voltados ao mesmo interesse.

Na metodologia, além da pesquisa bibliográfica, utilizamos também a pesquisa eletrônica, através da Internet, buscando reunir informações aí registradas sobre turismo indígena e denominações correlatas.

Para a pesquisa bibliográfica sobre questões indígenas, utilizamos alguns autores, que por seus estudos e envolvimento com a questão indígena nos forneceram indicações pertinentes ao trabalho. Assim, analisamos e interpretamos, principalmente, os relatos de Roberto Cardoso de Oliveira que é Doutor em Ciências (Sociologia) pela Universidade de São Paulo e Licenciado em Filosofia pela mesma Universidade. Foi Etnólogo do Museu do Índio, Antropólogo do Museu Nacional, Pesquisador-Conferencista do CNPq, Pesquisador-Associado na Universidade de Harvard, Professor de Antropologia da UNB. Foi, ainda, criador e primeiro Coordenador dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional(UFRJ) e da UNB; Alfredo Saganzerla que nasceu em Porto Alegre-RS, foi seminarista e ordenou-se em 1965, licenciado em Filosofia e Letras, em Ijuí-RS, cursou Teologia, licenciou-se e doutorou-se em História da Igreja na Escola Gregoriana de Roma, foi ainda professor de filosofia e educação, recentemente esteve a frente de projetos missionários junto aos Terena na cidade de Sidrolândia em MS e foi quem deu início a formação do Programa Terena, hoje, reativado e instalado na UCDB; Olívio Mangolim, que através do CIMI/MS (Conselho Indigenista Missionário do Mato Grosso do Sul), escreveu “Povos indígenas no Mato Grosso do Sul”, no qual trata sobre as condições de vida de diversas etnias,

inclusive a Terena; Odália da Conceição Deniz Bianchini, uma sul-mato-grossense de Aquidauana, que se doutorou em História pela Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Rio de Janeiro, com sua tese publicada em livro: “A companhia Mate Laranjeira e a ocupação da Terra do Sul de Mato Grosso (1880 - 1940)”, publicada no ano de 2000, forneceu preciosos dados sobre a ocupação do espaço indígena durante e após a guerra do Paraguai; Cláudio Alves de Vasconcelos, que editou a obra: “A questão indígena na província de Mato Grosso. Conflito, trama e continuidade”, publicada no ano de 1999, contribuiu através de relatos de passagens de situações que viveram os Terena, no processo de colonização do Estado; Circe Maria Bittencourt e Maria Elisa Ladeira, que em conjunto escreveram a obra: “A história do Povo Terena”, publicada no ano de 2000, foi bastante significativa, em função do aspecto didático da obra e da seqüência cronológica dos fatos. Ladeira teve sua tese de doutoramento defendida sob o título *Análise sociolinguística em um grupo Terena*, pelo Programa de Antropologia Social da USP, em 2001; Gilberto Azanha, mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, Consultor Técnico do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), foi responsável pelo GT (Grupo Técnico) 553/FUNAI, que teve por missão realizar levantamentos preliminares com vistas ao reestudo dos limites das terras indígenas Cachoeirinha, Taunay e Buriti, em Mato Grosso do Sul; Antônio Carlos da Souza Lima, professor adjunto de Etnologia, departamento do Museu Nacional/UFRJ, pesquisador do CNPq. Maria Barroso-Hoffmann, mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/DA/Museu Nacional, pesquisadora associada do DA/Museu Nacional. Para a pesquisa sobre desenvolvimento local, utilizamos entre outros: Vicente Fidelis de Ávila, Doutor em Política e Programação do Desenvolvimento pela Universidade de Paris I/ Panthéon-Sorbonne, França, mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Itália, licenciado em Filosofia Pura e Pedagogia, docente dos programas de mestrado em Educação/Formação de Professores e em Desenvolvimento Local na UCDB; Mahbub Ul Haq, paquistanês, trabalhou para o governo do Paquistão como economista-chefe da Comissão Nacional do Planejamento, escrevendo sobre planejamento econômico para o desenvolvimento do país, na década de 60 e que após mudar-se para os Estados Unidos da América, trabalhou para o Banco Mundial, na década de 70, em Washington; Cleonice A. Lê Boulegart é professora, Doutora pela UNESP, geógrafa, coordenadora do mestrado em desenvolvimento Local da UCDB. Sobre turismo, pesquisamos as obras de: Álvaro Banducci Jr, antropólogo, mestre em antropologia social pela USP e professor do curso de ciências sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Margarita Barreto, bacharel em turismo pela PUC-Campinas, é doutora em Ciências Sociais aplicadas à Educação pela UNICAMP e professora na Fundação

Universidade Regional de Blumenau (Furb); Rodrigo de Azeredo Grunewald, mestre e doutor em Antropologia Social, professor adjunto de antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); José Vicente de Andrade professor titular do instituto cultural Newton Paiva. Ireleno Porto Benevides, é professor da Universidade Federal do Ceará, doutor em Geografia Humana pela USP; Adyr Balastreri Rodrigues, é professora do depto. de geografia da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e Mario Carlos Beni, que é professor graduado em engenharia civil e direito, mestre em ciências sociais, doutor e livre-docente em turismo, leciona há mais de 27 anos no turismo, é professor dos cursos de mestrado e doutorado da Escola de Comunicação e Artes da USP, freqüentou cursos de extensão universitária na Universidade de Cornell, Nova York, Universidade de Tóquio, Universidade de Aix-em-Provence, nos Centros de Estudos turísticos de Turim e Madri, é importante colaborador de periódicos de turismo no Brasil e exterior e, editor associado dos Annals of Tourism Research, da Wiscosin, University e pertence à International Academy of Tourism.

Em campo foram realizados duas técnicas de pesquisas, uma, através de questionários semi-estruturados, junto a alguns órgãos públicos, departamento de turismo e FUNAI, e outra, através de entrevistas na própria comunidade dos índios Terena, aplicadas por intermédio da colaboração do Sr. Daniel da Silva Bezerra, morador do bairro e Claudete, atendente no Memorial da Cultura Indígena, cujos documentos encontram-se em anexo. Usamos, também, a pesquisa através de relatos da liderança local, representada pela Sra. Enir da Silva Bezerra, assim como de outras pessoas da comunidade, através de perguntas e respostas. No entanto, através da observação direta, durante dez anos de contatos com os Terena e o desenvolvimento de trabalhos de educação ambiental e turístico, registrados em fotografias e filmes, em diálogos com os índios Terena, foi possível conhecer um pouco da sua cultura e das suas necessidades sociais.

As análises e os resultados foram sendo apresentados simultaneamente. Os dados quantitativos foram tratados e ensejaram sua demonstração em quadros e os dados coletados, tanto bibliográfica quanto eletronicamente, foram relevantes para melhor compreensão do tema abordado.

O trabalho se justifica na medida em que se analisa a perspectiva de desenvolvimento local, através da opção do turismo, que já acontece no bairro em estudo sendo relevante fazermos observações sobre a forma de organização dessa iniciativa, que poderia, quem sabe, contribuir com a autonomia financeira necessária aos índios e à

revitalização da cultura, para que, efetivamente, se possa alcançar o desenvolvimento a partir da valorização do seu próprio espaço de vivência, do seu território e do seu lugar.

CAPÍTULO I

OS TERENA

Nesse capítulo, descrevemos fatos relativos à história do povo Terena, até a extinção do SPI – Serviço de Proteção ao Índio, em 1967, sendo que o nosso propósito é construir um pano de fundo para uma análise posterior do processo de desenvolvimento local e a implementação e aproveitamento do turismo já existente no Bairro Marçal de Souza, em Campo Grande-MS, foco do nosso interesse.

Os índios Terena não deixaram a sua história gravada em texto, mas sim através da sua cultura artesanal e oral. Segundo Brand (1994:34), “a história oral é entendida como a adoção de técnicas de recuperação, registro e interpretação das evidências orais ou das memórias individuais ou coletivas, transmitidas oralmente” e Bourlegat (2000:15), acrescenta, que “as narrativas orais resgatam, valorizam e transmitem, de uma geração a outra, as experiências coletivas do passado”¹. É assim, então, que através de relatos e histórias, louças de argila, da tecelagem e de outros instrumentos do dia-a-dia, que conseguimos decifrar um pouco da vida deste povo. Os mais velhos contribuíram com suas histórias, contadas de pais para filho. A história dos índios Terena, no entanto, segundo Vasconcelos (1999), confunde-se, ao menos em sua fase contemporânea, com a história da ocupação brasileira no sul do Estado de Mato Grosso.

Os Terena pertencem ao tronco lingüístico Aruak, assim como os Laiana e Kinikinau. Os Aruák centravam-se nas regiões das Antilhas, no norte do Brasil, no interior da

¹ A transmissão de sua cultura se dá, ainda, através de seus manufaturados.

América do Sul, nas planícies Colombianas e Venezuelanas, chegando até os varjões do Equador (MANGOLIM, 1993)².

Segundo a narração de professores Terena da Aldeia Cachoeirinha, em MS, assim se deu a criação de seu povo (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000:22):

havia um homem chamado Oreka Yuvakae. Este homem ninguém sabia da sua origem, não tinha pai nem mãe, era um homem que não era conhecido de ninguém. Ela andava caminhando no mundo. Andando num caminho, ouviu grito de passarinho olhando como que com medo para o chão. Este passarinho era o bem-te-vi.

Este homem, por curiosidade, começou a chegar perto. Viu um feixe de capim, e embaixo era um buraco e nele havia uma multidão, eram os povos Terenas. Estes homens não se comunicavam e ficavam trêmulos. Áí Oreka Yuvakae, segurando em suas mãos tirou eles todos do buraco.

Oreka Yuvakae, preocupado, queria comunicar-se com eles e ele não conseguia. Pensando, ele resolveu convocar vários animais para tentar fazer essas pessoas falarem e ele não conseguia.

Finalmente ele convidou um sapo para fazer apresentação na sua frente, o sapo teve sucesso, pois todos esses povos deram gargalhados, a partir daí eles começaram a se comunicar e falaram para Oreka Yuvakae que estavam com muito frio.

Vindos do Chaco Boliviano e Paraguai, os Terena, devido à pressão de outros colonizadores e guerras intertribais, foram se deslocando para o sul do Mato Grosso, no qual se fixaram, próximos aos rios Miranda e Aquidauana. Na década de 30, um grupo foi transferido para a Região de Bauru-SP, indo morar junto com povos Kaigang e Nhandeva (Guarani). Outro grupo se fixou em Rondonópolis (VARGAS, 2003).

Os períodos mais importantes para entender a história dos Terena são: os tempos antigos, tempos de servidão (período do pós-guerra do Paraguai – 1864 a 1870) e os tempos de demarcação de terras. O primeiro se refere ao êxodo do Êxiva, região além do Rio Paraguai, em direção à Bolívia e Paraguai – conhecida como Chaco, período em que eram agricultores e tinham pacto de não-agressão com os portugueses e índios Guaicuru. O segundo período, tempos de escravidão, foi marcado pela perda de suas terras, para os “brancos” que chegaram aqui no Mato Grosso do Sul, no período pós-guerra, para plantar e criar gado. O terceiro momento ainda está se fazendo e corresponde a um período de

² As demais grandes famílias lingüísticas que formavam o povo nativo no Brasil eram os Tupi-Guarani, Pano e Jê, além de outros grupos lingüísticos menores.

demarcação de terras, no qual o contato maior com o “homem branco”³ tem alterado profundamente o modo de vida dos Terena (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000).

No Éxiva, o tronco lingüístico Aruak, denominado Guaná, tinha diversos subgrupos: Layana, Etelenoe, Kinikinaua, Neguecatemi e Hechoaladi. Todos, posteriormente, são denominados Terena (VARGAS, 2003). Além dos Guaná, também, havia outras nações como os Guarani e Guaicuru, sendo o último, no Brasil, representado pelos Kadwéu, que moram no sudoeste do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

No século XV, quando se iniciaram as grandes expedições européias, imbuídas pelo desejo de descoberta de terras ricas em metais preciosos, valorizados pela sociedade mercantilista daquela época, deu-se início, na verdade, ao processo de extermínio das populações indígenas das Américas, pois foram para cá que se aventuraram portugueses e espanhóis em busca das minas de prata e ouro.

Os europeus estabeleceram os primeiros contatos com os Guaná no início do séc. XVI, quando vieram em busca de prata. Espanhóis e Portugueses conquistaram os territórios dos índios Guaná, Guaicuru e Guarani. A partir de então, a vida dos povos indígenas desta região jamais seria a mesma. Vários personagens rondaram esta vastidão de terra, tida pela coroa Portuguesa e Espanhola, como sendo ‘terra de ninguém’. Os colonos eram incentivados a se fixarem nas terras, os jesuítas formavam as suas reduções, na expectativa de catequizar o índio, que os bandeirantes caçavam para vender como escravos (TOLENTINO, 1986).

No século XVI, em 1516, o espanhol Juan Dias Solís fez a descoberta do “Mar Del Plata”, estuário da Bacia Platina e, em 1519, Fernando de Magalhães descobriu o Estreito de Magalhães, passagem entre os oceanos Atlântico e Pacífico, pela América do Sul (MARTINS, 1992).

Juan Dias Solís, no entanto, tem uma história curiosa que culminou com o início dos choques entre as culturas indígenas do interior do continente e a cultura européia. Este aventureiro espanhol foi morto pelos índios Charrua na costa do Uruguai, fato que deu margem às primeiras informações sobre minas de prata na região com consequente aumento do fluxo de novos aventureiros em busca do mito do Eldorado. Os sobreviventes companheiros de Juan voltaram para a Espanha, enquanto outros naufragaram na região onde hoje é Santa Catarina – Brasil (Ibid.).

Fizeram contato com índios Carijó, do grupo lingüístico Guarani, os quais usavam adornos de prata que, provavelmente, tinham sido objetos de troca com outras aldeias que

³ O termo “homem branco” ou “brancos” é a forma usual pela qual os índios denominam os não-indios, originários de civilizações européias e outras.

dominavam a metalurgia de metais. Um dos naufragos, um português chamado Aleixo Garcia, aproveitando-se da amizade e confiança dos índios, acendeu o mito da terra “prometida”, e organizou uma expedição para achar as minas de prata, que estavam entre os Incas. Em 1524, seguiram, então, com milhares de Guarani, pela lendária trilha do Peabiru⁴, sendo Garcia o primeiro europeu a adentrar em terras sul-mato-grossenses. Cruzou o planalto sul-mato-grossense, passou pelo Pantanal, rio Paraguai e nas imediações do que hoje é a cidade de Corumbá. Seguiu pelo chaco boliviano, deu combate a índios hostis, até chegar a base da cordilheira dos Andes (MARTINS, 1992).

Descobertas, as aldeias dos Incas foram saqueadas. Os índios que acompanhavam a expedição, chegando às margens do Rio Paraguai, assassinaram Aleixo Garcia por tê-lo maltratado durante a viagem. Este fato culminou com o início das grandes expedições que adentraram no território dos Terena e outras nações, promovendo o extermínio de muitas etnias, fato citado em estudos por Martins (1992:27): “Independente do relativo fracasso da epopeia de Aleixo Garcia, a mesma contribuiu enormemente para alimentar a expectativa ibérica de encontrar as mitológicas riquezas que justificavam a conquista e colonização desta porção do território sul-americano”.

Esses fatos que, aparentemente, estão longe da nossa realidade, representam o início das relações do ocidente com a nação Terena, muitos dos quais hoje vivem em Campo Grande, como desaldeados⁵ em bairros e em outros locais de permanência temporária como abrigos.

Devido à disputa de terras e por metais preciosos, desejados pelos espanhóis e portugueses, devido também a disputas intertribais, na região do Chaco, no séc. XVIII, os Terena acompanharam os Guaicuru em busca de novas terras, no que hoje é o Mato Grosso do Sul, região de Miranda e Aquidauana, sendo que os Guaicuru (Kadwéus) ficaram na Serra da Bodoquena.

A introdução do gado bovino, no início do séc. XVIII, encontrou no sul condições climáticas e ecológicas propícias a sua reprodução e proporcionou a fixação da população em torno das grandes fazendas de criação. Foi, portanto, o criador, acompanhando o seu rebanho, no ciclo da criação de gado, no Brasil, quem deu início ao povoamento dessa parte do sul de Mato Grosso. O rebanho foi o elemento fixador (TOLENTINO, 1986).

⁴ É uma rota milenar utilizada pelos indígenas, que unia o Oceano Atlântico ao Pacífico, passando por Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e depois Paraguai, Bolívia e Peru, conhecida como Caminho de Peabiru.

⁵ Índios desaldeados eram considerados aqueles que viviam fora das áreas demarcadas para o usufruto indígena pelo Governo brasileiro. Hoje esse conceito vem sendo questionado pelos próprios índios que preferem a denominação de “índios urbanizados”.

Quanto à ocupação do sul do então estado de Mato Grosso, Bittencourt e Ladeira (2000) afirmam que várias povoações foram fundadas pelos portugueses nessa época: Cuiabá (1727); Forte de Coimbra (1775), Forte Dourado e Presídio de Miranda (1778).

Inicia-se, então, um processo de ‘invasão’ do ‘homem-branco’ nas terras do sul do Mato Grosso, a partir das navegações, pelo rio Paraguai, conforme afirma Bianchini (2000:58): “nos meados do século XIX, com a abertura da navegação do rio Paraguai ao comércio internacional, a colonização no sul de Mato Grosso, ainda que de forma não muito intensiva, começou a alijar os índios Terena de suas terras e começaram a ser ameaçados de completa destribalização”. Processo esse que culminou numa nova formatação do território indígena, em nosso Estado, conforme mapa na página 59. Sendo, no entanto, que ocorreram vários acontecimentos para essa configuração, ou seja, em última análise, para a perda do território ocupado pelos Terena.

Dentre os vários acontecimentos, há indicações de que um dos processos que contribuiu para a idéia de aldeamento foi a formação das missões jesuíticas, que tinham como propósitos a catequização, que apesar de em certo período não fixar definitivamente o índio. Observou-se que o processo era benéfico aos objetivos da Igreja e do Estado, porque índios catequizados davam menos trabalho e podiam ser usados como mão-de-obra. Os aldeamentos, também, foram colocados em pontos estratégicos para contribuir com a segurança nacional. O jurista Pimenta Bueno, governador da província de Mato Grosso, em 1937, ressaltou que a catequese era um recurso fundamental para minimizar os problemas que afligiam a região, referindo-se aos conflitos entre índios bravos, que por um lado impediam o processo de colonização mais rápido e os conflitos contra os paraguaios, na área de fronteira do Brasil, que recém travara uma guerra contra a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai). O modelo ideal para o então governador seria o de “catequese e civilização”, mas, no entanto, era contra o aldeamento. Acreditava que a catequese religiosa era a solução, até que conseguiu do governo central a vinda de padres italianos capuchinhos, através do Decreto Imperial nº 285, de 21 de junho de 1843, retomando a idéia, então, das missões entre os índios (VASCONCELOS, 1999).

Com o passar dos anos, houve uma Regulamentação (Decreto 426, de 24/07/1845) acerca das missões de catequese e civilização dos índios, que determinava que houvesse um missionário nas aldeias novamente criadas, ou entre os índios errantes. Os padres teriam como missão as funções de instrutor religioso, de controlador estatístico dos índios e de educação, mas, no entanto, havia dificuldades para achar uma pessoa com as

características necessárias para ser o diretor geral, para coordenar essas aldeias formadas (Ibid.).

Em 1846, foi criada a Diretoria dos Índios da Província de Mato Grosso, sendo que seu presidente, Gomes Jardim, admitiu as dificuldades em manter o regulamento das missões. As atribuições do diretor eram desde a distribuição de terras, indicação de construção de escolas e de implementação de forças militares. Em 1849, o presidente da província, major Joaquim José de Oliveira, entendia que tal tipo de aldeamento não traria qualquer vantagem ao Estado, acreditando que este trabalho seria mais bem feito por um jesuítico, que poderia ser o diretor, pastor espiritual, mestre e amigo dos índios (Ibid.).

Augusto Leverger, vice-presidente da Província de Mato Grosso, na época, influenciou muito os novos rumos que tomariam os Regulamentos das Missões, onde em seu Art. 1º, parágrafo 36, explicitava-se que competia ao Diretor Geral de Índios propor ao governo imperial, diretrizes especiais para o regime de aldeias. Em 1857, foi publicado o Regulamento das Colônias Indígenas – Províncias do Paraná e Mato Grosso, com o objetivo de aldear os índios para orientar a catequese nas colônias, para facilitar a navegação fluvial na Bacia do Rio Paraná, entre as duas províncias. No regulamento, também, havia orientações para a demarcação de terras para as residências, capelas, plantações dos índios, moradias separadas para o missionário diretor, o administrador, os escravos africanos e para os empregados trabalhadores, construções para depósitos, celeiros, quartel e prisão. Dos regulamentos de 1845 a 1857, a tática da catequese não mudou, mas o missionário passou a ser a autoridade máxima na aldeia. No entanto, esse tipo de aldeamento não estava dando certo, sendo que o início da Guerra contra o Paraguai, a partir de 1864, se deu na fronteira do Brasil, justamente, onde se encontravam as colônias indígenas, coordenadas pelos capuchinhos, oportunidade em que se evidenciou a intenção de se contar com os índios e as aldeias para a defesa nacional, na linha de fronteira (Ibid.).

As antigas idéias defendidas por Caetano Pinto Montenegro, de aldeamento de índios na região das fronteiras ameaçadas, foram novamente cogitadas como forma de organizar uma força capaz de frear a expansão estrangeira. O governo Brasileiro, em 1857, ordenou, então, a formação de oito colônias indígenas, quatro no Paraná e quatro no Mato Grosso, todas na fronteira.

Após a Guerra do Paraguai, os índios se dispersaram e algumas aldeias foram dizimadas, fracassando, naquele momento, a idéia do aldeamento como modelo de “catequese e civilização” (VASCONCELOS, 1999).

Um outro processo que contribuiu para a perda das terras dos Terena foi a Lei de Terras, de 1850, que permitiu a comercialização das terras ocupadas, no interesse de colonizar, definitivamente, o oeste brasileiro. O próprio império brasileiro, um mês após a promulgação da referida lei, mandava incorporar como terras devolutas as terras dos índios que já não viviam em aldeamentos. O governo de Mato Grosso buscou de diversas formas colonizar as terras ao sul do então Estado de Mato Grosso, julgando-as devolutas. Implantou Colônias Militares, promoveu a imigração através do Estado e de empresas particulares, mas sempre com resultados de pouca expressão (BIANCHINI, 2000).

A guerra do Paraguai foi um marco para os Terena, que lutaram ao lado dos brasileiros, servindo com provisões o exército e procurando salvaguardar seus territórios. No entanto, foi um episódio decisivo para o desmantelamento total dos territórios indígenas, e onde muitos morreram em combate ou pela doença da cólera.

Os portugueses, ardilosamente, deram patentes militares aos índios para conquistar a sua amizade e, também, trocavam objetos de metais por produtos cultivados pelos mesmos. Os Guaicuru, depois de muitas lutas, acabaram por assinar um tratado, submetendo-se à Coroa Portuguesa. Os Terena, não precisando mais do apoio dos Guaicuru, aumentaram suas relações com os portugueses, principalmente após a independência do Brasil .

Após a Guerra, começou o tempo de servidão, que é lembrado nos relatos do povo das aldeias (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000:78):

naquela época os Terena se encontravam fora de sua aldeia, trabalhando nas fazendas em condições de quase escravidão. Trabalhavam quase sem remuneração e muitas vezes os fazendeiros simulavam o acerto de contas e diziam, aproveitando-se dos índios: ‘você ainda está devendo, portanto tem que trabalhar mais um ano’. E a cada acerto de contas eles repetiam o mesmo.

E, ainda, suas terras foram loteadas entre soldados e fazendeiros que chegavam na região para assegurar ao governo brasileiro a posse da terra em nome do Estado (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000). Sobre o episódio da Guerra do Paraguai, destacamos a análise de Martins (1992:46):

o resultado foi desastroso para essas populações. Sofreram uma redução drástica em seus contingentes, atingida pelos combates ou pelas enfermidades trazidas pelos exércitos adversários. Seu território foi substancialmente loteado entre os remanescentes da guerra que permaneceram na região.

Os Terena imaginavam que após tanto sangue derramado para livrarem as terras dos paraguaios, teriam o direito a ela. Mas não foi isso o que aconteceu. Não bastasse a guerra, que lhes tomara a oportunidade de retorno ao seu território: “em dezembro de 1882, o Governo Imperial, baixava o Decreto n. 8.799, concedendo ao cidadão Thomaz Laranjeira o direito de explorar os ervais situados no cone sul de Mato Grosso” (BIACHINI, 2000:83). Inicia-se uma epopéia, que é um capítulo à parte, pois apesar de ter empregado, amplamente, a mão-de-obra dos índios Guarani, não deixou de percorrer terras que pertenciam aos Terena e, por consequência, invadir o seu espaço, tirando-lhes a autonomia, caracterizando as terras como devolutas.

A ação da Cia Matte Laranjeira facilitou o avanço das cidades, que já surgiam em meio ao território indígena, conforme afirma Bianchini (2000:215):

alguns desses municípios do sul já existiam anteriormente à exploração da erva-mate, mas muitos não passavam de núcleos de aldeamentos indígenas, fazendas isoladas de gado, presídios, fortins, caso de Miranda, por exemplo. Todavia, o impulso tomado por essas localidades, em termos, deveu-se à exploração ervateira.

Dessa forma, a exploração do mate contribuiu para a tomada das terras dos Terena, na medida em que cidades foram surgindo, impulsionadas pela força do comércio do mate, aumentando e ampliando os espaços urbanos.

Segundo Bittencourt e Ladeira (2000), ainda no tempo da servidão, em 1900, no período da República, o Governo decide instalar linhas telegráficas de Cuiabá até a fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Para coordenar essa ação, foi convidado o Sr. Cândido Mariano da Silva Rondon, o qual, em 1904, chamou os índios Terena para trabalharem na obra. No ano seguinte, estes também participaram da construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, entre Bauru-SP e Corumbá-MS, com o propósito de integrar a região ao resto do país. Essa iniciativa contribuiu para a tomada do território dos índios pelos não-índios e a desintegração social das aldeias Terena.

Em 1910, por meio do Decreto nº 8.072, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), para coordenar as ações do governo junto aos índios (BRAND, 2004), sob a orientação do marechal Rondon, que esteve à frente da Comunicação das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas. As diretrizes deste órgão eram: “pacificar o índio arredio e hostil para permitir o avanço da civilização nas zonas pioneiras, recém-abertas à exploração econômica e demarcar suas terras,

criando ‘reservas indígenas’, para que eles parassem de correr de um lado para outro”. Nesses aldeamentos foi colocado um chefe “branco” que tinha como missão ensinar técnicas civilizadas da cultura hegemônica. Apesar de ter contribuído para a diminuição da população indígena e até extinção de algumas etnias, o SPI teve o mérito de despertar nos brasileiros que os índios fazem parte da nação brasileira também (VALADÃO, 1999:85-86).

Os políticos da época viam no meio rural e no problema dos índios uma questão de solidariedade, pensando em matéria de intervenção governamental, voltada para uma pedagogia para o ‘progresso’ do campo, a partir da “invenção do atraso em que se encontraria o mundo rural no Brasil” (LIMA, 1995:113). Dessa forma, percebe-se que os índios estavam sendo incluídos na categoria de trabalhadores rurais, transformando-se em trabalhador nacional, mostrando a compreensão que se tinha sobre a questão da transitoriedade dos índios que estavam saindo da condição de povo indígena para entrar no estado nacional, mostrando implicitamente a tutela, que é fundamental para se compreender a política de demarcação de terras implementadas pelo próprio SPI (*Ibid.*).

A política de aldeamento foi uma das formas para expandir a ocupação do Estado pelos não-índios. O processo de aldeamento dos índios foi uma iniciativa que serviu muito mais aos interesses dos fazendeiros, que puderam tomar posse do restante das terras indígenas não incluídas nos aldeamentos e, portanto, legalmente liberadas para a colonização.

Com o passar do tempo, as aldeias foram demarcadas em áreas menores daquelas utilizadas pelos Terena⁶, próxima aos centros urbanos na perspectiva de aproximar os índios da sociedade dos “homens brancos” e catequizá-los, com a intenção de integrá-los aos interesses dos colonizadores, pois a política do aldeamento, realizada por Rondon, agrupava os índios num determinado local onde já havia um cemitério indígena, pequenas roças e depois o demarcava. Formavam-se, assim, pequenas reservas entre 1.000 a 6.000 hectares, sendo que o processo não foi pacífico e a área destinada aos índios, em Mato Grosso do Sul, hoje não passa de 0,5 hectare por pessoa, o que não dá para a sua sobrevivência. Foi uma estratégia para que o índio não tivesse espaço para a sua produção, tendo que se dedicar à prestação de serviços a terceiros, sendo então explorado pelos interesses econômicos do Estado e dos proprietários rurais. E os fazendeiros, querendo utilizar todo o território conquistaram áreas do pantanal e da Serra de Maracajú, onde, justamente, se encontravam os Terena. E, ainda, a política indigenista oficial desconsiderou as diferenças culturais entre as nações indígenas, tratando-os como se fossem todos de uma mesma cultura, com os mesmos

⁶ Hoje temos em 4 hectares 328 indígenas, na aldeia em Anastácio.

costumes e hábitos, muitas vezes sendo aldeados fora do seu solo sagrado (MANGOLIM, 1993). Desta forma, os índios *desaldeados*, considerados pelo SPI, aqueles que viviam fora da aldeia, foram sendo transferidos para dentro das reservas demarcadas, que seguiu até 1980, como aparece nos relatórios da FUNAI (BRAND, 1997).

No aldeamento e demarcação das reservas, um dos maiores problemas foi a falta de noção dos reais limites, pois não havia critérios, não se conhecia a cultura dos índios, nem tampouco a dimensão dos seus territórios tradicionais de uso e ocupação. Sendo assim, a fixação de limites era a base fundamental para a criação de reservas, com o objetivo de dar aos índios uma determinada quantia de terras. Outro problema foi que, perante a lei brasileira, os índios eram considerados menores de idade, de tal forma que não poderiam ser proprietários das terras reservadas, sendo que as terras passaram a ser da União, cabendo ao índio apenas o seu usufruto (VALADÃO, 1999).

Sobre a quantidade de índios Terena, que habitavam a região na época, os números são contraditórios. De acordo com relatos de Bach, no início do séc. XX, os índios Terena seriam em torno de dez a quatorze mil, mas Baldus (1937:71, apud BIANCHINI 2000:57), um etnólogo alemão, que esteve em Miranda e com os Terena, em 1934, fornece números bem inferiores. Baseando-se em relatos antigos e na pesquisa realizada *in loco*, diz que “o número dos Terena oscila, há mais de cem anos, entre dois e quatro mil indivíduos”.

Na aldeia Cachoeirinha, segundo, Bittencourt e Ladeira (2000) uma das reservas demarcadas pelo Governo para usufruto dos Terena, das 127 famílias existentes, em 1957, apenas 17% viviam da agricultura e artesanato, trabalhos originais da sua cultura, sendo que os demais tinham outras atividades, algumas externas às aldeias. O êxodo para as cidades foi inevitável, em função de que não havia mais condições de sobrevivência na pouca terra a eles reservada pelo SPI.

Em 1967, durante o governo militar, surgiu a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, em substituição ao SPI, que não mudou a política indigenista da época. Ao contrário, seus responsáveis foram coniventes com as usinas de álcool que se implantaram em toda a região, especialmente durante a década de 1980 e utilizavam amplamente a mão-de-obra dos Terena. A política oficial era integrar o índio à sociedade nacional, de forma planejada, em locais próximos às cidades, o que contribuía para o entrelaçamento desses núcleos com a cidade. Os homens foram obrigados a sair para as usinas de álcool e as mulheres a trabalhar como domésticas ou cuidar das crianças. Como consequência, esse tipo de aldeamento, **desestruturou a vida na aldeia, forçando-os a buscarem a cidade** (MANGOLIM, 1993 – grifo nosso). Funcionários públicos recebiam um pagamento pela intermediação dessa mão-

de-obra, através dos chamados ‘gatos’, que agenciavam os indígenas para as usinas. Portanto, com o surgimento da FUNAI, a situação dos índios não melhorou, deixando-os, novamente, à mercê da exploração trabalhista de industrias e fazendeiros (*Ibid.*)

O cerne de toda a questão indígena é a posse da terra, que é seu referencial cultural de existência, segundo a ONG Socioambiental⁷ (2004):

registre-se aqui que, no caso dos povos indígenas, a posse permanente de um território lhes assegura o direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais nele existentes, inclusive os recursos genéticos (art. 231 CF/ 88). Ou mesmo a identificação de um dado povo ou grupo social ao uso de uma espécie da flora nativa (plantas medicinais) como forma de exteriorização e reprodução intrínsecas de sua cultura. O artigo 216 da Constituição também prevê a proteção jurídica dos bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (indígenas, quilombolas, caiçaras, caboclos, caipiras), suas formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas, qualificando tais bens como patrimônio cultural brasileiro.

Desde a colonização dos portugueses, os povos indígenas foram sendo contatados de forma desastrosa, o que provocou a disseminação de epidemias mortais ou promoveu a sua transferência forçada para terras distantes. Por isso, espera-se que, com a aprovação do novo Estatuto do Índio⁸, velhas e antigas questões possam ser superadas, permitindo aos índios melhores formas de sobrevivência, sem abrir mão da sua dignidade, pois:

(...) nossas santas missões de trazer civilização, desenvolvimento, conscientização, modernização, mudança social, democratização, liberdade, justiça social e, até mesmo, cooperação e solidariedade internacionais são freqüentemente um cavalo de Tróia dentro das tradições da África, Ásia e Américas. Por quê? Porque em nome da alfabetização essas agências frequentemente destroem as tradições orais desses continentes; porque, em nome da reforma agrária, de uma melhor repartição da propriedade, do salário e do pleno emprego, elas destroem as culturas econômicas originais não-monetária, cuja origem e administração são cooperativas e fundamentalmente ligadas à Mãe-Terra (VERHELST, 1992:38).

⁷ ONG Socioambiental é uma entidade civil, situada em Brasília, que trabalha com questões indígenas.

⁸ O atual Estatuto do Índio está descrito na Lei n.º 6.001 - de 19 de dezembro de 1973. Está em processo de reformulação e sua nova versão - o projeto de Lei nº 2.057/91 - proposta substitutiva do relator da Comissão do estatuto, Deputado Luciano Pizzatto, aguarda votação.

Mesmo assim, em meio a tantas transformações e influências culturais, a luta do Terena tem sido pela sobrevivência e novas conquistas. Percebe-se que dentre todos os indígenas, são os que se destacam na política brasileira, sendo que uns já foram deputados e vereadores, mostrando a sua habilidade em permanecer sempre na luta, pelo seu povo Mangolim (1993:43) confirma que “por uma tática de sobrevivência, aceitavam com facilidade as regras do dominador, sendo este um dos motivos de uma certa descaracterização dos Terena, apesar de manterem outros motivos profundos que lhes dão coesão como povo”. Mostra, assim, a esperteza dos Terena, frente ao que se considera, pela história oficial dos não-índios, o seu conquistador.

1.1 MODO DE VIDA DOS TERENA EM MATO GROSSO DO SUL

É interessante analisar aspectos do modo de vida dos Terena, enquanto viviam no interior do estado, sem ater-se a uma comunidade específica, com o objetivo de contrastar com o seu modo de vida na aldeia urbana, foco da pesquisa. E, para este fim, foram buscados diversos autores. Lembrando, também, que as observações foram analisadas enquanto índios aldeados, visto que antes disso, viviam livres, em constantes mudanças em busca de melhores áreas para a agricultura e vida do seu povo.

A maior organização social dos Terena é a aldeia, onde os laços se fazem através do parentesco. Por isso circulam de um lado para o outro, mantendo esse vínculo que é uma das suas marcas. As aldeias são formadas por famílias estruturadas e com poder de decisão, principalmente do seu patriarca familiar. “A vida deste povo indígena é dele e eles são os agentes da vida social, cujas mudanças são realizadas conforme o que julgarem mais adequados à sua vida e à sua forma social” (SGANZERLA; SILVA, 2004:27).

A coordenação da aldeia é feita, em geral, pelo cacique, que às vezes é denominado de capitão (denominação que surgiu na época do SPI), que exerce o comando e a autoridade, menos a religiosa. Em algumas aldeias, hoje o processo democrático foi instalado, tendo eles um período de três anos para administrá-las. Em outras, porém, as famílias tradicionais são quem indicam o cacique. Apesar de serem do mesmo povo, as aldeias têm liberdade administrativa de acordo com suas peculiaridades. Acima do cacique há o Conselho Intertribal, que atende ao povo Terena (*Ibid.*).

As atividades desenvolvidas obedecem ao que é próprio do homem e da mulher. Se a mulher é uma autoridade, ela tem voz como autoridade ou em razão da sua competência.

Neste caso, o respeito é maior ainda. Na grande maioria das vezes, a mulher é retraída, aparecendo apenas em determinados momentos ou incumbências. Especialmente transparece como mãe e responsável pela casa. Daí viver em função dos filhos e da criação deles (Ibid.).

Portela e Mindlin (1998), confirmam que entre os índios não há divisão e especialização de trabalho, sendo que todos fazem quase de tudo, cabendo aos homens a caça, preparo das roças, fazem flechas e as mulheres fiam, tecem, colhem, cozinham e produzem cerâmicas. Apenas a tarefa do pajé é para poucos. No mais, todos dominam as mesmas técnicas. Todos cantam e tocam seus instrumentos.

Um dos elementos da cultura mantido até os dias de hoje é a existência de estrutura dualista. Sua estrutura social preserva o sistema de metades:

dividida nas metades Xumonó e Sukirikionó, a sociedade Terena organizava-se, simultaneamente, em camadas ou estratos (strata) estruturados num sentido hierárquico: os naati, ou os ‘capitães’ e suas parentelas; os Waherê-Txané, ou a gente comum, livres; e os Kauti, ou os indivíduos de diferentes procedências étnicas, integrados na ordem tribal como cativos” (OLIVEIRA, 1965/66:21)

Oliveira (1976), em seu livro *Do índio ao bugre*, descreve as seguintes categorias sociais: a) chefe, b)povo e c) cativos (aqueles apanhados nas guerras e seus descendentes). O pastor protestante, Alexandre Rattray-Hay, em 1920, reconhece os chefes, os guerreiros e os trabalhadores do campo, sendo que um guerreiro poderá ser chefe, através de eleição e o trabalhador só poderá chegar a guerreiro se matar algum inimigo em guerra. Na época não mais se falava em cativos devido a sua integração com a sociedade nacional.

A religiosidade mantém em algumas aldeias a figura do pajé para as cerimônias, que, hoje, porém, estão impregnadas de formas cristãs, sendo que o religioso está sempre ligado à cura com forças que vêm do além.

As cerimônias mantém viva a sua religiosidade, em contato com seus antepassados, sendo necessário para isso a vida da aldeia. Eles começam a rezar cantando ao por do sol, até meia-noite, que significa a escuridão total, quando depois, com veste e pintura, começam a rezar e cantar, esperando o nascer do sol. Tudo é festa e alegria, e o pajé dá bênção ao sol, utilizando penas da ema e a cabeça, como símbolos religiosos, que enviam as bênçãos para todo o povo, para o ano todo. Nas aldeias quando o pajé é ativo, é mais difícil outra organização religiosa infiltrar-se (SGANZERLA; SILVA 2004).

A partir de relatos de viajantes, segundo Bittencourt e Ladeira (2000), que visitaram as aldeias no século passado, sabe-se que a vestimenta mais comum era o ‘xiripá’,

um saiote que ia da cintura até os joelhos, acompanhado de cabelos puxados para cima e amarrados. Usavam chinelo de couro e depilavam o corpo todo, exceto a cabeça. Usavam adornos como colares, pulseiras e outros nas pernas, feitos de ossos de animais, sementes, fios de algodão. Ouro e prata faziam parte desses adornos aparecendo, às vezes, nos braceletes.

Nas festas, usavam diademas de penas vermelhas e saíotes de plumas de ema. Penas amarelas de papagaios enfeitavam apenas os chefes, que, em guerra, vestiam capas com peles de onça. Para a pintura usavam genipapo, carvão, argila e outros minerais e vegetais encontrados na região e as casas se posicionavam em grandes círculos e eram quadradas ou retangulares, feitas com taquaras de bambu, troncos de madeiras da região, sendo o telhado coberto de folhas de sapê, bacuri ou outras palmeiras. Não havia porta e as roças ficavam nos fundos das casas. Para dormir, usavam camas feitas com palha e couro ('jiraus'); para cozinhar, usavam lenha e fricção entre varetas para acender o fogo. A cabaça servia de copo ou recipiente para guardar água e sentavam em esteiras de palha ('hituri') (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000).

Na culinária utilizavam o milho, a mandioca, abóboras, batata doce, que trouxeram do Êxiva. Conheciam o fumo e o algodão. Apreciavam, também, a caça como o veado, anta, onça, que eram assados diretamente no braseiro (MANGOLIM, 1993). Os homens, também, cuidavam da roça e as mulheres da fiação, cerâmica e da casa.

Taunay⁹ (apud BITTENCOURT; LADEIRA, 2000:60), depois de visitar essa aldeia, em 1866, descreveu que, "apesar do longo contato com o branco, o povo Terena ainda mantinha sua tradição". Também Castelnau (1949, apud VARGAS, 2003:22), descreve um aldeamento típico, em outro período, mas ainda sem muitas alterações, conforme se observa hoje:

compõem-se o aldeamento de umas cem ou cento e dez casas, unidas umas as outras. Essas palhoças formam um imenso rancho coberto de folhas de palmeira e estão dispostas em círculo, à volta de uma grande praça central. Toda a população, constituída de mil e quinhentos a mil e oitocentos habitantes, [...]. Essa gente é bastante industriosa; cria gado e possui cavalos. Fazem grandes lavouras de cana-de-açúcar, de milho, de feijão e de mandioca. Cultivam também algodão, com que as mulheres fazem lindos tecidos. Sabem fabricar bonita louça de barro.

No entanto, esse panorama modificou-se profundamente, permanecendo alguns estereótipos como aponta Dutra (2001:8), dizendo que:

⁹ Alfredo D'Escragnolle Taunay, foi escritor e engenheiro que participou da Guerra do Paraguai, quando escreveu a epopéia da Retirada da Laguna, publicada em 1871, ilustrando a participação dos índios Terena nessa guerra (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000).

para alguns o índio é selvagem, cruel, traiçoeiro. Para outros, ele é um ser puro, impregnado da inocência das crianças. Os que acreditam na sua pureza, idealizam-no, enquanto os que acreditam em sua selvageria, os temem. Em ambos os casos, a imagem construída a respeito dos povos indígenas é baseada em estereótipos, ou seja, idéias falsas, que igualam e colocam sob um mesmo rótulo um sem número de situações diversas [...]. Assim, se o índio está nu, não é civilizado [...] se está de roupa e adota objetos da nossa cultura, de ixou de ser índio. Dessa forma, o índio concreto que conhecemos nunca consegue atender a todas as exigências [...] pois não conseguimos respeitar as diferenças, .não admitimos que podem existir povos com cultura e valores diferentes dos nossos [...], sendo que existem outras dimensões da cultura indígena, mais difíceis de serem observadas e que, realmente, definem o seu modo de ser.

Essa caracterização dos Terena tem sido discutida, sendo que uns acreditam que eles não têm mais cultura própria, sem entender que ela está em constantes transformações, ou dizem que já são aculturados, denominação não mais utilizada pelos antropólogos, para expressar a dinâmica da cultura entre os povos. O mais importante para a verificação desse modo de vida e das características que os identificam como Terena está, segundo Fernandes (1993:16), em “determinados ‘traços’ culturais, principalmente ao nível da cultura material [...]. O que vai definir uma sociedade indígena enquanto tal é o seu sistema político econômico, sua religião, língua, organização familiar, sua filosofia”.

O preconceito que construímos sobre o índio, vendo-o como descansados, tranqüilos, indolentes, preguiçosos para o trabalho, vem da nossa cultura greco-romana, porque, segundo Dutra (2001), eles não têm hábitos de produzir excedentes. Melhor assim, pois hoje estamos às voltas com os impactos ambientais que causamos, procurando por uma idéia de crescimento, que a cada dia parece mais desajustada, em função de que o sistema político pelo qual pautamos a organização sócio-econômica do nosso País, está se mostrando falho, na medida em que não promoveu o bem-estar da maioria da população, senão apenas a espoliação dos recursos naturais, em nome de uma minoria, sem a preocupação pelo desenvolvimento humano.

Aqui é importante fazermos um adendo em função de experiências próprias, observadas em anos passados quando da visita às aldeias do estado. Os Terena em suas aldeias ainda se dedicam a agricultura, morando em casas, umas feitas com sapê outras de alvenaria e de tábuas, em algumas há antenas de tv parabólica, outros possuem automóveis, outros carroças, cavalos ou bicicletas para se locomoverem, já que boa parte das aldeias se encontra próximas às cidades. As vestimentas nada diferem do restante da população pobre, com roupas comuns encontradas no comércio das cidades próximas. A mobília é simples e

comprada nas lojas e, às vezes, feita de material rústico, madeira ou material alternativo, sendo que, segundo Dutra (2001:18), “seu modo de vida tornou-se, em quase tudo, idêntico ao dos outros camponeses da região na qual vivem. Contudo, continuam índios, sua cultura muda, mas não perdem a sua identidade étnica”.

Alguns, no entanto, ainda mantêm velhos rituais, como por exemplo, o tereré, que se difundiu entre nós não-índios. Na confecção de artesanato, ainda, usam os buracos no chão para cozer as argilas e sua indumentária segue padrões tradicionais, com os símbolos resguardados. No entanto, algumas louças mudaram de forma e utilidade para atender a venda para o turista, quase da mesma forma como aconteceu com o turismo entre os índios Pataxó, no sul da Bahia, sobre o qual discorreremos em outro capítulo.

A cultura Terena é rica em tradições, muitas ainda pouco conhecidas por nós, e que precisam ser melhor compreendidas. Os próprios Terena se preocupam com as alterações culturais pelas quais passa o seu povo, tal como é expresso pelo Comitê Terena (apud MANGOLIM, 1993:93-94), conforme discurso proferido no ato de sua fundação:

Povo Terena...

É necessário abrir caminhos, recuperar o que é nosso e...construir juntos nossa própria identidade.

A busca de uma identidade própria, o reconhecimento de nossos valores culturais, o desejo profundo de reencontrarmos como povo Terena, lembrar nosso passado, analisar o presente e transformá-lo de acordo com as nossas necessidades, faz necessário empreender uma série de tarefas, de reflexão e investigação dentro de nossa mesma comunidade, que nos ajudará a despertar como povo forte dentro do Brasil capaz de ser exemplo hoje para a humanidade desumanizada. Procuramos a unidade primeiro entre nossos mesmos patrícios ‘os Terena’ e depois procuraremos a unidade com os outros indígenas irmãos nossos que sofrem as mesmas dificuldades, as mesmas opressões. Sabemos muito bem que só a unidade em nome do Deus único que gera a vida, poderá fazer que nossos direitos sejam recuperados e nossa identidade seja reconstruída. Com este fim queremos um comitê de apoio na luta pelos nossos direitos com a participação de maior número de aldeias Terena. Este comitê programará atividades que levam a reflexão e ação as nossas comunidades para que juntos possamos um dia desfrutar com liberdade nossos direitos como pessoa humana.

Assim, percebe-se que as alterações foram muitas, mas continuam a se encontrar como Terena, lutando pelas suas terras e pelos seus direitos, ditando as suas prioridades como: “terra, cultura, unidade, autonomia para criar as condições para desempenhar todas as atividades políticas, econômicas, sociais, religiosas, culturais [...] sem dependência externa” (Ibid.).

1.2 OS TERENA NO BAIRRO MARÇAL DE SOUZA EM CAMPO GRANDE

Na década de 50, famílias de índios Terena começaram a ir para as cidades, pois nas aldeias não havia mais futuro e, em Campo Grande, já havia, em 1960, aproximadamente, quatrocentos Terena *desaldeados*, segundo Bittencourt e Ladeira (2000). Em 1978, foram encontradas 332 famílias, residentes na área urbana, ou seja, de 1958 a 1978, houve um crescimento na demanda pela cidade, na ordem de 380%, sendo que hoje se estima a presença de 5.000 índios, em Campo Grande, segundo a FUNAI. (TBG, 1998). Para o SPI – Serviço de Proteção ao Índio, o futuro dos Terena era trabalhar nas fazendas ou mudar para a cidade, de qualquer forma, tendo que deixar suas origens. Fernandes Jr. (1997), em sua pesquisa, aponta os principais motivos para a saída dos índios de suas aldeias: 66% saem por falta de trabalho, indo em busca de escola e assistência à saúde.

Os índios do bairro Marçal de Souza são de várias aldeias do estado de Mato Grosso do Sul, em especial de Limão Verde, em Aquidauana; Cachoeirinha, Argola e Moreira, em Miranda (FERNANDES JR,1997).

Não há um registro oficial, nos órgãos governamentais, sobre a história deste povo em Campo Grande, sendo considerados índios *desaldeados*, até conseguirem fixar-se nas áreas urbanas. Mas, encontramos relatos como o do Jordão (2001:23), que descreveu os seguintes aspectos, pesquisados na Associação de Moradores Indígenas da Aldeia Urbana Marçal de Souza (AMIAUMS), referindo-se a área na qual hoje se encontra o bairro Marçal de Souza:

a área consta de pouco mais de 4 hectares e foi loteada em 200 lotes de duzentos metros quadrados cada, para abrigar as 154 famílias que hoje vivem no local. A área foi dada à FUNAI pelo então prefeito Antônio Mendes Canale em 1973, mas como não foi ocupada, foi requerida ao município. Em 1995 a área foi invadida por índios *desaldeados* no qual viveram por algum tempo como favelados em precárias condições de vida. Em 1997 o então prefeito André Puccinelli retomou as negociações com a FUNAI para a regulamentação das posses. Em 14 de Julho de 1998 a área foi regularizada e em 12 de fevereiro de 1999 foi inaugurado o loteamento.

Os Terena, antes de conseguirem a moradia atual, chegando na capital, foram morar em distintos lugares, até mesmo embaixo das barracas na feirinha dos índios, ponto de comércio localizado na área central, da cidade de Campo Grande, em frente ao tradicional Mercadão Municipal. Mas, pela luta e liderança de alguns e com a vontade política de outros, houve a formação e construção de uma aldeia urbana, que teve início em 9 de Junho de 1995, com a ocupação do lote conhecido, na FUNAI, como Desbarrancado, localizado próximo ao bairro Tiradentes (FERNANDES JR, 1997). Porém, este fato só ocorreu porque os Terena se mobilizaram, exigindo providências para a sua situação. As casas foram construídas com uma arquitetura simplificada, denotando identidade indígena.

A situação atual dos Terena no Bairro Marçal de Souza é bem ilustrada por Jordão (2001:37), que observa: “apesar das famílias terem migrado em busca de uma vida melhor, não conseguiram atingir os objetivos em sua plenitude, pois enfrentam as mesmas dificuldades das demais famílias carentes que habitam as periferias de Campo Grande”.

Fernandes Jr (1997), em sua dissertação de mestrado, também, nos revelou dados colhidos que vão ao encontro do que já havíamos confirmado com a líder do bairro Marçal de Souza. Segundo o pesquisador: 25% são desempregados, 29% trabalham em subempregos da construção civil, 13% são aposentados e outros trabalham como domésticas, feirantes, vigias noturnos e outros; sobre a renda: 49% ganham de 100 a 200 reais por mês, 26% não ganham nada (vivem às custas da família), 16% ganham de 200 a 300 reais por mês, 5% ganham de 300 a 400 reais por mês e apenas 4% ganham acima de 500 reais por mês.

Ao se fixarem em Campo Grande e constituírem hoje o seu próprio bairro, os Terena tentam reconstituir o seu território, ou seja, reterritorializar-se. Percebem, porém, que a vida aqui é tão difícil quanto na própria aldeia. Quando se pergunta como será daqui a alguns anos, como os filhos e netos terão espaço para as suas famílias, a resposta é uma grande dúvida.

A liderança do bairro é exercida, atualmente, pela senhora Enir da Silva Bezerra¹⁰, que nos prestou algumas informações sobre a história desta comunidade, bem como os problemas que ali ocorrem. Foi perguntado a Sra. Enir, como ela via a comunidade daqui a dez anos e ela exclamou : “Hoje tenho outra visão e acho que o Índio deveria ficar na aldeia com assistência e que deveria ter uma secretaria indígena no município” (informação verbal).

¹⁰ Enir da Silva Bezerra é índia e líder Terena. Em 1995, coordenou a ocupação dos lotes que hoje constituem o bairro Marçal de Souza.

Em relação ao sentimento do índio, ela reconhece que hoje eles têm orgulho de serem índios, o que se manifesta na apresentação da dança para turistas que visitam o seu bairro. E falando sobre a situação do índio, exclama: “índio tem vontade própria”, como querendo desabafar e explicar que eles sabem o que querem, precisando apenas que nós permitamos que se manifestem sem, necessariamente, exercermos nosso poder, a exemplo dos colonizadores de outrora (informação verbal).

A Sra. Enir, ainda, afirmou que o convívio com a vizinhança é bom e que não há qualquer tipo de problema. A população da aldeia urbana utiliza, também, os mesmos equipamentos de saúde da população não-índia e estão satisfeitos. O bairro não tem para onde se expandir, pois já está totalmente urbanizado e circundado por diversos outros bairros. Pensando na aldeia, comentou que o ideal é que tivessem por lá a assistência necessária para que não precisassem fugir para a cidade (informação verbal).

Quanto às oportunidades de trabalho, respondeu-nos, ainda, que os jovens não têm muitas opções. Os problemas que vivenciam são os mesmos da população em geral, ou seja, não há espaço no mercado de trabalho para todos e, principalmente, para quem não tem qualificação. A prefeitura tem contribuído, instituindo programas de inclusão social, como o projeto agente jovem, que visa treinar os adolescentes para o primeiro emprego. Os adultos têm-se dedicado às construções, vigilâncias, jardinagens, feira-livre, entre outros (informação verbal).

Falando sobre as características dos Terena, vivendo em comunidade, discutimos ainda, sobre a solidariedade que acontece, manifestada na colaboração mútua para resolução de problemas comuns e que é um dos quesitos para a formação da chamada comunidade e, segundo a Sra. Enir, ela está presente no bairro, mas, para ser exercida, depende de quem está na linha de frente, ou de quem é o líder, sendo que uns conseguem mobilizar a comunidade em torno de interesses comuns e outros não (informação verbal).

Quando a população da cidade de Campo Grande se refere ao bairro ocupado pelos Terena, muitos não o conhecem pelo nome e, em geral, fazem referência como “aquele bairro, lá no qual moram os índios!” Desta forma, observa-se que ao se fixarem em um bairro especialmente para eles, criou-se uma espécie de gueto, um espaço caracterizado como sendo de uma população diferenciada.

No entanto, quando se pergunta a pessoas que os visitam, como turistas, alunos e professores, se há algum motivo para os preconceitos em relação aos índios, a resposta é ensaiada: não temos preconceito! O que se observa, no entanto, é que a grande maioria se penaliza diante da situação em que os índios vivem, em especial, pela falta de perspectivas de vida e pelas necessidades pelas quais passam, imaginando que é assim mesmo a vida de índio.

Segundo pesquisas de Fernandes Jr. (1997), as famílias que hoje ocupam o bairro, antes estavam espalhadas nos seguintes bairros de Campo Grande: 34% no Bairro Tiradentes, 13% no bairro Guanandi, 8% na Vila Carlota, 8% na Vila Alves, 8% no bairro Itamaracá, 5% na Coophavilla, 13% em outros bairros e 11% não informaram.

Em entrevista com a Sra. Elizama, (funcionária do Memorial da Cultura Indígena¹¹) perguntamos onde preferiria morar, se aqui em Campo Grande ou na aldeia? “Prefiro aqui!” Por que? “Porque aqui tem iluminação, posto de saúde e mercados para comprar alimentos!” E se lá na aldeia tivesse estas facilidades? “Poderia ser lá, então!” Você se sente bem aqui, acredita que o bairro é sua terra, seu território? “Sim, acredito e me sinto bem!” Quando você partir desta vida, onde quer ser sepultada? “Quero ir para a aldeia onde nasci!” Com esta pergunta singela, detectamos que apesar dela se sentir bem por aqui, na verdade vê a aldeia de origem como a sua terra de verdade, aproveitando aqui apenas as facilidades que não tinha na aldeia, quando morava por lá. O Sr. Jordão, sabendo da resposta, nos disse que hoje em dia já têm postos de saúde que funcionam nas aldeias 24 h por dia. Sente-se que o sentimento de pertença é dividido, pois a aldeia urbana lhes proporciona uma vida mais amena, apesar de tão difícil quanto, em relação à aldeia rural, de origem. As relações de parentescos, também, são fortes e sempre que podem, em dias de festas, estão viajando para as aldeias, para estarem junto aos entes queridos. Na relação comercial, ao venderem aqui os produtos oriundos de lá, também, se mostra essa ligação umbilical e a forma de territorialidade própria destes Terena do bairro Marçal de Souza.

Para embasar melhor o nosso trabalho, realizamos, dia 22 de agosto de 2004, uma nova série de entrevistas no bairro em questão que, em sua maioria, confirmaram as pesquisas já realizadas por outros estudiosos e, também, a nossa impressão de que morar na aldeia urbana é bom. Porém para aqueles que nasceram ou têm vínculos familiares na aldeia de origem, se tivessem o espaço e a assistência necessária, gostariam de permanecer lá. Evidentemente, não é a mesma resposta a daqueles que não se criaram nas aldeias, foram para fazendas ou mudaram-se muito cedo, ou mesmo nasceram na cidade. Entre estes o sentimento às vezes confuso, em sua maioria, preferem mesmo a cidade, pois já se habituaram ao sistema urbano.

Como esses Terena foram bem sucedidos no sentido de conseguirem seu espaço e suas casas, outros, também, estão na cidade ocupando outros bairros. E, talvez, a tendência

¹¹ Memorial da Cultura Indígena é uma construção feita pela prefeitura de Campo Grande-MS no centro do bairro Marçal de Souza, com características arquitetônicas indígenas e que tem por finalidade a mostra da cultura indígena. É aberto ao público e ao turismo.

seja que cada vez mais índios busquem a cidade como alternativa. Segundo relato de Jordão, este fluxo diminuiu bastante, atualmente. Próximo ao bairro Nova Lima, sentido norte da cidade, o governo do Estado, construiu casas populares para abrigar outros *desaldeados* e assim, aos poucos, os Terena têm trocado a aldeia pela cidade, mas por necessidade de sobrevivência. No Jardim Noroeste, também, já se encontra outro núcleo de população Terena. No entanto, alguns já parecem ter descoberto que talvez este não seja o melhor caminho.

Com certeza, após tantos anos de contato com outras culturas, de migrações e, por fim, de assentamentos urbanos, os Terena modificaram e muito o seu modo de vida, até mesmo por questões de sobrevivência, conforme narra Jordão (2001:17):

os Terena vêm ao longo dos tempos, estruturando-se, em um movimento constante de mudança cultural, tendo em vista construir e reconstruir suas condições de subsistência e acomodação no espaço físico em Campo Grande, com o objetivo de buscar melhores condições de vida, entretanto isto afeta seu contexto familiar, social e cultural. Isso exige do Terena mudanças de toda ordem. Percebemos, através de pesquisa realizada, o seu esforço em recriar no espaço urbano as condições necessárias para a continuidade do seu modo de vida diferenciado. Eles se organizam a partir de novos referenciais, mantendo, no entanto, as relações sociais mais relevantes que lhe são próprias, tais como o parentesco e a vinculação com a sua aldeia de origem.

As músicas que são ouvidas pela juventude são as transmitidas pelas rádios locais, que tocam desde *axé music*, pagode e outras populares no Brasil e estrangeiras. Em entrevista informal com Daniel da Silva Bezerra, filho da Sra. Enir, ele nos contou que “a comunidade está preparando uma rádio comunitária para entrar no ar, que tem como objetivo divulgar informações do interesse dos indígenas a todos os assentamentos” (informação verbal). Em Campo Grande já são dois, oficialmente, os assentamentos ou aldeias urbanas, fora as famílias que estão espalhadas por outros bairros.

A vestimenta e hábitos alimentares de hoje, no Bairro Marçal de Souza, seguem o padrão de qualquer família brasileira de pouco poder aquisitivo. São calças jeans, camisetas, vestidos e na mesa o arroz, feijão, mandioca e carne. Algumas famílias que ainda mantêm

contato com a aldeia, às vezes recebem ou trazem para a sua casa algum produto da aldeia de origem, o qual plantam com o objetivo de vender o excedente nas cidades próximas.

A moradia dos Terena, no bairro em questão, foi construída pela prefeitura com material de alvenaria, dentro dos padrões de qualquer conjunto habitacional popular, mas para fazer uma alusão ao tema indígena, a parte frontal das casas recebeu um toque arquitetônico que as diferencia das demais casas do bairro, apresentando, portanto, uma identidade própria.

A diversão e o entretenimento, também, são os mesmos que ocorrem na sociedade campo-grandense, sendo que os jovens vão para bailes ao som do chamamé, discoteca e outras músicas populares. Em relação à cidade, um aspecto se pode observar e afirmar de forma empírica, que os índios se misturam muito pouco com a grande massa da população. Quando os vemos nos bairros, estão carregando na cabeça uma bacia ou lata, cheia de frutas ou mandioca ou outros que trazem das aldeias de origem para vender na rua.

No dia a dia, a população segue os ritmos normais de quem mora em centros urbanos, onde quem trabalha sai cedo de casa, quem estuda vai à escola, os avós cuidando dos netos, as mães que são lides do lar, estão em casa, cuidando das tarefas diárias. No fim de semana, os jovens se reúnem para jogar futebol, quando comparecem, inclusive, times de outros bairros, mostrando a interação que existe entre eles.

Finalizamos, observando que do tradicional modo de vida nas aldeias rurais, os Terena, aparentemente, já não guardam, tantas semelhanças, a não ser seu envolvimento familiar, a vida em comunidade, algumas manifestações culturais tradicionais apresentadas somente no Dia do Índio, a língua-mãe ensinada na escola. No entanto, as mudanças podem ser resultado de um esforço voltado para sua própria sobrevivência, tentando, no entanto, sempre resguardar e manter o que os identificam como Terena. Como disse o professor Zorzato, em palestra na UCDB, em 2004 (informação verbal): “uma das características do

Terena é que ele está voltado para fora, ele se mimetiza”. Mostrando que os Terena, se integram, mesmo, onde estão, como forma de serem aceitos pelas outras etnias.

Diante das constatações anteriores, podemos concordar que a vida dos Terena, em se tratando de qualidade de vida, na cidade, não está tão melhor quanto na aldeia e que devido a esta situação, seria pertinente o desenvolvimento de trabalhos voltados ao desenvolvimento local com ênfase em áreas potenciais, sendo a da atividade turística uma delas, no interesse de aproveitar a riqueza que esta população possui, quando se pensa em capital social¹², representado pela cultura, e que talvez possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida desta população.

¹² Segundo Putnam (1994, apud KLIKSBERG, 1999:87), capital social remete para o “el grado de confianza existente entre los actores sociales de una sociedad, las normas de comportamiento cívico practicadas y el nivel de asociatividad”.

CAPÍTULO 2

O DESENVOLVIMENTO LOCAL

As considerações, que encerram o capítulo anterior, apontam para a necessidade de medidas voltadas para o desenvolvimento de alternativas para a melhoria da qualidade de vida dos Terena na área urbana e, quiçá, nas reservas. Isto exige uma breve contextualização das questões relacionadas ao desenvolvimento.

O ser humano, por natureza, sempre esteve em busca de desafios, pois eles fazem parte da capacidade de sobrevivência do mesmo, frente aos demais concorrentes pela vida na Terra. Por isso, o mundo sempre esteve em crise, palavra que para os chineses tem em sua composição, a oportunidade.

Sabemos todos que o processo de desenvolvimento das sociedades não é estático e, por isso, o mundo sempre estará em crise, buscando respostas para cada novo ciclo, dependendo, é claro, das motivações que a própria sociedade tiver (HAQ, 1978). Os problemas são os mesmos, embora cada vez mais globais. No entanto, há sempre mais expectativa de crescimento, que deveria ser traduzido como desenvolvimento que, para Rodrigues (1907:18), significa: “um processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima”.

Sabe-se que 40% da população não tem acesso à saúde e 35% não tem água potável, situação que nos primórdios da civilização era impossível de se imaginar. Além disso, a superpopulação e a tecnologia industrial deterioraram o meio ambiente, sendo que o envenenamento químico faz parte cada vez mais de nossas vidas, numa amostra clara de que não tínhamos nenhuma preocupação ou medo de que os recursos faltassem, com a idéia de que tudo seria inesgotável e o homem poderia sobrepujar todas as mazelas da sua interferência em seu habitat.

Não bastasse tudo isso, ainda, surge a inflação, o desemprego e a distribuição desigual de renda e riqueza, que passaram a ser características estruturais da maioria das economias nacionais, nas quais os problemas são sistêmicos e estão interligados e interdependentes (CAPRA,1982:19-23), sendo que “Uma resolução só poderá ser implementada se a estrutura da própria teia for mudada, **o que envolverá transformações profundas em nossas instituições sociais, em nossos valores e idéias**” (Ibid:23) sem, no entanto, deixarmos perder a essência do nosso ser humano (grifo nosso).

Essa transformação se deveu à própria cultura que se formou a partir do homem que descobriu que viver em sociedade lhe traria maiores opções frente aos desafios do meio ambiente. Assim, consideramos, como afirma Capra (1982:23), que essas “transformações culturais são etapas essenciais ao desenvolvimento das civilizações. Todas as civilizações passam por processos cíclicos semelhantes de gênese, crescimento, colapso e desintegração”. Surgiram e evoluíram colocando o *Homo sapiens* sempre à frente do desenvolvimento tecnológico dos demais seres vivos, que coabitam o mesmo espaço. O homem, então, através dos seus inventos e desenvolvimento da sua tecnologia, promoveu o surgimento da chamada civilização. Essa passagem das cavernas e do ser nômade para o viver em sociedade e o construir uma civilização passou, evidentemente, por diversos desafios, sendo que, como afirma Capra (1982:24), “um desafio do ambiente natural ou social provoca uma resposta criativa numa sociedade, ou num grupo social, a qual induz essa sociedade a entrar no processo de civilização”.

Outro aspecto relevante é a interpretação correta dos fatos, observando que o crescimento econômico não necessariamente se traduz em desenvolvimento humano, como confirma Haq (1978:32, 35), quando sugere que “uma elevada taxa de crescimento não é e nunca foi garantia contra o aumento da pobreza e a explosividade do sistema econômico” e, que “devemos nos preocupar mais com a composição qualitativa do PNB (Produto Nacional Bruto) que com sua taxa de crescimento”. O sentido de desenvolvimento por muito tempo teve conotação de industrialismo e impôs à sociedades certas ‘necessidades’ e no campo ideológico definiu o conceito de bem-estar social como sendo o de crescimento populacional, aumento de renda *per capita* , padrão alimentar através do consumo de proteínas, nível de escolarização e, sobretudo, elevado padrão de consumo (LIMA; BARROSO-HOFFMAN, 2002).

Tudo isso nos leva a pensar na crise do sistema atual neoliberal, sendo que todas as nações se encontram frente a frente com um dos maiores problemas, decorrentes da própria instabilidade do sistema, que é a falta de emprego, ou pleno-emprego, como é tratado por Haq

(1978:35-36), afirmando que o pleno-emprego: “deve constituir o objetivo primordial do planejamento [...] fazendo com **que todos exerçam ocupação útil, mesmo com doses reduzidas de capital e organização**” (grifo nosso).

Assiste-se na televisão e lê-se em jornais matérias sobre política econômica, que acentuam que primeiro seria necessário que a economia crescesse, no aspecto quantitativo, para depois “dividir o bolo”, ou seja, dividir os benefícios entre todos da sociedade. Mas essa retórica tem caído por terra, pois anos e décadas se passaram. Houve crescimento quantitativo das estruturas componentes da formação dos sistemas urbanos e rurais, políticos e econômicos, mas, no entanto, ainda não houve a tal “divisão do bolo”, promovendo o bem estar das populações. A pobreza continua a crescer cada vez mais. Sobre esse tema, aponta Haq (1978:43): “disseram-nos que deveríamos cuidar do PNB, já que este se encarregaria da pobreza. A proposição deve ser invertida: em primeiro lugar devemos cuidar da pobreza e o PNB cuidará de si mesmo, pois apenas constituí cônomo somatório e não motivação para os esforços humanos”.

As políticas de desenvolvimento aplicadas pelos governos do ocidente, e do oriente, “estão destruindo a personalidade e a integração dos povos, tem levado a deterioração dos valores do 3º mundo, por modelos de mudança social voltados exclusivamente ao consumismo, na competição, na aquisição e manipulação das aspirações humanas” (VERHELST, 1992:40-41).

Essa herança cultural vem de longa data, desde os gregos e romanos, referenciais da nossa cultura ocidental, quando os grandes filósofos, colocaram o homem como o centro do universo, passando pelo Renascimento e Antropocentrismo, nos séculos XV e XVI (PROENÇA, 2000), quando a sua preocupação foi centrada no ego. A partir de então, seguiu-se a formação da civilização orientada para o individualismo, como bem expressa Verhelst (1992:47):

homem ocidental, que se coloca no centro do universo, ao empreender a aventura do individualismo inspirado em Prometeu. Ele tem uma concepção de vida linear e não cíclica; sente necessidade de conquistar a natureza e os demais seres humanos, ao invés de cultivar a harmonia com o meio ambiente. Dá prioridade ao fazer, e ao ter, ao invés de ressaltar o ser.

Frente a essas crises da civilização, os blocos econômicos em que estão divididos os países, entraram em profunda crise, percebendo a necessidade de adoção de novos modelos de governo, que pudessem minimizar ou mesmo reverter o quadro já instalado. Verhelst (1992:23, 25), concorda que “a miséria e as desigualdades sociais aumentaram nos países

neoliberais [...], assim como para quem optou pelo socialismo, também foram tomados pelas repressões e fracassos econômicos, [...] pode-se dizer que hoje em dia não existem mais modelos para o desenvolvimento”.

Neste ponto, cabe destacar o papel dos intelectuais cuja participação na superação de desafios, por solicitação da própria sociedade em crise, que busca o seu auxílio, para discutir e contribuir com possíveis formas de transformação e criação de um novo sistema de produção e distribuição, utilizando para isso o que Kliksberg (1999) e Dusrton (1999) denominam de capital social para desenvolverem um novo trabalho na comunidade.

O termo desenvolvimento local tem sido discutido por décadas e a cada época surgem novas subjetivações que pretendem diferenciá-lo das várias formas de desenvolvimento e seus objetivos.

Após a segunda guerra mundial, surge, na Europa devastada, a necessidade de se promover o desenvolvimento local dos países, cidades e comunidades. Daí por diante, formou-se uma discussão que chega ao meio acadêmico com definições agregadas de novos valores. Assim, Ávila (2002:01) esclarece que: “Desenvolvimento local não é NO local e não só PARA o local, pois estas conotações têm sido usadas de forma inapropriada por pretensos projetos que no final não contribuem efetivamente para toda a sociedade e menos ainda para o local”.

Buscando então diferenciar o novo termo – desenvolvimento local, surgem definições mais apuradas, que são citadas, também, por Ávila (2001:68):

[...] consiste essencialmente no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade ‘definida’, no sentido de ela mesma incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar e gerenciar o aproveitamento dos potenciais próprios assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando a processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Na mesma perspectiva de discussão sobre o novo paradigma, Buarque (1998:5) reforça dizendo que:

desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve

elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, diz que desenvolvimento local é como um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais a uma nova dinâmica de integração sócio-econômica de reconstrução do tecido social, de geração de oportunidades de emprego e renda (MARTINS; MARTINS, 2001:157). E, ainda, para Martin (2001:26):

as características do desenvolvimento local propostas por diversos autores levam agora a entender o desenvolvimento local como ‘um processo dinamizador da sociedade local’ para melhorar a qualidade de vida da comunidade local, sendo o resultado de um compromisso, pelo que se entende por espaço, como lugar de solidariedade ativa, o que implica mudanças de atitudes e comportamentos de instituições, grupos e indivíduos.

Sendo que para González (1997:14), o objetivo desse trabalho é “melhorar o nível de vida da população, a partir da combinação eficiente das potencialidades de cada território, de seus recursos e de sua força empreendedora” sendo preciso desenvolver a criatividade para conseguir soluções inovadoras que permitam criar atividades que tenham as condições de estratégias de desenvolvimento local. Para Albuquerque (1998), o planejamento estratégico apresenta uma metodologia participativa que contribui para a promoção do desenvolvimento local.

Para Martín (2001:26), os princípios básicos do “Novo Desenvolvimento Local”, que se tem proposto (CARPIO; LE BOURLEGAT; MARTÍN, 1998) são:

1. A força do lugar. Na globalização o local é a força do desenvolvimento. A eficácia está relacionada com virtualidades que estão relacionadas com – potencialidades e capital sinergético do território que se totalizam na interação interna e a identidade; 2. O lugar, com espaço de solidariedade ativa. O espaço local é a base da convivência , do cotidiano, onde se formam a cooperação e a solidariedade, que impulsiona o desenvolvimento; 3. A cultura popular local. Enfoca o homem e seu entorno, com sua consciência e materialidade social, que valorizada fortalece o ser e a sua auto-estima, na busca do desenvolvimento da própria criatividade, em função dos seus valores; 4. Articulação e uso dos recursos naturais sociais locais. A decisão política sobre o modo e a capacidade de utilização econômica dos recursos depende da cultura local, das relações internas e externas, entre o local e o global. Dessa maneira, a idéia do desenvolvimento está ligada ao bem-estar dos povos.

E para Martins e Martins (2001), algumas características básicas do desenvolvimento local são: - é territorialmente localizado, participativo e democrático, - é um modo endógeno de desenvolvimento e sustentável; - é uma estratégia geradora de emprego e renda, buscando resgatar os valores tradicionais e culturais das comunidades; apóia as micros e pequenas empresas, contando com a descentralização; - é uma estratégia planejada, favorecendo os processos inovadores; é um movimento solidário e cooperativo; - é um conjunto de estratégias integradas e equilibradas e um processo contínuo de ações.

De acordo com a DECLARAÇÃO FINAL DE SHERBROOKE, em Outubro de 1998 (UCDB, 2004):

os territórios onde se pratica o desenvolvimento local devem ser o lugar de experimentação quotidiana de respostas aos desafios que mencionamos. O desenvolvimento local contribui para a emergência de novas formas de produzir e de partilhar as riquezas, de materializar a participação da cidadania, de fazer desenvolver a democracia, para que cada um tenha ao mesmo tempo de que viver e razões de viver.

Simplificando, “dês-envolver-se, significa: desinibir-se, comprometer-se, responsabilizar-se, expandir-se e criar novas relações com o mundo” (CONTAG, 1998:7), e local, como sinônimo de lugar, para Santos (1987), é onde a vida se desenvolve em todas as suas dimensões. Assim, a ordem interna construída no lugar, tecida pela história e pela cultura, produz a identidade. É através dessa identidade que o ser humano se comunica com o resto do mundo.

O que é local? “Faz referência a localidade, a populações locais, isto é, a um lugar específico, claramente determinado dentro de um todo maior”, segundo Rozas (1993, apud MARTINS; MARTINS, 2001:161). Há muitas definições para o que é local, sendo que “alguns o associam a menor unidade administrativa que, no Brasil, é o município. Pode se referir a territórios amplos, como estados ou menores, como bairros. O local deve condizer com um território onde existe uma comunidade de pessoas que interagem e têm potencial para se organizarem na direção de promover seu próprio desenvolvimento. Isto independe do tamanho físico do território referido” (Ibid:160-161)

Identificada a origem e significado do tema desenvolvimento local, propõe-se às novas gerações a necessidade da quebra de velhos paradigmas, que vêm em busca de novas alternativas para a resolução das crises que assolam boa parte do mundo, principalmente o

mundo capitalista, que apregoa um modo de produção e acúmulo de bens que tem excluído a maior parte da população. Por isso, a busca de novos horizontes tem levado os cientistas sociais, econômicos e outros a buscarem novas respostas para os velhos problemas, como afirma Arocena (2002:19): “Todo parece indicar que es inútil mirar para tras e intentar recomponer lo que está obsoleto. Es necesario imaginar otras formas de desarrollo que superen cualitativamente las formas anteriores”.

Na discussão sobre desenvolvimento, observa-se que o maior problema é a desigualdade. A ponta do *iceberg* que denuncia toda essa desigualdade social que existe, com consequências piores para os povos indígenas, tem sido a miséria que aumenta a cada dia, pois da forma como estamos promovendo o desenvolvimento da sociedade atual, os países ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres, conforme denuncia Verhelst (1992:23): “A miséria e um insuportável nível de desigualdade social aumentaram na maior parte dos países cujos governos (ditaduras, na maioria dos casos) optaram pelo capitalismo liberal”.

Nesse contexto adquire relevância a discussão em torno da proposta de desenvolvimento local, na perspectiva de que novos rumos possam ser encontrados para o desenvolvimento de nossa sociedade, respeitando as individualidades, as diferenças, a cultura de cada um, para que todos possam, como comunidade, buscar os interesses da sua própria sociedade, sem se subjugarem a qualquer outra civilização. Acima de tudo, espera-se que esta nova modalidade de desenvolvimento possa permitir que cada um seja dono do seu próprio destino e busque a sua própria felicidade. Referindo-se ao desenvolvimento em escala humana, Martin (2001:22) afirma que:

o desenvolvimento em escala humana se constrói a partir do protagonismo real, verdadeiro de cada pessoa. Em consequência, se deve privilegiar toda diversidade cultural, étnica, total, igual à autonomia dos espaços em que cada pessoa esteja, se sinta protagonista. O desenvolvimento em escala humana só pode dar-se em um necessário e permanente aprofundamento democrático. Uma prática democrática mais direta e participativa que estimula as propostas e soluções criativas que, surgindo de baixo pra cima, devem resultar coincidentes com as aspirações, ilusões e desejos de cada pessoa.

Max-Neef et. al. (1994) lembra que a fórmula do desenvolvimento em escala humana, ou seja, em sentido diverso de crescimento econômico *tout court*., propõe que as necessidades humanas sejam atendidas desde o começo e durante todo o processo de desenvolvimento, ou seja, que a realização das necessidades não seja só a meta, mas sim o

próprio motor do desenvolvimento. Isto significa que a estratégia do desenvolvimento seja capaz de estimular permanentemente a geração de satisfação sinergética, desde o princípio do processo de mudança e de transformação. Para os mesmos autores:

integrar la ralización armónica de necesidades humanas en el proceso de desarrollo significa la oportunidad de que las personas puedan vivir ese desarrollo desde sus comienzos, dando origen así a um desarrollo sano, autodependiente y participativo, capaz de crear los fundamentos para una orden en el qual se pueda conciliar el crescimento económico, la solidariedad social y el crescimento de las personas y de toda la persona (1994:82).

Nestes processos de desenvolvimento local, ainda aparece outro ator, que é o agente de desenvolvimento local e a sua metodologia, assumindo o papel de intelectual, e papel de ativador de um processo estagnado. Le Bourlegat (2000:19) diz que:

cabe ao intelectual, portanto, como detentor do saber sistematizado, não só interpretar as referências de ações passadas e as condições materiais da realidade presente, mas também as condições imateriais constituintes do chamado “capital intangível” – que segundo Boisier, 1998 se manifesta sob as modalidades : cognitiva, simbólica, cultural, institucional, psicossocial, social, cívica e financeira, que poderão articular entre si provocando uma sinergia, que demonstra a capacidade organizacional da comunidade, para dar origens a redes de articulação interna, que impulsionarão o desenvolvimento.

No entanto, segundo Giddens (1991:37), “[...] a análise intelectual não produz desenvolvimento. As novas informações sistematizadas dos intelectuais podem se combinar com o saber e os valores existentes, se a comunidade depositar confiança no saber sistematizado pelo pesquisador, reapropriando-se dele”.

No caso dos agentes externos, há de se cuidar, ainda, dos limites da sua influência, pois a responsabilidade do sucesso do empreendimento deve advir do poder de assimilação, articulação e trabalho dos atores, sendo que os agentes devem se limitar “ao papel de animadores do processo, provocando a participação dos agentes internos e fornecendo instrumentos técnicos de planejamento e avaliação” (MARTINS; MARTINS, 2001:170). Ou, ainda, “Esses mesmos atores, que não participarão sem que sejam entusiasmados. É preciso conquistar essa participação, que descentraliza e desenvolve em escala humana, e diminui o sentimento de derrota, próprio de povos sujeitos a fracassos” (MARQUES, 2001:54).

A chamada metodologia, que determina a escolha dos métodos, em pesquisas, que promove a orientação geral para facilitar o planejamento de uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados (FACHIN, 2003), deve ser analisada, para que não se perca o ponto de vista dos objetivos maiores do processo de desenvolvimento, que é o mais importante, ou seja, o grau de organização e controle do processo que deve possibilitar aferir os resultados voltados ao interesse da maioria da população envolvida ou comunidade, como se espera. Por isso Martins e Martins (2001:170), defendem que a metodologia básica para o desenvolvimento local deve passar pelas seguintes etapas: conscientização, diagnóstico, plano, implantação e avaliação, “onde as avaliações não podem observar apenas o espaço econômico que está inserido, em um espaço territorial, enfatizando seu caráter de espaço social, sendo que sua dinamização não pode ignorar medidas de ordem social, cultural e ambiental”.

Na pesquisa que desenvolvemos no bairro Marçal de Souza, observou-se que a estratégia para o desenvolvimento dos Terena está baseada na obtenção de empregos, o que hoje também se constituiu, na maior preocupação de qualquer brasileiro, assunto que tem sido debatido em todas as esferas políticas e sociais. A demarcação de um território próprio, que era a principal reivindicação, por enquanto está resolvida com a construção do próprio bairro. Com a colaboração de técnicos indígenas que trabalham em órgãos governamentais, técnicos autônomos e universidades, apoiados por programas de financiamento a projetos em áreas indígenas, os Terena têm se mobilizado na expectativa de avançaram na resolução dos problemas que afligem a comunidade, na construção de projetos que viabilizem acima de tudo a qualidade de vida do seu povo que vive na cidade.

2.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DOS TERENA

Nas discussões sobre desenvolvimento local, como o próprio termo já indica, a análise do conceito de local ou lugar é fundamental para se chegar a um outro conceito, igualmente relevante nas abordagens sobre desenvolvimento na perspectiva do local e mais ainda, ao tratarmos dos povos indígenas. Trata-se do conceito de território e territorialidade.

Para Machado, referindo -se a respeito, afirma que: “a discussão sobre o significado da palavra território é bastante extensa”, mas Escolar (1992:43), resume o termo dizendo que:

território é derivada do latim ‘terra’ e corresponde ao termo ‘territorium’, cujo sufixo, ‘torium’ designa um lugar de um substantivo qualquer: dormitório, lugar de dormir; território, lugar da terra, âmbito terrestre localizado, é a localização de uma determinada porção do espaço envolvendo superfície, formas e limites.

E ainda, segundo Ratzel (1882, apud MACHADO, [s.d.b], p. 5), em sua obra Antropogeografia, centrada numa leitura jurídica sobre o território, este é entendido como propriedade, afirmado que: “o território passa a representar uma parcela do espaço terrestre identificada pela posse, uma área de domínio de uma comunidade ou Estado”.

Trata-se de um conceito relacionado à vida, à cultura e à identidade das pessoas e das sociedades, sendo que:

o território envolve além de aspectos físicos e materiais, tudo que a sociedade tem de ideal, como representações, sentimentos de vinculação, de comportamentos individuais ou de instituições que participam de uma organização espacial [...] o território significa entendê-lo como um produto da história da sociedade, dentro de uma dimensão material e cultural, e que, portanto, está em constante modificação (MACHADO, [s.d.b], p.7).

Referindo-se, ainda, ao território, Andrade (1996:213), diz que “é parte integrante do Estado, juntamente com o povo e o governo, onde nação é formada por território e povo, mesmo inexistindo governo e/ou Estado, está ligado à idéia de domínio ou gestão de determinada área, referindo-se sempre a poder”. E, também, segundo Souza (1995:78): “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, sendo que Raffestin (1993:143-144) sugere que:

o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações de poder.

Referindo-se, especificamente, às populações indígenas, Ramos (1986, apud VIETTA, 2002:11):

o território tem significado divino, para eles e sua ocupação é explicitado a partir dos mitos de origem que coincide com a criação da própria sociedade, onde os recursos naturais são para todos, de igual forma, tornando-se assim um recurso sociocultural, e representa um meio para reprodução de valores, práticas culturais, manutenção do bem estar e da reprodução de seus habitantes.

O território se transformou em palco, onde cada nação, cada povo, cada um de nós, entendendo de uma forma diferente as abstrações de nossas mentes, frente à cosmologia, ao significado da própria terra, tem atuado como se os seus recursos fossem ilimitados. Mas essa afinidade com o território e com a terra, com a qual já conseguimos identificar a causa indígena, é descrita pelo PDPI – Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas¹¹ (TBG, 1998, 2-3), dizendo que:

os Terena se chama a si mesmos de *Poké'é*, que quer dizer terra. Quando se lhes pergunta pela explicação disso, respondem: nosso nome é *Poké'é* porque nossos antepassados saíram da terra e porque nós vivemos na terra, é da terra que sobrevivemos; desta mesma terra construí minha casa, tenho meus vizinhos; eu sou daqui mesmo (*Poké'é* = terra = Terena = Filho natural da terra).

E esse sentimento de posse pela vida que acontece sobre a terra, nos traz à discussão outro significado importante, a ser analisado, que é o da territorialidade. Segundo Raffestin (1993:36):

territorialidade é como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espacotempo [...], corresponde às ações desenvolvidas por vários agentes sociais em uma determinada área geográfica e em um dado momento histórico. As ações são produzidas pelas diferentes relações estabelecidas entre os agentes em um específico recorte espaço-temporal. Nessas relações estão incluídos não apenas os processos vinculados à esfera da produção, mas também, e talvez de forma mais incisiva, os elementos culturais tais como a lingüística, a moral, a ética, a religião, enfim, o conjunto complexo de padrões de comportamento, dado pelas crenças, instituições e valores espirituais e materiais que são transmitidos coletivamente e que caracterizam uma dada sociedade.

¹¹ O PDPI foi encomendado pela TBG – Transportadora Brasileira de Gás, em função do Projeto Gasoduto Brasil-Bolívia, que realizou e publicou um estudo que teve como objetivo, ressarcir aos povos indígenas, pelo direito ao território, por onde o gasoduto passou, sendo que os Terena, foram uns dos beneficiários. Estes estudos resultaram em um relatório final, de 1998, elaborado entre outros pela UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

Territorialidade é um sentimento de consciência de participação das pessoas que habitam determinado território em formação, integrando-se a ele, sujeito à gestão do mesmo (ANDRADE, 1996).

Andando pelo bairro na companhia do Sr. Jordão, ele comentou: “aqui é uma aldeia mesmo, veja as crianças brincando sem preocupação de um lado pro outro”¹². Numa alusão de que a aldeia urbana não tem tantas diferenças em relação ao modo de vida na aldeia rural, como apregoam as pessoas. Nesses espaços, a territorialidade se faz de forma subjetiva, demarcando espaços culturais, seja no modo de se comportarem, de se reunirem entre si, na forma dos seus rostos arredondados, olhos amendoados, cabelos pretos e lisos. De qualquer forma, ao passar por um desses aglomerados, bairros, ou comunidades, logo se percebe que estamos entre os Terena.

O termo territorialidade surgiu, inicialmente, nos estudos sobre animais que demarcavam seus territórios. Aqui se vê a necessidade de dar ênfase na questão da territorialidade humana, assim como Sack (1986, apud MACHADO, [s.d.b], p.8), afirma:

territorialidade humana é uma forma espacial de comportamento social. É uma estratégia de um indivíduo ou grupo de afetar ou influenciar pessoas, fenômenos e relações através da delimitação e do controle sobre uma determinada área geográfica, área essa entendida como território. Assim variadas são as escalas onde a territorialidade pode ser investigada. Tanto o quarto, quanto a cozinha, a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, o estado ou o país, apesar da diversidade de escalas, são instâncias da territorialidade, são territórios e merecem ser vistos como tais.

Dessa forma, ainda, é preciso definir que, segundo Raffestin (1993), partindo da compreensão do território sob o prisma mais subjetivo, simbólico, de um espaço¹³, no qual o

¹² Um aspecto interessante que se percebe quando visitamos os seus moradores, é que a porta está sempre aberta, dando a impressão, de que vivem em comunidade, sem as mesmas preocupações dos demais bairros, com furtos ou presença de marginais.

¹³ O **Espaço**, está diretamente vinculado as duas discussões anteriores, sendo inclusive a tríade que mais representa a discussão sobre geografia nos dias de hoje. Assim espaço, de acordo com Brunet (1992:179, apud MACHADO, s.d.b): “a sua etimologia latina – *spatium*, inclui a idéia de “passo”, o que é possível de ser mensurado com os passos; também se aproxima do significado do termo grego ‘core’ que indica uma idéia de vida, de lugar, no sentido de existir o lugar como uma página em branco onde se coloca a ação humana [...]”.

homem estabelece um vínculo afetivo, constrói sua história e concretiza suas relações e fatos sociais. O termo território promove outras derivações como desterritorialização que significa o rompimento dessas condições que, conforme mostra, “pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material – político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras econômico-políticas de integração” (HAESBAERT, 1995:181) e reterritorialização, que por sua vez, “é a forma encontrada pelo grupo de excluídos de reconstruir sua história, de estabelecer novamente as relações sociais, econômicas, políticas e efetiva no espaço o qual ele (re)conquistou” (Ibid.).

É esse o processo vivenciado pelos Terena desde o Exiva, no Chaco Boliviano e Paraguai, quando em decorrência de questões econômicas que envolviam os interesses dos colonizadores e das pressões de outros povos (SUSNIK, 1978), iniciaram o deslocamento dessa região, o que pode ser caracterizado como um processo de constante desterritorialização e reterritorialização, na expectativa da sua sobrevivência, como reafirma Vargas (2003:47):

[...] pode-se dizer que o processo de territorialização foi uma resposta que a sociedade indígena Terena deu quando perdeu os territórios que ocupavam na região de Miranda e se organizou em outros espaços territoriais, criando alternativas próprias que não foram as dos vencidos e as condições necessárias para voltar a se reproduzir enquanto sociedade.

Foi, então, na expansão do território e na consolidação da territorialidade que sentiam os choques culturais, como no caso do uso da terra, com concepções diferentes e não como mercadoria e como valor de uso (ANDRADE, 1996).

O território dos Terena, atualmente, por eles ocupado é, sem dúvida, aquém daquele necessário à sobrevivência das gerações que estão aí e estão por vir. E esta situação, pertinente à maioria das nações indígenas no Mato Grosso do Sul, é agravada pelo crescimento da população e como nos alerta Le Bourlegat (2000:15):

os conflitos por território começam a ocorrer quando a existência é ameaçada em função do crescimento biológico dos grupos, resultando em dominações de um grupo sobre o outro. No plano da consciência, o aumento demográfico significa, portanto, alteração da realidade externa e ameaça à integridade da vida, exigindo o reordenamento interno do ser. Esse reordenamento implica numa nova ordem externa, desdobrada,

sucessivamente, em diferentes unidades hierárquicas (família, clã, tribo, nação).

Para essa autora “o aprofundamento da divisão de trabalho, paralelo a multiplicação biológica dos indivíduos da comunidade, gerando formas cada vez mais complexas de interações sociais, implica na ampliação do território ocupado” (LE BOURLEGAT, 2000:15).

Correia (1977, apud MANGOLIM, 1993:59), relata a angústia dos índios em confronto com os seus direitos pelo território:

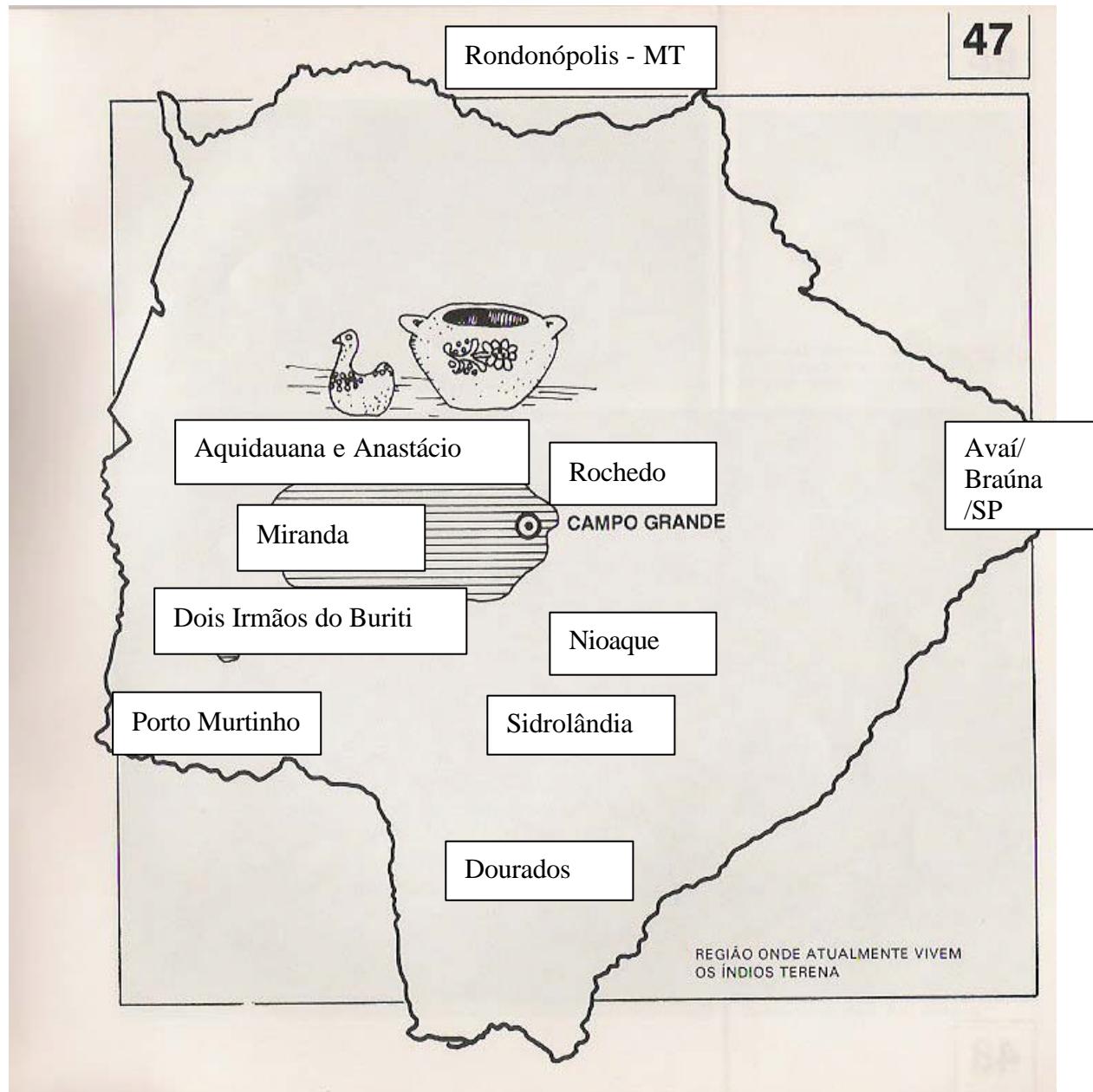
meus pais e meus avós e meus parentes todos sempre moraram aqui e aqui estão enterrados; nosso povo não gosta de abandonar os lugares no qual estão enterrados os parentes. [...] Minha terra é aqui e aqui tenho direitos para reclamar...fazendeiro pisa por cima da gente como se fosse praga; que não dá valor ao índio. Nossa terra agora é tudo capim e os bois pisam em cima de nossos parentes enterrados. O boi aqui tem mais valor que o índio, porque para ele tem comida bastante e para nossas crianças nem caçar o fazendeiro deixa. Aqui nós somos como arapuá: sempre fechada em sua casinha, quando quer sair, os passarinhos estão prontos para pegá-las.

Os Municípios com áreas Terena, em Mato Grosso do Sul, são: Anastácio (Aldeinha), Aquidauana (Limão Verde e Taunay/Ypêgue); Dois Irmãos do Buriti (Buriti); Dourados (Jaguapirú); Miranda (Cachoeirinha, Guaicuru, Lalima, Moreira, Passarinho); Nioaque (Nioaque); Rochedo (Água limpa); Sidrolândia (Buritizinho) (MANGOLIM, 1993).

A situação atual dos índios Terena, embora confinados, é resultado de muitas lutas, pois no séc. XX, o governo contratava os “bugreiros” para limpar o terreno, uma forma de promover o extermínio dos índios. Ficou decidido que os índios teriam suas “reservas” delimitadas e controladas por funcionários do governo. Essas reservas foram menores que os territórios anteriormente ocupados por cada nação indígena. E os índios não puderam opinar, segundo relatos de Bittencourt e Ladeira (2000).

Civilizar as sociedades indígenas representava estabelecer uma nova sociedade, ou seja, destruí-las enquanto formas inferiores e, no seu lugar, implantar outra, tida como superior (ZORZATO, 1998:185). A justificativa para o confinamento em territórios reduzidos é que, “pacificados”, não precisavam mais “correr de um lado para outro” e, portanto, não

precisariam mais de tantas terras. Hoje os Terena estão distribuídos, também, em Mato Grosso e São Paulo, conforme aponta o mapa abaixo do Mato Grosso do Sul.



(Fonte: Mapa original In: MARTINS (1992:47); com adaptações através de informações de BITTENCOURT E LADEIRA (2000); MANGOLIM (1993); PDPI (1998) e CARVALHO (2001) – montagem do autor)

Obs.: Em Rondonópolis-MT, Avaí e Braúna em São Paulo, Porto Murtinho e Dourados, em Mato Grosso do Sul, os Terena habitam em conjunto com outras etnias.

2.2 ETNODESENVOLVIMENTO E A COMUNIDADE INDÍGENA TERENA DO BAIRRO MARÇAL DE SOUZA

A comunidade indígena vem se mobilizando para poder superar as mazelas do processo de desenvolvimento capitalista, frente a novas perspectivas representadas pelo desenvolvimento local, ou, se quisermos, pelo etnodesenvolvimento, centrado na otimização do que diversos autores destacam como capital social. Segundo Putnam (1994:23), capital social remete para o “el grado de confianza existente entre los actores sociales de una sociedad, las normas de comportamiento cívico practicadas y el nivel de asociatividad” e Coleman (1990, apud KLIKSBERG, 1999:87) entende que:

el capital social se presenta tanto en el plano individual como en el colectivo. El primero tiene que ver con el grado de integración social de un individuo y con su red de contactos sociales; implica relaciones, expectativas de reciprocidad y comportamientos, y mejora la eficacia privada. Pero también es un bien colectivo. Por ejemplo, si todos en un vecindario siguen normas técnicas de preocupación por los demás y de no agresión, los niños podrán caminar a la escuela con seguridad y el capital social estará produciendo orden público.

Segundo, ainda, Newton (1997, apud KLIKSBERG, 1999:87), que diz que:

el capital social puede ser visto como un fenómeno subjetivo, compuesto de valores y actitudes que influyen en la forma en que se relacionan las personas. Incluye confianza, normas de reciprocidad, actitudes y valores que ayudan a la gente a superar relaciones conflictivas y competitivas para establecer lazos de cooperación y ayuda mutua.

Trazendo esse conceito para a realidade vivenciada pelos Terena, percebemos que alternativas de desenvolvimento local devem partir do estudo das relações sociais, com especial ênfase nas relações de cooperação e solidariedade que vigoram e que poderiam representar uma base local sólida para a construção de alternativas de desenvolvimento. Ao pensar nessas alternativas junto às populações indígenas, alguns autores trabalham com o conceito de etnodesenvolvimento, tendo em vista a construção de alternativas que possam minimizar os impactos do capitalismo selvagem.

Segundo Stavenhagen (1984, apud AZANHA, 2002:31), etnodesenvolvimento é “o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade [...] e não tem nada a ver com comparações capitalistas como renda per capita, PIB etc.”; e completa: “Etnodesenvolvimento significa uma etnia, autóctone, com seu próprio controle de vida em suas terras, sobre seus recursos naturais, organização social e cultura e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses”. O etnodedesenvolvimento, segundo Azanha, citando o mesmo autor, caracteriza-se por:

objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, de dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visar a auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, com atividades mais participativas (18-19).

No entanto, para outros autores, “Não pode existir um ‘etnodedesenvolvimento’, pois mesmo quando se procura colocar o foco na identidade étnica, os pressupostos relativos à noção ocidental de bem-estar, social, político e econômico nunca desaparecem” (GALLOIS, 2001:177). Porém, para o nosso entendimento, não deixa de ser uma proposta de desenvolvimento menos impactante para as comunidades indígenas no que se refere ao seu modo de vida e produção, mas, também, de permitir que este se traduza em melhorias na qualidade de vida, o que remete para o fortalecimento da organização social e da autonomia, frente às tendências neoliberais que imperam no mundo globalizado.

Segundo Gallois (2001: 167), a noção de desenvolvimento com que trabalha as agências oficiais tende a relegar os índios a um estado ‘natural’ – tende a negar a capacidade dos índios de se posicionar frente às sucessivas mudanças”. Com esse discurso, retira-se, sistematicamente, a autonomia dos povos indígenas, criando um Estado tutor de um povo “incapacitado”.

Outro aspecto que talvez seja necessário analisar são as questões pertinentes a etnia, a compreensão das particularidades do ser índio, como era interpretado em suas sociedades antes dos processos de influência dos não-índios. De forma sistematizada, Silva

(1988:24), nos diz o que é importante aprender sobre as diferenças básicas entre as sociedades dos índios e dos não-índios:

1. nas sociedades indígenas não há propriedades territoriais como fazendas, e empresas, lojas. A terra é de um conjunto de pessoas que vivem nas aldeias. A posse da terra é coletiva.; 2. Não há dono, nem empregados, todos são trabalhadores e donos ao mesmo tempo. É pelo trabalho que se apropria da terra e de seus frutos, dos quais sobrevive e troca com os outros; 3. Todos dividem os saberes de lidar com a terra e sobreviver; 4. A divisão do trabalho é sexual; 5. As pessoas têm obrigações recíprocas e o produto do trabalho de cada um tem, em patê, um destino comum: o da distribuição. E os beneficiados são os parentes, estabelecidos através de um ritual, de companheirismo, de identidade de nomes pessoais etc. E os serviços que uns prestam aos outros são sempre retribuídos: com outros serviços ou com alguns presentes equivalentes ao esforço despendido. Há troca; não há, compra e venda, nem lucro.

O que nos interessa, nesse trabalho, é a análise da realidade do Bairro Marçal de Souza, em Campo Grande, no qual há uma comunidade considerável de índios Terena. Essa aldeia urbana é formada por pessoas que apesar de não possuírem profissões especializadas de acordo com o mercado urbano, são portadoras de uma cultura formada nas próprias aldeias de origem e que influencia, também, aqueles que não viveram por lá. A falta de qualificação e o preconceito têm limitado o acesso ao emprego formal com carteira assinada. Os homens trabalham em serviços comuns, como construções e roçadas em fazendas, e as mulheres trabalham como domésticas e vendem artesanato. Dois pontos de trabalho são tradicionais. Um fica no próprio bairro, representado pelo Memorial da Cultura Indígena. Outro é a Feirinha Indígena, na qual vendem produtos colhidos nas aldeias, como a de Cachoeirinha, município de Miranda, distante, aproximadamente, 240 km da capital.

No interesse de procurar saber as oportunidades de trabalho e mesmo de treinamento a que estes índios têm acesso, investigamos para saber que alternativas as instituições públicas oferecem. Assim, Sr. Daniel da Silva Bezerra, nos disse que há uma iniciativa da prefeitura municipal da cidade para gerar empregos, através de uma fábrica de blocos de concreto e manilhas, chamada de Fábrica da Gente, que está em construção (informação verbal).

O que se busca, na verdade, em qualquer projeto de desenvolvimento para essa comunidade, é uma melhoria na condição de vida, em meio à cidade, sabendo que “o acesso igualitário ao desenvolvimento refere-se tanto à melhoria nas condições de vida alcançadas ou almejadas pelo restante das populações nacionais, quanto a uma posição diante do sistema de valores que tal desenvolvimento representa para a sociedade mais ampla”, como afirma

Gallois (2001:168). A forma como os Terena organizam sua sociedade, seus costumes e tradições têm sido alvo de interesse de turistas que passam por ali e deixam o seu dinheiro, apenas para apreciarem a forma de vida deste povo. No aspecto cultural, mais exatamente no artesanato, os Terena encontraram uma forma de vender o seu trabalho, através de entrepostos como o representado pelo Memorial.

No entanto, cabe destacar que qualquer iniciativa a ser implementada, seja qual for, deve ser submetido a decisão dos próprios índios, como muito bem destaca Perrot (1991, apud GALLOIS, 2001:173), quando diz:

os povos interessados devem ter o direito de decidir suas prioridades, no que toca ao processo de desenvolvimento, na medida em que este tenha um impacto sobre suas vidas, crenças, instituições e bem-estar, bem como sobre as terras que ocupam ou usam de outra forma e de exercer, tanto quanto é possível, um controle sobre seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural [...].

Esse destaque é fundamental, considerando que até o presente momento as decisões não têm sido suficientemente discutidas com os povos nativos, sendo que muitos antropólogos, embora buscando efetiva melhora da situação das populações indígenas, incorreram em erros, conforme observado por Little (2002:37 a) :

[...]eles mantiveram uma relação contraditória com o desenvolvimento. Tentaram contribuir para o melhoramento das condições e práticas agrícolas entre grupos de camponeses, por meio de aperfeiçoamento dos pacotes tecnológicos (FOSTER,1964). Todavia, no final da década de 60 os antropólogos registraram os impactos devastadores dos projetos de desenvolvimento sobre os povos campesinos e tribais. O desenvolvimento é entendido como a imposição de um discurso de dominação ocidental, que teria como finalidade o controle social e político sobre distintos grupos do Terceiro Mundo (ESCOBAR, 1995).

A construção da aldeia urbana foi uma iniciativa da prefeitura municipal, mas não sem a pressão exercida por líderes comunitários. O Memorial, também, é uma iniciativa estatal e está ainda sob a administração pública. No entanto, os representantes indígenas têm aprendido a buscar as rédeas de seus projetos e lutado por seus direitos. Desta forma, aos

poucos, estão conquistando o seu espaço neste competitivo mundo de desenvolvimento capitalista. Por isso merece destaque a noção de autonomia, como propõem Little (2002:40a), “[...] que a noção de autonomia cultural esteja na base de qualquer programa de etnodesenvolvimento, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade do grupo étnico elaborar estratégias de interação com os mercados regional, nacional e internacional”. E segue o mesmo autor (LITTLE, 2002:44b), afirmando que “tanto a ciência ocidental quanto as ciências indígenas precisam ser renovadas para poderem confrontar os desafios ambientais feitos a todos, por isso é preciso um diálogo intercientífico que promoverá uma nova ação indigenista no Brasil”.

Quando se fala em diálogo intercientífico, é preciso entender que as duas culturas têm muito a discutir e aprender uma com a outra e para isso é preciso tolerância e respeito com o “outro”. Pois é, nesta perspectiva que se discute o etnodesenvolvimento, segundo Lima e Barroso-Hoffmann (2002:19):

o uso da perspectiva do etnodesenvolvimento serve para pensar uma nova relação entre diferentes, tornando-se fundamental a construção de instrumentos que localizem as áreas que melhor asseguram o direito à diferença e se prestam à troca de saberes e/ou de bens entre as sociedades indígenas, os segmentos sociais dominantes e a administração indigenista.

Desde que perderam suas terras nas regiões de Miranda e Aquidauana, os Terena vêm buscando novos territórios. Segundo Silva (1949:53), “Os Terena, outrora um povo de agricultores, que entremeavam o plantio com a caça, a pesca e a coleta, vivem hoje na dependência econômica das povoações brasileiras vizinhas, dedicando-se ao plantio da mandioca, cana de açúcar e trabalhando nas fazendas vizinhas”.

Diferentemente das aldeias, não há nesta área urbana os recursos naturais de que dispunham, antigamente, para a elaboração de artesanato e colheita de produtos naturais. A história da aldeia urbana é mais recente, porém suas lutas e reivindicações são antigas, o que levou a sociedade a se organizar para tentar encontrar soluções para os problemas. O que em geral acontece é que algumas entidades formadas pelos “brancos” são organizadas e coordenadas por eles e, evidentemente, atendem ao seu ponto de vista e não ao dos indígenas.

As questões de fundo eram e são as questões territoriais. De um lado, o índio, com sua visão cultural e transcendental sobre a terra, mística e sagrada e, do outro lado, o chamado “homem branco”, com seus interesses capitalistas, imobiliários, de produção, de ganhos e

lucros. Os conflitos deram-se ao longo da história. Em pauta a reforma agrária, interesses de exploração mineral e seringueiras. Porém, os problemas de etnodesenvolvimento foram parcialmente reelaborados sob o rótulo de desenvolvimento sustentável, cuja genealogia é outra (LIMA; BARROSO-HOFFMANN, 2002).

Observou-se, entretanto, que em diversas situações, os órgãos responsáveis pelo atendimento das demandas indígenas estavam mais tratando o índio como propriedade, tirando o seu poder de autonomia. O modelo tutelar da FUNAI encontrou fim legal com a Constituição de 88, no entanto, sem novos projetos de futuro e sem novos instrumentos de regulação (*Ibid.*). Os problemas não se resolveram com a edição de novas leis, pois os órgãos públicos continuaram a tratar o índio como algo à parte da sociedade brasileira que se formava, tanto que, segundo Lima e Barroso-Hoffmann (2002:27):

inexiste hoje, um plano da administração pública, uma política indigenista federal. Diante dos problemas discutidos, percebe-se que não adianta simplesmente reformar a FUNAI, trata-se de reconhecer um novo estado do campo indigenista, e também a necessidade – e a oportunidade – de ultrapassar obstáculos com que se defronta esse padrão diferenciado de forças e relações sociais.

Em relação à participação do governo federal, estivemos na FUNAI, em agosto de 2004, para saber quais as suas propostas ou, quais os projetos de desenvolvimento que estariam voltados aos Terena, em áreas urbanas. Conversando com o Sr. Elizeu Lili, funcionário da mesma, ela nos esclareceu que a instituição não tem qualquer vínculo com a comunidade do bairro Marçal de Souza devido ao fato de que a jurisdição da mesma centra-se nas aldeias demarcadas, sendo o bairro domínio da prefeitura¹⁴. Não apenas por questões de jurisdição e políticas públicas, mas por entendimento das próprias lideranças das aldeias, pois no relatório final do PDPI – Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas (1998), nas

¹⁴ Isso nós confirmamos em outra pesquisa, através de email, em agosto de 2004, quando perguntamos ao técnico José Resina Fernandes: 1.Quais os projetos e relacionamento da FUNAI com a comunidade do Bairro Marçal de Souza? 2.Como a FUNAI vê os exôdos rurais , a consequente formação de aglomerados e formação de bairros indígenas, nas cidades? Respondeu-nos: “A princípio o órgão tutor de assistência ao índio brasileiro - FUNAI, não possui qualquer projeto de desenvolvimento com as aglomerações indígenas na área urbana das cidades”.

páginas 6-3 e 6-4, as considerações sobre os *desaldeados* é que não devem ter benefícios a partir de projetos do governo federal, ou de qualquer um que seja voltado às populações indígenas em suas aldeias, pois lá as condições de vida são mais desfavoráveis. Permanece porém, uma dúvida. Se não fosse assim, será que poderia haver um estímulo ao êxodo rural, deixando as aldeias mais vazias? O índio na cidade passa a ser um cidadão comum, como direitos e deveres iguais aos demais brasileiros? Por essa e outras é que a decisão entre as lideranças é de não serem favoráveis à ajuda, aos *desaldeados*, de Campo Grande ou de qualquer outra área urbana.

Constatamos, então, até o momento, que para as aldeias urbanas, não há planos para o seu desenvolvimento, a partir do governo federal, por parte de órgãos voltado à questão indígena.

No cerne dos problemas encontra-se, ainda, a questão dos territórios e da autonomia indígena e sua forma de produção. Na visão de Azanha (2002), que defende uma proposta etnodesenvolvimentista, que supõe o redimensionamento do tempo produtivo dos grupos indígenas, deve-se combinar a produção tradicional com uma produção voltada para o mercado, de forma a garantir a esses grupos os meios para adquirir os bens que eles, historicamente, passaram a considerar “necessidades básicas”. Azanha (2002:33), ainda, destaca que:

o tempo necessário à produção para o mercado não deve comprometer as atividades normais de subsistência nem aquelas próprias às tradições de conhecimento desses grupos, reside no balanceamento do tempo uma das possibilidades de manutenção de sua existência como grupos étnicos diferenciados.

Pensando no Bairro Marçal de Souza e na comunidade indígena que ali vive é fácil perceber que a convivência deste povo com a sociedade é um fato e que a barreira que se coloca para vê-los como parte desta própria população, é sistematicamente quebrada pela necessidade da aldeia se fixar no território, viver o seu tempo e buscar a superação de suas necessidades. De uma forma ou de outra, percebe-se que os índios podem ser potenciais parceiros na solução dos mesmos problemas, aqueles que atingem a todos, ligados ao sistema neoliberal, ou seja, à concorrência, à disputa e ao capital.

Little (2001: 43a) trabalha o conceito de intercientificidade como possibilidade para o estabelecimento de um diálogo entre as diferentes ciências, como base para uma nova ação indigenista no Brasil. Defende, para isso, a realização de cursos de sensibilização de técnicos, cientistas e funcionários governamentais que trabalham com sociedades indígenas em torno de novas formas de fazer ciência e sugere a implantação de treinamento em etnoecologia¹⁵ nas próprias áreas indígenas. Ao mesmo tempo, ao frisar que um diálogo intercientífico consistente supõe igualdade de direitos entre as partes, enfatiza a necessidade de atualização da legislação brasileira no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos intelectuais dos povos indígenas.

Mas quais seriam os parâmetros para que se pudesse observar os indicadores de etnodesenvolvimento? Para os índios brasileiros, segundo Azanha (2002:32), seriam:

[...] aumento populacional com segurança alimentar; aumento na escolaridade; compra de bens com recursos próprios; relação com o estado mantendo a autonomia político-administrativa.

Metas para o etnodesenvolvimento sustentado: segurança territorial; usufruto exclusivo dos recursos naturais; demanda por manufaturados; tempo empregado na geração de recursos financeiros internos; escala ou nível de necessidade de acordo com cada sociedade; internalização dos recursos financeiros.

Na aldeia urbana, há uma escola, na qual uma das disciplinas é a língua Terena. Isto faz uma grande diferença, pois sabemos que a educação é o melhor meio para se assegurar os valores de uma sociedade, pois “Os valores predominantes no sistema educativo, nos meios de difusão e outros, influenciam o capital social e que tem efeitos sobre o desenvolvimento” (KLICKSBERG, 1999:99).

As ações desenvolvidas pelos órgãos públicos, privados e pela própria comunidade, poderão ter maior desempenho na medida em que os resultados forem divididos com toda a comunidade. O sistema neoliberal tem a sua forma de promover o crescimento econômico, no entanto, é preciso observar que “a política econômica liberal só pode funcionar se o sistema fiscal desempenhar um papel bastante dinâmico no resguardo da justiça social” (HAQ, 1978:17, 41) e:

[...] nas sociedades pobres, a transferência de renda de um segmento social para outro só pode ser realizada, em escala muito limitada, por meio do sistema fiscal [...] Os fluxos de renda realizam-se sob a forma de transferência de bens materiais e de prestação de serviços [...], sendo que,

¹⁵ Define-se a etnoecologia como o estudo dos sistemas que os grupos humanos utilizam em suas relações com a natureza (LITTLE, 2002 a).

de nada adianta espanar velhas teorias e polir idéias ultrapassadas, pedindo-nos que façamos mais uma experiência com as mesmas. Chegou a hora de reexaminar toda a teoria e a prática do desenvolvimento (Ibidem: 37)

Falando, ainda, de qualidade e não de quantidade, a questão do comércio de artesanato, produtos agrícolas e outros, como já se verifica, deveria representar apenas um dos elementos para o desenvolvimento, pois, como afirma Haq (1978:54), “os países em desenvolvimento deveriam, antes de qualquer coisa, definir uma estratégia viável para o desenvolvimento. O comércio deveria ser considerado apenas um dos elementos dessa estratégia, sem ser erigido em seu parâmetro”, ou seja, é preciso observar os limites da transação comercial, como propulsora do desenvolvimento local, foco do nosso estudo.

Um exemplo é o da Sra. Hélida ‘Terena’, que recém inaugurou uma loja, na verdade, um centro de produção de artesanato indígena, no bairro Jardim Noroeste. O que se pode observar, primeiramente, que o local é um anexo da sua própria casa, estabelecida em um amplo terreno, onde se vê diversos cultivos, como a mandioca.

O centro de produção foi, também, patrocinado pela prefeitura, que nos parece a única instituição pública a desenvolver projetos do interesse dessa nação. Mesmo sendo de pequenas proporções, percebemos a alegria da Sra. Hélida, ao nos receber, porque aquilo, era um dos seus sonhos. O recinto interno estava repleto de artesanato e de algumas encomendas. O próprio governo municipal e, também, estadual, algumas vezes compram por encomenda, pequenas peças para serem dadas como brindes, em eventos de promoção do turismo regional.

A argila utilizada tem que vir da aldeia, em Miranda, demonstrando que não há por enquanto outra saída mais econômica e viável, senão a dependência dos recursos de lá. A argila é abundante em nosso Estado e poderá, mesmo que vindo de outras jazidas, em outros locais, mesmo fora da aldeia, servir ao propósito do artesanato, pois parece preferível o trabalho e o consumo de produtos que são da própria cultura regional, que utilizando recursos próprios e que não de outros ecossistemas. As análises de Haq (1978:62) vão nessa perspectiva quando afirma que: “os países em desenvolvimento, deverão criar modelo produtivo e padrões de consumo baseados nos recursos naturais, no seu potencial humano e na sua tecnologia”. Com certeza, tudo isso, para limitar a dependência de recursos de outros ambientes, de capital de terceiros e de mão-de-obra externa. O artesanato, assim, se mostra uma das opções que os Terena possuem para sobrepujar as mazelas do desemprego e da falta de desenvolvimento, analisando que esse trabalho, além de produtivo, resgata a auto-estima e a cultura dos Terena, na manutenção das tradições.

Quem sabe estes artesanatos possam incorporar melhorias na qualidade, que viabilize sua utilização mais ampla, contribuindo para a diminuição da dependência dos artefatos de outras localidades e de recursos tanto financeiros como naturais, de relações externas, como forma de produção que permite maior autonomia das populações indígenas !
Mas, para isso, é preciso seguir algumas diretrizes como:

1º a sociedade não deve oferecer somente bens de consumo que possam ser usufruídos pela grande maioria da população, ex: China usa as bicicletas, ao invés do automóvel que é caro.; 2º envolve o maior uso possível dos recursos e da tecnologia interna; 3º usar o menos possível a ajuda de capital externo; 4º envolve a necessidade de o Terceiro Mundo romper deliberadamente os laços de dependências que o prende aos países desenvolvidos... um desenvolvimento nacional auto-suficiente deve ser capaz de proteger a população contra instabilidades externas, ao menos no que se refere à produção de gêneros alimentícios (HAQ, 1978:71,73 – grifo nosso).

Em uma pesquisa realizada em agosto de 2004, no interesse de levantar aspectos sobre a qualidade de vida no Bairro Marçal de Souza, elaboramos algumas perguntas (em anexo) para análise. Abordou-se um grupo de 20 pessoas, de idades variadas, pessoas adultas, de forma aleatória, entre as que andavam pelo local. As respostas quanto ao que consideram qualidade de vida foram às mesmas: saúde, emprego, casa, em sua maioria, aparecendo ainda outras como: estrutura financeira, estudo e esportes. E se dividiram na resposta quando perguntado se eles têm qualidade de vida, sendo que aqueles que se diziam “sem”, apontaram como razão a falta de emprego ou debilidade quanto à saúde própria ou de parentes. O ponto mais evidente foi o de que todos os entrevistados sem exceção declararam que se sentem bem vivendo no bairro, numa demonstração clara de ajustamento ao sistema urbano e da territorialidade firmada entre eles. Grande parte sente que o bairro é de sua família, porém, um pequeno percentual lembrou que esse sentimento só não é mais forte porque ainda devem o terreno ao poder público. Quando perguntamos sobre onde prefeririam ser sepultados, a maioria optou pela cidade, inclusive porque alguns possuem o carnê de um sistema empresarial que dá assistência póstuma. Porém, a outra parte quando disse que preferiria ser sepultada na aldeia, justificou porque têm parentes por lá ou porque não têm despesas para o funeral. Poucos se declararam indiferentes quanto ao local preferido para o sepultamento.

Com essa pergunta, pretendia-se verificar o sentimento que possuem pelo local no qual se declaram viver em harmonia¹⁶.

Os Terena tem realmente um bairro que é deles, onde apesar de haver tantos problemas, como em todo e qualquer bairro da cidade, das classes desfavorecidas, vivem lá com prazer¹⁷.

¹⁶ Para maior aprofundamento na questão necessário será uma pesquisa em maior escala, de forma quantitativa, para se verificar os percentuais, quanto às dúvidas que se possa ter. Para o nosso propósito optamos pela pesquisa qualitativa, para confirmar os indicadores constantes em outros trabalhos e verificar o sentimento de pertença dos Terena no bairro Marçal de Souza, que podemos concluir que o mesmo existe, na maioria dos seus moradores em que não há tantos vínculos de parentescos ou para aqueles que não se criaram ou nascerem na aldeia rural.

¹⁷ Um fato novo e surpreendente ocorreu agora em agosto de 2004, quando o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), e MMA (Ministério do Meio Ambiente), através da Ministra, Sra. Marina Silva, por reivindicação de lideranças indígenas e outros solicitaram que se destinasse verbas para projetos junto a populações indígenas, fora da área da Amazônia, o que prontamente foi atendido.

Dois técnicos do MMA estiveram, recentemente, no bairro Marçal de Souza e por meio de uma reunião com as lideranças e alguns moradores, expuseram a nova modalidade de carteira de financiamento, a fundo perdido para a comunidade. Trata-se de um tipo de carteira de empréstimo, que financiará projetos de 10.000,00 a 50.000,00, para contemplar projetos que vislumbram o desenvolvimento das comunidades, sob o aspecto da sustentabilidade e qualidade de vida, dentro das áreas do meio ambiente, qualificação profissional, comércio tradicional indígena e outros correlatos. A comunidade está agora se mobilizando para viabilizar as condições técnicas necessárias ao encaminhamento do projeto e concretização do mesmo. Estivemos na reunião com o intuito de colaborar com os mesmos, a chamado do Sr. Jordão, o qual trabalhando em um órgão público, foi o primeiro, a saber, da oportunidade e imediatamente procurou comunicar todas as lideranças, para juntos, unidos, conseguirem a sua execução.

CAPÍTULO 3

O TURISMO

Observou-se, anteriormente, que o processo de desenvolvimento local é um tema que vem sendo discutido e construído ao longo dos anos, invocando sempre indagações e mudanças culturais, que questionam os velhos modelos, sendo que cada nação deve buscar as suas peculiaridades como vantagem competitiva, sendo o território peça fundamental para que o mesmo aconteça, pois nele ocorre a vida e as manifestações culturais, que muito interessam ao turismo. Aqui se discutirá o significado e a história do turismo, assim como dos segmentos desse mercado que trabalham voltados às questões indígenas, foco do nosso interesse, além de contextualizar o turismo em Campo Grande.

Primeiramente, é preciso diferenciar o termo viagem, que é um deslocamento de um ponto a outro, com interesses diversos e sem a obrigatoriedade do retorno em data certa, do fenômeno do turismo que é, também, um processo de deslocamento, mas comprometido com um roteiro no qual são utilizadas as redes hoteleiras, os restaurantes, atrativos do local, guias de turismo e outros, que fazem deste uma ação cultural de entretenimento, repouso, saúde e/ou lazer, principalmente, sendo “o homem, o espaço e o tempo, pré-requisitos para qualquer reflexão equilibrada a respeito do fenômeno” (PROENÇA, 2000:12).

No mercado de viagens e turismo, em Campo Grande, há vários tipos de empresas, cada uma ocupando um nicho específico. Voltando-se a atenção apenas para as agências de viagens e turismo, queremos observar que há dois tipos básicos no mercado local. Uma mais dedicada à venda de viagens, através de bilhetes de passagens aérea e rodoviária, pacotes de turismo de outras empresas (operadoras de turismo) tanto para turismo dentro e fora do Estado e outras empresas especializadas em vender mais o turismo dentro do Estado e na

própria cidade, onde se inclui o *City Tour*¹⁸. Estas últimas, mais conhecidas como operadoras de receptivo, são as que vendem para outras empresas tanto da cidade, quanto de outros Estados e até para outros países, pacotes de turismo regionais. Em nosso Estado, em geral, os pacotes de turismo são para o Pantanal e a Serra da Bodoquena, com maior volume para a cidade de Bonito, Jardim e, recentemente, para a cidade de Bodoquena.

Esses locais são de maior interesse do turismo devido à atração principal que é a natureza conservada, a qual os chamados ecoturistas têm procurado com maior ênfase, nessas últimas décadas, em função da maior valorização do patrimônio genético e cultural, além das belezas paisagísticas.

Nesse panorama, a cidade de Campo Grande tem servido como ponto de passagem, fato que tem levado as entidades de turismo a pensarem em alternativas para fixar mais os turistas na capital, favorecendo, também, a economia desta cidade.

Os órgãos públicos, em função dessa demanda para o turismo voltado à natureza, apressaram-se em batizar a cidade como, Capital do Ecoturismo, na tentativa de chamar a atenção dos ecoturistas que por aqui passavam e na expectativa de que por aqui ficasse por mais um período, aproveitando as belezas culturais e naturais que a cidade oferece. No entanto, verificando que a maior aptidão da cidade, talvez seja na verdade o evento, recentemente a coordenadoria de turismo municipal, lançou um catálogo de turismo, já com novo jargão para o turismo, intitulando a cidade de Capital do Turismo de Eventos.

Os turistas que ficam mais tempo na cidade são aqueles que vêm para os eventos que a cidade abriga, o que ocorreu principalmente após a instalação do antigo Palácio Popular da Cultura, rebatizado como o nome de Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo, no Parque dos Poderes, sendo que os ecoturistas apenas passam pela cidade em direção às áreas rurais.

As opções de visitação em Campo Grande, através do *City Tour*, são voltadas à observação e contemplação do patrimônio cultural e aí o Memorial da Cultura Indígena, no Bairro Marçal de Souza, talvez tenha a sua oportunidade de se colocar como um ponto de turismo a ser consagrado pelo mercado profissional e voltado aos interesses da comunidade que o cerca.

As viagens, os deslocamentos devem ter começado a mais tempo do que se imagina. No entanto, de acordo com registros históricos e análise atual, dentro do mundo ocidental, os Romanos, já antes de Cristo, diante da necessidade que tinham de expansão de

¹⁸ *City Tour* – termo em inglês utilizado pelo setor de turismo para designar um passeio turístico pela cidade, visitando Museus, casas de artesanato, prédios históricos, estátuas e outros.

território, construíam mapas e rotas para as suas incursões pelo continente Europeu, Asiático e Africano. Assim, acabaram por ter que desenvolver algumas ações pertinentes ao que consideramos hoje como fundamentais ao turismo.

Os viajantes e comerciantes, através dos tempos, também, foram pioneiros e contribuíram para o conhecimento de países e regiões que visitavam, pois, de um lado para outro em busca de mercadorias e mercados, acabavam por desbravar e desvendar muitos dos caminhos e mistérios que hoje conhecemos.

O Renascimento, movimento cultural do séc. XIV, trouxe outros interesses à sociedade (PROENÇA, 2000), que se embrenhou nos grandes descobrimentos abrindo novas perspectivas para as viagens e para o turismo. Das aventuras marítimas até às Américas e aos inventos dos novos meios de transporte, o mundo caminhou para novas descobertas.

O conceito de Turismo surge no séc. XVII, na Inglaterra, sendo a palavra *tour* de origem francesa, que quer dizer, volta. Anteriormente, aparece na bíblia, em hebraico, a palavra Tur com o significado de viagem de reconhecimento, segundo o pesquisador suíço Haulot (apud BARRETO, 1999).

Francis Bacon, inglês, em 1.612, em seu livro *Of Travel*, estima que a viagem deve ser parte da educação dos jovens e da experiência dos mais velhos (ANDRADE, 1997), comentário que influencia cada vez mais a necessidade de viajar, contribuindo assim para o desenvolvimento do próprio turismo. Antes o mar era o grande atrativo para o turismo, mas depois surgiram os banhos medicinais que originaram um dos primeiros registros de viagens sem fins profissionais.

A revolução industrial introduziu a possibilidade de férias para a classe média, a máquina a vapor para mover os navios e o trem para andar sobre a estrada de ferro. Os equipamentos e a infra-estrutura para o turismo estavam se estabelecendo.

O chamado *Grand Tour*, que aconteceu nos séculos XVIII e XIX, eram viagens de estudos por toda a Europa, quando os filhos de famílias abastadas tinham que percorrer diversos países para servir de experiência na sua formação acadêmica. Depois de terem esgotado este circuito começaram a realizar outros roteiros para as Américas, Índias Orientais, Extremo Oriente, Egito e cidades portuárias da África do Norte, alguns até o Rio de Janeiro e Colônia do Cabo (ANDRADE, 1997). Em Londres, Thomas Cook, um vendedor de bíblias, iniciou o que seria mais tarde a primeira agência de viagens, em 1841 (BARRETO, 1999).

Após a 2ª Guerra Mundial acontece o “boom” do turismo, momento em que cresce, vertiginosamente, em números, esse mercado pelo mundo. Mas apesar de algumas normas de regulamentação, criadas pelos ingleses, as viagens e o turismo não explicavam os

fenômenos envolvidos com o deslocamento das pessoas. Assim, na verdade, o turismo acontecia, mas sem que houvesse preocupação de entendê-lo enquanto fenômeno sócio-econômico.

Hoje, as previsões da Organização Mundial de Turismo apresentam indicadores de que o movimento de turistas no mundo passará dos 528 milhões de pessoas que se deslocaram em 1995 para cifras da ordem de 1.018 milhões, em 2010. Para o ano de 2.005 as previsões apontam que o turismo poderá gerar emprego para 305 milhões de pessoas, através de cinqüenta e dois setores da economia, mostrando assim a importância deste novo fenômeno para a sociedade (XAVIER, 2004)¹⁹.

A partir da evolução do turismo, diversas modalidades de pacotes, passeios e lazer foram sendo implantados de acordo com a demanda e a criatividade das empresas operadoras em busca de novos produtos que pudessem satisfazer a sua clientela. Assim, surgiram diversas nomenclaturas para definir o tipo de turismo, inclusive o que aqui estamos nos propondo discutir, que é aquele voltado à observações de manifestações culturais, à apreciação do modo de vida de outras populações, ao intercâmbio de conhecimentos, à integração social e outros interesses correlatos. Segue abaixo uma pequena discussão dessas modalidades de turismo, as quais apresentam nomenclaturas diferentes com significados semelhantes, incluindo o que se poderia chamar hoje de turismo alternativo que, segundo Benevides (1997:27) significa:

um turismo rural (diria em área rural – grifo nosso), e ecológico que se opõe aos modelos hegemônicos de turismo, referentes as ‘tendências contemporâneas’ (TRIGO, 1993) dominantes, constituindo ‘novas territorialidades’ possíveis, onde aflorariam outras subjetividades não decorrentes das formas de sociabilidade capitalista, ou seja, como empreendimentos sociais não agenciados pela lei do valor (GUATTARI, 1990) e, que a valorização turística da natureza é fundamentalmente consonante com uma visão moderna e urbana, mistificadora de algumas áreas do planeta, concebidas ainda como totalmente virgens da ação antrópica, que como tal precisariam continuar intocadas (DIEGUES, 1994), porém contemplativamente visitadas.

O turismo cultural é conceituado como uma “forma de turismo alternativo que apunta, entre otros fines, al conocimiento de sitios históricos y arqueológicos” (RATTO, 2003) e que “inclui as atividades que se efetuam através de deslocamentos de pessoas para a satisfação de objetivos de encontro com emoções artísticas, científicas, de formação e de informação das próprias riquezas da inteligência e da criatividade humanas” (ANDRADE, 1997:71). Porém, são atividades distintas das demais porque exigem maior tempo e

¹⁹ Doutor em Geografia. Professor da Escola Superior de Turismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Texto obtido pela Internet, sem dados bibliográficos.

disponibilidade para usufruir o patrimônio que se visita e não têm o tempo suficiente para o lazer, o descanso, como é o objetivo dos outros tipos de turismo. As características principais do turismo cultural, segundo Andrade (1997:71), são: “as motivações de conhecer, pesquisar e analisar dados, obras ou fatos, em suas variadas manifestações”.

No entanto, algumas empresas, agentes e operadores de turismo utilizam o termo cultural, apenas para atrair um público diferenciado, que cultiva este tipo de experiência, conforma alerta o texto abaixo:

al existir también la ecología humana, que se forma no sólo por herencias sino por un proceso complejo de socialización, es necesario tener cuidado de no utilizar el término turismo cultural, como una estrategia de marketing solamente orientada a promover, en forma de espectáculo y para su mejor venta, lo que supone otros valores más relevantes (ONG NAYA, 2003)²⁰.

Não é apenas o ramo do turismo que utiliza jargões para fazer o marketing de seus produtos, mas com certeza estes falsos anúncios são prejudiciais para toda a sociedade, pois para o turista passa a ser uma frustração e para os autóctones, uma ludibrição e para a sociedade o ônus de um processo que mais tarde poderá incorrer em prejuízos sociais como desagregação comunitária, aumento de preconceito e outros.

É importante ter consciência que a presença do turista pode provocar um dinâmico e irreversível processo imprevisível, onde ele e o autóctone podem se estranhar ou se completar devido as suas culturas diferentes, promovendo o encontro e formação da cultura híbrida, que é decorrente de um processo aculturador (ANDRADE, 1997).

Outra forma de aproveitamento que pode trazer benefícios é o turismo científico, como diz Jafari (apud ASCANIO, 2003):

En cuanto a los Tour Operadores, ellos se felicitan de que surja un nuevo nicho de mercado, pero la tendencia siempre será su explotación masiva,

²⁰ ONG Naya é uma Organização não governamental da Argentina, que promoveu um seminário virtual sobre questões indígenas.

pues su enfoque es estrictamente económico y financiero. [...], el turismo del conocimiento científico tiene un valor indudable para el futuro de esta actividad.

O turismo científico é aquele no qual estudiosos e pesquisadores visitam um local com interesse acadêmico²¹. No caso do bairro Marçal de Souza, antropólogos, turismólogos, geógrafos, e outros poderão se interessar em conhecer a história da comunidade, aproveitando para realizar estudos de interesse científico.

Um outro conceito que está surgindo diz respeito ao etnoturismo, que interpretamos como uma forma de turismo no qual os atrativos turísticos são as populações, que oportunizam uma discussão antropológica, ecológica e sociológica, visitando comunidades nos quais povos indígenas, afro-brasileiros e outros são os maiores interessados e beneficiários com o turismo que deve promover o desenvolvimento humano e a integração social.

Também, encontramos o chamado Turismo Indígena que, segundo a entidade WAITOC (2003)²²:

é uma forma de turismo que se desenvolve com a atuação efetiva das populações indígenas, as quais operam os serviços turísticos, produzem os artesanatos que são comercializados aos turistas e com isso são os verdadeiros beneficiários da exploração deste segmento do turismo.

Dessa forma, o Turismo Indígena permite o fortalecimento das tradições e da cultura dos povos e, ao mesmo tempo, permite a manutenção da vida dessas populações em sua região de origem. Nos Estados do Oeste Australiano, um Comitê dos Operadores do Turismo Indígena - WAITOC (2003), luta pelo desenvolvimento deste segmento da atividade turística e possui, inclusive, um programa de certificação do Turismo Indígena, visando valorizar o produto e serviço autenticamente indígena e, ao mesmo tempo, coibir a exploração do turismo indígena por parte de operadores que não atuam de forma responsável.

Encontra-se, também, o termo ecoturismo que, conceitualmente, significa: “viagens em que os viajantes mantêm contato com a natureza e com outras culturas, sem

²¹ Como exemplo, a rede globo apresentou, em seu Jornal Nacional, em agosto de 2004, notícia que mostrava, os turistas (na verdade pesquisadores estrangeiros de instituições e universidades) que estavam visitando uma cidadezinha, em Goiás, em meio ao cerrado e de uma cratera, provavelmente feita por um meteoro.

²² WAITOC – Western Australian Indigenous Tourism Operators Committee inc, é uma entidade gerenciada por indígenas da região oeste da Austrália que coordena as regras para o turismo entre os aborígenes.

destruí-las”, segundo o *Manual indígena de ecoturismo* (MMA,1997:27). De acordo com a definição oficial do governo brasileiro, o ecoturismo: “é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivam sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista mediante a interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas” (*Ibid.*).

Além das considerações que sinalizam o valor do turismo local, há outro aspecto a ser considerado e extremamente relevante: o envolvimento da comunidade. A comunidade local tem oportunidades de envolvimento em todas as fases do processo de implementação do turismo, bem como na tomada de decisão sobre o planejamento. Portanto, considera-se de fundamental importância a participação comunitária nos processos de inventário e no planejamento dessa atividade, a nível municipal (XAVIER, 2004).

E sobre a mesma consideração, Benevides (1996, apud XAVIER, 2004) postula que o turismo com base no desenvolvimento local se contrapõe ao modelo dominante em vários países como o Brasil, conectado com o processo de globalização e que acarreta tendências ambientais degradantes. Segundo esse autor, a manutenção da identidade cultural dos lugares constitui uma via mais democrática de desenvolvimento e que acarreta tendências ambientais menos degradantes. Ressalte-se a manutenção da identidade cultural dos lugares, tendo na comunidade os atores do processo, o que favorece o estabelecimento de pequenas operações com baixos efeitos impactantes de investimentos.

Para Cavaco (1996, apud XAVIER, 2004), o turismo ligado ao desenvolvimento local se assenta na revitalização e na diversificação da economia. Possui plena capacidade de fixar e atrair a população com êxito no sentido de assegurar melhores condições de vida. Apresenta, também, considerável êxito na valorização da produção agrícola, além de favorecer os planos de desenvolvimento do artesanato e de outras atividades ligadas ao turismo e à cultura, a exemplo das feiras e das festas tradicionais e populares.

Como já foi recomendado em livros sobre turismo, não importa tanto a discussão teórica, sendo o mais importante o objetivo do evento. Dessa forma, o mais importante não é saber se um ou outro tipo de turismo é melhor para apoiar o desenvolvimento local em área indígena, mas, discutir quais objetivos são de interesse das populações indígenas e para tanto é preciso que elas tenham autonomia e entendimento de que é necessário conhecer o seu alcance e os seus limites para que possam desfrutar os seus benefícios e, também, se preparar para os impactos, distorções e outros acontecimentos, entendendo que o turismo não é a “salvação do mundo”.

3.1 O TURISMO EM ÁREAS INDÍGENAS – EXPERIÊNCIAS

Além da bibliografia disponível, também foi pesquisado pela Internet, que é o meio mais utilizado pelas empresas de turismo em todo o mundo, sendo que para o tema índio e turismo, aparecem mais de cem opções para leitura e análise. Nossa objetivo, portanto, é interligar atividades de turismo e populações indígenas, para analisarmos as suas possibilidades como opção para a indução do processo de desenvolvimento local no bairro pesquisado.

O primeiro aspecto que chama a atenção é a questão legal do turismo em áreas indígenas, que para muitos é processo ilegal, sem apoio das instituições governamentais. Porém, se constata através da bibliografia e em visita às várias aldeias no Estado de Mato Grosso do Sul, que o turismo sempre se fez presente. Ao analisar a legislação pertinente, no capítulo II, Dos Crimes Contra os Índios, Art.58, do Estatuto do Índio (FUNAI, 1973 - em anexo), ela diz o seguinte:

constituem crimes contra os índios e a cultura indígena: **I** - escarnecer de cerimônia, rito, uso, costumes ou tradição culturais indígenas, vilipendiá-los ou perturbar, de qualquer modo, a sua prática. **Pena** - detenção de um a três meses; **II** - utilizar o índio ou comunidade indígena como objeto de propaganda turística ou de exibição para fins lucrativos. **Pena** - detenção de dois a seis meses.

No Chile, além da estação de inverno, na qual se aproveita a neve e seus atrativos, existe, no verão, também, uma programação que convida a descobrir outras faces deste país. Ao sul, em Frutillar, um vilarejo típico, banhado pelo maior lago chileno, o Llanquihue, apesar de forte influência alemã, encontra-se um povo nativo, os Mapuches, e um convite para visitá-los, a partir de informações no *site* da UOL (2202)²³, com a seguinte mensagem:

²³ UOL – Universo On Line - Disponível em: www2.uol.com.br/jc/2002. Acesso em: 15 abr. 2004.

impossível não se deixar envolver pelas raízes desse povo. Tanto que está sendo desenvolvido um novo ramo turístico chamado etnoturismo. Um exemplo? Que tal visitar uma autêntica cabana mapuche? É possível em Pucón, com direito a uma anfitriã simpática e um chá da tarde com delícias locais.

O que se percebe é que o turismo entre os índios é um chamariz para agregar valor a outros produtos como na citação do mesmo *site*:

cassino, restaurantes, complexos de lazer e estética podem até ser motivo para o turista não sair de dentro dos hotéis. Mas há uma infinidade de coisas para se conhecer. E você deve fazê-lo caso queira entender a tal da raiz mapuche. Só assim saberá como são feitas as flores de madeira gigantes e de cores fortes e as peças exóticas de bijuteria, destaque do artesanato regional. As mãos dos índios fizeram muito mais, logo você irá comprovar.

No Brasil, no Pantanal Sul-mato-grossense, está em discussão, dentro de um trabalho maior junto à etnia Guató, os indígenas canoeiros, ações para promover a sobrevivência deste povo que estava sendo extinto, mas que agora busca resistir às dificuldades. Uma das opções apontadas é o etnoturismo conforme narra a acadêmica Maricato (2003) em seu trabalho: *Diagnóstico sócio-ambiental da reserva indígena guató-Ilha-Insua*. Porém, ela alerta que esse assunto é trazido à tona pelos pesquisadores que questionam se o turismo é uma expectativa dos próprios Guató. Ela alerta sobre a possibilidade do impacto cultural negativo na população e mesmo sobre o ambiente, pois ali onde vivem há mais de 500 anos, no Pantanal do Mato Grosso do Sul, o ecossistema é frágil e a área possui sítios arqueológicos que ainda não estão devidamente adequados à visitação pública. A preocupação, também, se baseia em antecedentes que mostram outra influência negativa do homem. Há escassez de peixes considerados nobres, por causa do impacto do turismo tradicional e desorganizado sobre os recursos ictiofaunísticos do Pantanal (MARICATO, 2003).

Na Paraíba, em Mamanguape, na região da Baía da Traição, vivem parte dos índios Potyguara . A Baía da Traição foi o palco do encontro dos Potyguara com o "branco". Lá as belezas naturais contribuíram para o marketing do turismo, porém, a existência de "uma

"única reserva indígena", constitui um outro atrativo para a região, despertando a curiosidade de turistas para o exótico, ou melhor, para os "sobreviventes" e descendentes dos primeiros habitantes do Brasil.

Porém, no bojo do turismo houve um efeito colateral, provocado pela beleza do local: o crescimento desordenado dentro da área indígena, de hotéis e pousadas, bem como de restaurantes, lanchonetes, bares, entre outros. Mas, para resultar em vendas positivas, o marketing do turismo articulou a presença ou a sobrevivência de um grupo indígena "em reserva", com o fato de ser o único existente na Paraíba e ser o mais populoso da região Nordeste. Afinal, turismo é venda e venda só se faz com uma boa propaganda. Nesse processo há perdas culturais que são justificadas por se tratar de um dos primeiros grupos a serem contatados pelo colonizador. No entanto, há ganhos em inovação e no empreendedorismo que beneficia o índio e o turismo, conforme abaixo (VIEIRA, 2003)²⁴:

há quem pretenda concebê-los como empreendedores do contato e também do turismo, como aquele que é *capaz de inovar*. A capacidade de inovar pode ser tematizada, tanto no âmbito interno quanto externo, no qual a inovação tende a ser produzida dentro de um contexto situacional ou empírico (o turismo), a partir de um repertório simbólico específico. Configura um processo de "confronto de tradições" possibilitando uma combinação de identidades, tradições e estilos dentro de mercados que estão em constante internacionalização. É possível, então, que a inovação, ao ser produzida pelo índio, configure um diálogo com a tradição.

Conceber os Potyguara como empreendedores do turismo remete para o próprio modo como eles estão se inserindo no processo, qual seja, de fazer uma leitura simbólica do "outro" e do contato, configurando distanciamentos significativos. Esta pressuposição pode ser verificada, em primeiro lugar, pelo interesse em produzir artesanato para a venda, em segundo, pela comemoração do Dia do Índio, em 19 de Abril e pela realização da festa de S. Miguel (VIEIRA, 2003)

Na Paraíba, o Dia do Índio é apresentado pelo poder público como sendo uma manifestação folclórica dos índios de Baía da Traição, mas a leitura simbólica tem uma

²⁴ Obtido via Internet, sem paginação.

conotação peculiar para os próprios índios. O Dia 19 de Abril é um dia especial, porque os Potyguara brincam o Toré que, enquanto ritual, possibilita ao grupo atualizar os seus valores e as visões de mundo, veiculadas no discurso e, também, reforçar as concepções de um passado de índios da mata, da luta incansável pela sobrevivência, seja no mangue, nos roçados, seja no mar, na partilha comunitária, nas cantigas do Toré. Os valores de índio “puro”, do caboclo da jurema, do *tapuio canindé* fazem parte da cosmologia que é cantada e representada na dança (VIEIRA, 2003).

Como vimos, é possível pensarmos no turismo na Baía da Traição como um empreendimento dos Potyguara, na medida em que promove *inovações*, seja no nível da própria percepção cosmológica do contato com o “outro”, seja no nível da configuração de práticas sociais que tendem a revelar a própria perspectiva nativa de pensar a si-mesmo e ao “outro”, prática essa que caracteriza o que Lévi-Strauss (1952) chama de “distanciamentos significativos”, segundo Vieira (2003).

Há casos, no entanto, de invasão e desrespeito para com os povos nativos, como aconteceu em 6.8.03, quando o Coordenador Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Jecinaldo Barbosa Cabral, da etnia Saterê Mawé, formalizou, junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), de Brasília, através da administração regional da FUNAI, em Porto Velho, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e as Prefeituras de Manicoré e Humaitá, denúncia encaminhada por lideranças indígenas dos Povos Torá, Tenharim, Apurinã, Munduruku e Partintintin, sobre atividades turísticas, que vêm sendo realizadas na área Indígena Rio Marmelo, no Estado do Amazonas, sem a prévia autorização do órgão indigenista oficial, nem das lideranças representativas da região. A acusação ocorreu contra uma agência de turismo que estaria sem a licença devida, explorando o turismo em áreas indígenas e subornando alguns indígenas para colaborarem. (BRASIL OESTE, 2004)²⁵

As experiências de povos indígenas com o turismo têm sido desordenadas e até rejeitadas por algumas nações, como é o caso dos índios do Xingu (Alto Xingu, Posto Indígena Leonardo Villas Boas), onde norte-americanos vêm, insistente, tentando burlar as leis, forçando os indígenas a conceberem o turismo, ato denunciado por Zarur (2004)²⁶ em 27/05/2001, que conhece alguns dos problemas da comunidade xinguana, como diz:

²⁵ Brasil Oeste – site dedicado a notícias e questões indígenas – www.brasiloeste.com.br, sem paginação.

²⁶ Obtido via Internet, sem paginação.

diversos povos estão ameaçados a perder sua cultura original. Recentemente, algumas aldeias vêm sendo assediadas por empresários norte-americanos interessados em investir em turismo dentro do Parque. O projeto sofreu forte objeção das lideranças e foi vetado pela FUNAI. O turismo significaria a destruição da identidade étnica do Xingu, transformando-a em artificial. Mesmo assim, um pequeno hotel foi construído dentro da aldeia Kamaiurá ([BRASIL OESTE](#), 2004).

Há casos, ainda, como a bem sucedida história dos índios Pataxó, no sul na Bahia, que a partir do seu aldeamento, em 1861, e da proibição de utilizarem os recursos naturais em suas áreas que se tornaram parte do Parque Nacional do Monte Pascoal, em 1961, e se viram em dificuldades de subsistência.

Na década de 70, uma nova rodovia local começa a ser construída, a BR-101, e um funcionário, chefe do posto da FUNAI, mostrou aos índios trabalhos artesanais de outras etnias, tentando incentivá-los à produção artesanal, para comercialização entre os turistas que chegariam pela rodovia até Porto Seguro. Na mesma época, algumas famílias começaram a se mudar para Santa Cruz de Cabrália (onde há o marco da primeira missa no Brasil), no limite norte de Porto Seguro e se fixaram com a venda de artesanato, logo quando as estradas chegaram e o turismo, também. A partir disso muitos investimentos empresariais começaram, aproveitando, inclusive, a venda de artesanato feita pelos índios Pataxó, que a partir deste fato, puderam mudar o rumo de suas vidas (GRÜNEWALD, 2001), deixando uma experiência de fracasso, transformada em sucesso, objetivando a sua sobrevivência, pois:

se os pataxós sabem que os turistas não fazem suas viagens pensando em encontrar índios e sabem também que os guias turísticos donos de pousadas e outros agentes turísticos sugerem aos turistas o aspecto aculturativo de grupo étnico, que, na maioria das vezes, é corroborado pelos visitantes, lançam-se, em contrapartida, numa direção oposta e procuram se revelar como atração turística, colocando mesmo sua cultura à venda no mercado turístico. Para tanto, os pataxós elaboraram um trabalho de 'resgate da cultura' que os tem feito sobressair, cada vez mais, nas arenas turísticas (Ibid.:132-33).

Em algumas aldeias, como os Caiapós do norte do Brasil, os índios construíram uma maloca especial para receberem turistas. Acredita-se que em vez de destruir o patrimônio cultural, o turismo e a venda de produtos podem resgatá-lo. O trabalho pode incentivar o resgate de peças que não são mais produzidas, provocando interesse crescente em manter as tradições.

O turismo em terras indígenas é proibido, mas é praticado de forma irregular e sem normas adequadas. É preciso, em primeiro lugar, que haja consentimento e participação dos índios e as “aldeias” mais isoladas, com pouco contato com os “brancos”, deveriam ser protegidas contra esse processo (PAULA, 2003)²⁷.

O Diretor de Assistência da FUNAI, Índio Apurinã, acha que a instituição deveria trabalhar em sintonia com o IBAMA e com as agências de turismo. Do contrário, o turismo continuará ilegal. Há uma expectativa entre os índios quanto a essa atividade, pois seria uma forma de conseguir recursos financeiros. O maior desafio, no entanto, levantado por técnicos que trabalham com questões indígenas é saber como resolver alguns problemas entre os quais destacamos o seguinte: sabendo que o patrimônio é de todos da aldeia, quem receberia os dividendos? Os que abrem as portas de casa? Os que cobram mais barato? Os que moram mais perto de portos, estradas e aeroportos? (Ibid.)

Além dessas preocupações, há ainda uma questão de fundo a ser pesquisada e que se refere aos impactos que a presença dos turistas no dia-a-dia da vida na aldeia provoca. A preocupação se justifica na medida em que a entrada de dinheiro, dessa forma, tende a alterar a cultura da coletividade. Além do mais, é uma invasão. O risco de serem percebidos enquanto algo exótico poderia reforçar toda a gama de preconceitos que perpassa a relação com essas populações. Essas e outras dúvidas é que fazem com que muitos sejam contra o turismo em áreas indígenas, principalmente, em reservas, especialmente aquelas mais isoladas.

Na conferência do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que ocorreu na Universidade de Brasília, em 2004, os índios formularam uma proposta oficial ao governo para a criação de uma política de ecoturismo indígena, documento que não está ainda disponibilizado, via internet.

Lima (2003)²⁸ julga que a discussão chega ao Brasil na hora certa. A Unesco promoveu, recentemente, em Cuba, o Seminário Internacional sobre Diversidade Cultural e

²⁷ Obtida via Internet, sem paginação.

²⁸ Obtida via Internet, sem paginação.

Turismo, que estabeleceu diretrizes para que as visitas não afetem a diversidade cultural dos povos - “Os índios não querem políticas assistencialistas, mas algo deve ser feito pelo governo com urgência” - conclui o antropólogo.

3.1.1 O Turismo entre os Terena no bairro Marçal de Souza

Após evidenciar algumas experiências de turismo em áreas indígenas, faz-se necessário apresentar uma visão inicial do turismo, no bairro indígena Marçal de Souza, no qual foram observadas algumas das manifestações culturais dos Terena, as atividades do Memorial da Cultura Indígena e realizadas entrevistas com pessoas ligadas à comunidade.

O turismo na aldeia urbana, ainda, é insipiente e um fato desconhecido, tecnicamente, entre os Terena, ou seja, o fenômeno ocorre de forma espontânea, sem qualquer planejamento, exceto por um projeto específico da prefeitura, que instaurou o *City Tour* oficial, o qual discutiremos a diante.

Primeiramente, para tentar resolver um dos maiores problemas encontrados no local, o desemprego, a prefeitura construiu o Memorial da Cultura Indígena, um centro de exposição de artesanato para que os indígenas pudessem expor seus trabalhos e vendê-los aos turistas que aparecessem. Observamos que o Memorial possui um *folder*²⁹ (em anexo) produzido pelo poder público e que é distribuídos nos hotéis, aeroporto e outros pontos de recepção de turistas. No entanto, as manifestações culturais que congregam toda a comunidade, que tanto atraem o público, só aparecem em Abril, quando se comemora o Dia do Índio.

As agências de turismo, ainda, não se dispuseram a moldar um pacote especialmente voltado à visitação do bairro, momento em que se poderia mostrar a cultura indígena e promover o comércio de artesanato. Recentemente, uma iniciativa de diversos órgãos instaurou um programa de *City Tour* (folder em anexo) regular pela cidade, no qual o Memorial da Cultura Indígena é ponto de visitação mais em evidência, onde os turistas descem para conhecer a cultura local.

Quem tem aproveitado mais o Memorial para um passeio pedagógico são as escolas, que vão ao bairro além do mês de Abril, para fazer pesquisa escolar. As

²⁹ Folder – termo utilizado pelo setor de turismo e marketing, para designar um folheto de propaganda de um produto turístico, em geral com fotos, mapas e as informações necessárias para provocar demanda.

universidades também estão sempre por lá para pesquisas acadêmicas, no interesse de fazer diagnósticos sobre a situação dos índios. Assim, em agosto de 2004, fazendo pesquisa de campo complementar, encontramos alunos das escolas Motivação, na pessoa da Sra. Nilce, coordenadora pedagógica, em visitação com seus alunos e a escola Alexandre Fleming, na pessoa da aluna Érica, que estava acompanhada de outros colegas, Isabela, Ivan, Odon, Diego, Rafael, Moisés e Anahí, todos buscando dados para a realização de um trabalho escolar que serviria de modelo para um concurso nacional sobre os Tesouros do Brasil, que se apresentará na forma de redação. Estes últimos estavam ali por conta própria, acompanhados das mães. Perguntamos porque escolheram o tema indígena para retratar esse tesouro. Responderam que foi pela beleza da cultura indígena, porque representa a cidade e representam um tesouro do Brasil. Outra escola com quem nos deparamos no local foi a Eduardo Olímpio Machado (em aproveitamento da cota de 20% destinada às escolas públicas municipais, dentro do programa de *City Tour* oficial), na pessoa da professora Luciane Toledo Monteiro, que declarou estar satisfeita com o passeio e a visita ao Memorial, pois a maior felicidade era ver a reação das crianças que gostaram muito de estar ali junto aos indígenas, pois a idéia que eles tinham era outra, aquela de índios em ocas, vestidos de penas, etc, mas se surpreenderam ao vê-los já com modos tão diferentes das primeiras expectativas . Por fim, gostaram muito da visita ao bairro, pois foi oportuno para mostrar a realidade do índio na cidade.

No entanto, são poucas as escolas que incluem esse tipo de programação como conteúdo pedagógico e projeto ao longo do ano escolar. Parece-nos, no entanto, que essas atividades universitárias e escolares não contribuem para as causas indígenas porque às vezes são conduzidas por professores que não têm qualquer preparação sobre o assunto, exceto pela leitura de teorias encontradas em livros quase sempre editados em outros estados e que se referem a índios de forma geral, sem consideração específica pela etnia Terena. Ao chegarem no bairro, os turistas não são acompanhados por membros da comunidade, preparados para a intermediação e para o contato que terão com a comunidade. Quanto à contribuição financeira, também, fica a desejar, pois o Memorial isenta as escolas e os alunos em geral não compram artesanatos e quando o fazem escolhem objetos de menor valor. A comunidade não cobra qualquer taxa de visitação e de acompanhamento desses alunos. Isto sem pensar que muitas vezes as crianças não são preparadas, antecipadamente, e quando saem do bairro, carregam ainda os mesmos ou mais preconceitos em relação aos índios.

Sob a ótica do turismo, não é possível afirmar, ainda, se o fato da população e os alunos reconhecerem o bairro como sendo dos índios contribui ou não para a permanência dos preconceitos, marcando os índios como pessoas ou até como produtos exóticos, contribuindo

para aguçar a curiosidade, que gera a demanda turística. Percebe-se, no entanto, que o índio é exposto como algo exótico, tendo em vista promover o pacote de turismo, agregando valor diferenciado ao mesmo. E isto se pode confirmar através da pesquisa via internet, na qual se clicado o termo de busca: Turismo indígena aparecerão mais de 100 (cem) sites, que tratam do assunto, sendo que muitas vezes nem há pacote especializado para este fim. Não há, inclusive, contato ou visita em aldeias, mas a palavra índio é usada para chamar a atenção para algo que o mercado ainda considera exótico e, portanto, uma atração comercial.

No mercado de turismo a situação parece mais grave, pois existem pseudo-empresários e empresas piratas do setor, que facilmente (porque não há qualquer tipo de controle) promovem excursões a estes locais e nas aldeias rurais, momento em que aproveitam apenas para obter lucros fáceis, pois não possuem guias de turismo qualificados e transporte em condições adequadas.

Em entrevista com a Sra. Enir, esta afirmou que : “Vêm turistas freqüentemente no Memorial da Cultura Indígena” e isso, certamente, contribui, mesmo que ainda não para todos, para a redução do problema da renda e do desemprego (grifo nosso). Quanto ao turismo, diz que “dá pouco retorno”, indicando que ainda não há um trabalho sistêmico e organizado. A Sra. Enir disse que: “temos consciência que o turismo tem que ser explorado. Queremos receber turistas, é muito bom, mas falta retorno”. Interpretamos o retorno como falta de planejamento para, efetivamente, haver demanda de turistas, que possam comprar produtos e serviços, que resultem em lucro para atender as necessidades básicas deles.

Dentro dos conceitos do desenvolvimento local, espera-se que eles próprios possam ser os protagonistas desta história. No entanto, lidamos com uma situação que é peculiar. Depois de tantos anos de assistencialismo e tutela, mesmo que eles saibam e digam que tem vontade de fazê-lo, no caso do turismo, se não contarem com assessoria, talvez seja difícil que essa atividade se reverta em efetivo desenvolvimento e prosperidade econômica para eles, ansiosos por oportunidades.

Um dos momentos de visitação pública é a data comemorativa do Dia do Índio, no qual todos os anos, os professores da escola local se reúnem para mostrar suas tradições. São danças, músicas e folclore. Nessas datas já ocorre a visitação pública com a presença de excursionistas (da própria cidade) ou visitantes e turistas. Os chamados turistas surgem, eventualmente, para conhecer a festa da escola da comunidade, denominada Sullivan Silvestre Oliveira, que apresenta uma programação durante o dia todo. Os alunos participam fazendo apresentações culturais, mostrando a riqueza do folclore Terena. Os professores e a direção

planejam tudo de tal forma que possam receber os visitantes e mostrar a vontade de integração deste povo. A data é comemorada pelos adultos da comunidade com um churrasco e disputas de futebol.

Na data em que foi comemorado pela comunidade o Dia do Índio, em 20 de Abril de 2004, foi feita uma visita no bairro e no Memorial para observar como os turistas e estudantes eram recebidos e o que fizeram durante a visita, no interesse de analisarmos fatos que possamos relacionar ao etnoturismo e outras segmentações de mercado.

Primeiramente os alunos que visitam o Memorial são recebidos pelos estagiários de turismo e recepcionistas Terena. Na fala de boas vindas e recepção, os estagiários contam a história do Memorial. Logo depois os alunos são convidados a conhecerem o interior do prédio, no qual se explica sobre os artesanatos que os alunos observam. As recepcionistas acompanham a movimentação dos visitantes e dão atenção quando são solicitadas. Os alunos olham tudo e vão embora.

Durante as visitas dos turistas que aparecem no local perde-se a oportunidade de, através de um monitor Terena, explicar as causas e a problemática dos indígenas e, com isso, conseguir fazer um intercâmbio entre culturas, promovendo o respeito mútuo e a adesão às causas indígenas. Isso já seria um início da auto-gestão a que pretendem chegar um dia. As apresentações são mais de cunho histórico narrativo, que falam da formação do bairro e da construção do memorial, sem discutirem a questão cultural e mesmo a questão territorial, que, para eles é tida como fundamental. Talvez, podemos estar apenas reforçando a idéia do bom silvícola, em meio à cidade, pronto para ser exibido como atração turística, apenas em oportunidades que nos interessam, sem qualquer compromisso social de mudança da sua condição de vida, marginalizado pelas políticas públicas, que o excluem dos principais direitos civis, entre eles a própria autonomia, de que precisam para buscar seus interesses. O atual departamento de turismo do município de Campo Grande, que diante dos recursos disponíveis, tem se dedicado e contribuído sobremaneira para a integração e sucesso deste empreendimento. O Memorial marcou uma nova era para essa população.

Mediante aplicação de um questionário, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) – Depto. de Turismo Municipal, através da estagiária de turismo, Sra. Amanda Pompeu, constatou que, no que se refere as atividades do Memorial, em 2003, “Os meses com maior movimento foram os de Março e Abril (provavelmente em função do Dia do Índio – grifo nosso); sendo a maior freqüência de turistas brasileiros, em sua maioria crianças, em idade escolar (1.000 alunos do ensino fundamental) e adultos entre 40 a 50 anos (2.000 pessoas assinantes do livro de visita), totalizando, aproximadamente, 3.000 pessoas

visitantes. O valor destinado aos artesões foi de R\$ 4.8670,70 reais e R\$ 3.000,00 arrecadados com a entrada que é repassada à prefeitura que mantém o Memorial. Os artesãos que expõem são : Enir, Elida, Francisco Moreira, Solange Barros, Cledival Pires, Eliseu Lili, Ivete Bucker, Lira, Lucilena Souza, Saturnina, Maria Auxiliadora, Neli Guimarães, Nelson Gonçalves.”

Conforme levantamento realizado em agosto de 2004, constatou-se que no último mês de Julho, a Sra. Hélida ‘Terena’ arrecadou aproximadamente dois mil e quinhentos reais, pela venda de artesanato. Quando perguntamos porque os índios não trazem artesanato das aldeias para a venda, as respostas de diversos entrevistados foram divergentes. De um lado, há quem diga que não o fazem por preguiça e, segundo a Sra. Enir, a líder comunitária, ainda não o fazem devido à falta de condições de infra-estrutura adequada e capital de giro. Pois se esta situação for resolvida, como já foi conseguido pela Sra. Hélida, a comunidade fará, também, artesanato para ser vendido no Memorial. Contou que os indígenas preferem vender os artesanatos na aldeia, porque lá, apesar de mais barato, eles vendem tudo de uma só vez e recebem em dinheiro, diferente do caso de consignação, que realizam através do Memorial. Dessa forma, a Sra. Hélida tem intermediado as vendas e no Memorial só se encontram etiquetas de venda de artesanato, em seu nome, mesmo àqueles feitos por índios Guarani. Ela compra na aldeia e revende no Memorial.

Outra adaptação para atender aos turistas, que observamos no Memorial, foi a presença de uma criança índia, vestida ‘à caráter’, com trajes feitos com saco de estopa, pintada com pasta de dente e batom, devidamente marcada com o símbolo feminino (apresentando duas esferas sobrepostas), nas duas faces, esperando pelos turistas que quisessem tirar fotos com ela, caracterizada de “índia Terena”. É a estudante Bruna Acunha Chimenes, que tem a oportunidade, segundo ela, de ganhar alguns trocados, para comprar, entre outras coisas, material escolar. Explicou que gosta muito do trabalho e que faz todos os dias a recepção dos turistas, sem se cansar. Os demais colegas não o fazem porque sentem vergonha, mas ela não. Em outra oportunidade encontramos três outras crianças, fazendo o mesmo trabalho e perguntamos se gostavam do mesmo e sentiam-se bem fazendo aquilo. As respostas são que gostam, pois conseguem dinheiro para a compra de roupas e material escolar.

Os guias de turismo que fazem o *City Tour* oficial, participaram de diversas reuniões para se prepararem para o trabalho e quando chegam ao Memorial, contam, também, parte da história do local. O aspecto interessante é que um dos guias é descendente de Terena, o Sr. Eduardo, que declarou gostar do trabalho porque mostra a cultura dos Terena e disse que os turistas gostam da visita, porque, também, fazem uma idéia equivocada dos índios em

relação ao seu modo de vida e ao chegarem lá se surpreendem, o que seria natural, como explica Xavier (2004), apontando que:

torna-se coerente destacar que o campo visual postulado por Gibson, sendo sentido, relacionando com o espaço imediato dos sujeitos, corresponde à percepção geográfica dos lugares, a partir da percepção de seus moradores, com uma avaliação prática e afetiva dos recursos que dispõem para o turismo. Já o turista, que percebe o espaço de maneira diferente do nativo, como afirma Tuan (1980), tem a paisagem como se fosse para compor um quadro. Assim a percepção de seu mundo visual é o mundo acrescida de valores, muitas vezes relacionados a sonhos e fantasias.

Cada guia de turismo, com registro profissional, na Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), ganha ao menos quarenta reais, podendo aumentar o valor em função do número de turistas que adentram no ônibus para o *City Tour* oficial. No entanto, ele e nenhum outro guia recebeu treinamento específico para discutir a questão do índio Terena. Fato que poderia ser minimizado com um treinamento em conjunto com a própria comunidade, formando monitores de turismo, para assumirem a recepção no bairro e participar, também, desse processo, que por enquanto os exclui.

Conversando com a atendente Terena, Sra. Claudete, atendente do Memorial, nos disse que o empreendimento do Memorial da Cultura Indígena foi uma grande oportunidade de trabalho, e que sempre que têm grupos interessados, ela aproveita para mostrar como é a língua típica dos Terena. Recentemente (agosto 2004), em conversa com a mesma, explicou que nos fins de semana recebe os turistas sozinha e que não fala tanto como as estagiárias (referindo-se a Amanda) porque não gosta muito de falar como as estagiárias.

Em agosto de 2004, na SEDEC (Secretaria de Desenvolvimento econômico – Depto. de Turismo), a Sra. Silvana, estagiária, frente a várias perguntas que fizemos, em entrevista, nos respondeu que a comunidade tem divulgado mais a sua cultura, o que incentiva as novas gerações a continuar e que a renda aumentou para quem utiliza o Memorial para comercializar peças de artesanato e que o maior ganho para a comunidade é a comercialização das peças de artesanato e a divulgação da cultura Terena. O Memorial conta com uma índia Terena para atender aos turistas e, também, com crianças e adolescentes que se caracterizam com os trajes indígenas mostrando aos turistas sua indumentária, participando assim, também, do processo do *City Tou*, o qual tem sido bom, no sentido de comercialização dos produtos e que estão sendo providenciados cursos de capacitação para a comunidade Marçal de Souza receber melhor o turista. Lembro que estas respostas são a partir do ponto de vista da percepção dos não-indígenas (grifo nosso).

Em entrevista com a Sra. Enir, ela disse que “o *City Tour* oficial para eles não contribui nada para com a comunidade” (informação verbal). Analisando a resposta, observamos que a venda do artesanato, que é a maior propaganda do sucesso do Memorial, na verdade beneficia em maior parte apenas uma pessoa, a qual além de artesã, intermedia os demais artesanatos expostos, de tal forma que as etiquetas só contém o seu nome. Outra situação, também, é que os Terena ainda são os coadjuvantes nesse processo, não tendo qualquer autonomia sobre o fluxo de turismo no bairro e no próprio Memorial.

Para confirmar o comentário acima realizamos uma pesquisa no interesse de saber se a população do bairro era ou não beneficiada de alguma forma com o novo projeto de *City Tour* oficial, realizado pelo *trade* de turismo. O resultado foi que a maioria das pessoas que moram no bairro não vê benefícios no programa. Alguns declararam que há algum benefício, e o fizeram, em geral, por estarem envolvidos de forma direta ou indireta, através de alguém da família, pois o que se percebe é que a comunidade ainda não está bem a par do projeto e não participa da sua execução de forma a se sentir integrada e, por conseguinte, captadores dos possíveis benefícios. Ao perguntarmos, todos foram unânimes em responder que não há benefícios para eles, ou suas famílias, mas alguns lembraram, mesmo que na dúvida, que a comunidade deve estar tendo benefícios pela divulgação do artesanato. Concluindo, quando houve o reconhecimento do benefício, este se limitou a referir-se ao comércio, ou seja, a observar apenas a parte econômica do turismo.

De acordo com as palavras da estagiária Amanda, eles estão sendo preparados para assumirem a recepção do Memorial, sendo que os estagiários e a secretaria cuidarão apenas da parte administrativa burocrática. Outra situação é, também, o diálogo com os turistas, os quais não abordam questões de maior interesse, ou mais profundos, na intenção de que as pessoas possam refletir sobre a cultura, os índios e seu papel e a contribuição para a nossa sociedade, procurando o respeito pela cultura nativa e diferente. É preciso no nosso entender, acima de tudo, confraternizar e integrar com a população local para que a visita se torne um momento de comunhão. Assim, talvez, possamos entender melhor os Terena e contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento e não apenas almejando o seu crescimento econômico, através da comercialização do artesanato.

É possível que, desta forma, os Terena aos poucos aprendam as regras desse jogo, vivendo em meio à cidade, em busca pela sobrevivência e que, em contrapartida, também, nos ensinem, através da sua cultura, outros valores, que a sociedade não-índia ainda não reconheceu, que perpassa pela visão diferenciada de mundo, onde a comunidade, a família, a terra e a cultura são essenciais para eles.

No bairro não há qualquer controle de entrada ou saída de pessoas e, portanto, também não há qualquer tipo de trabalho de recepção ou acompanhamento de quem visita os índios. Se houver interesse por parte dos Terena, o bairro poderá ser um centro de divulgação da sua cultura e não apenas um espaço para visitação no Dia do Índio, quando, em geral, os visitantes saem sem conhecer de perto a problemática e a riqueza desta nação indígena, de forma a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento.

3.2 A CULTURA E O TURISMO

Entendemos que a palavra cultura tem uma conotação bastante abrangente, o que nos levaria a analisar a cosmologia dos Terena. Adotaremos aqui o entendimento de que cultura são todas as formas de expressão de um povo, como aponta Sigrist (2000:25), dizendo que cultura é: “a expressão da forma de ser/viver em sociedade, pois entendo que a vida é o critério fundamental para se estabelecer regras, juízos e parâmetros para se viver juntos, porque o homem é um ser contactante” ou mais contextualizado, segundo Vidal e Silva (1995:368), cultura é “como um código simbólico compartilhado pelos membros de um grupo social específico que, através dela, atribue significados ao mundo e expressa o seu modo de entender a vida e suas concepções quanto à maneira como ela deva ser vivida [...].”

E sobre cultura Terena, relatos de Sganzerla e Silva (2004), dizem que esta é desenvolvida por sinais, por símbolos e por momentos de intensa experiência, nos quais os entendidos aproveitam para comunicar os valores do povo. Diz ainda que cultura é, como um todo de vida e a sua expressão, onde o conhecimento é dado pela prática do dia-a-dia. Eles transmitem as formas de viver próprio de cada geração e a tradição é sempre oral, pois a sabedoria vem do fato vital transmitido, daquilo que se vive, constituindo a sua riqueza.

A metodologia de aprender é desenvolvida através da idéia de que é melhor viver mais do que pensar e deste viver já vivido é que vem a riqueza cultural Terena. Assim, a criança Terena vai sendo educada, através da bagagem que é própria de cada um, sendo a transmissão dos elementos culturais repassados de forma vivida e experimentada. A aprendizagem não se situa na inteligência e no raciocínio, mas sim na globalidade de viver (Ibid.).

A cultura tem uma contribuição fundamental para o turismo, porque os bens materiais e imateriais que constituem os atrativos turísticos fazem parte dela. A presença dos turistas pode constituir-se em momento importante para uma comunidade porque, segundo Villa (2003), referindo-se a estudos realizados por Greenwood:

esta parte de la cultura expuesta al visitante, se pone en venta, se escenifica, se re-presenta, como forma de preservar la verdadera identidad e intimidad de los nativos frente a la mirada curiosas de los turistas, intentando evitar que se pierda su significado original, lo que tiene de identidad para esa cultura.

Mas essa relação intercultural através do turismo é vista de forma diferente entre os pesquisadores e intelectuais, como, também, entre os próprios indígenas, ainda mais em se tratando dos mais velhos, como aponta Camêu (1977, apud BIANCHINI, 2000:58), dizendo que: “As danças e os jogos antigos iam sendo gradativamente substituídos pelos dos civilizados. [...]. Se a situação não chegava a afetar os jovens, era bastante incômoda para os mais velhos, que acompanhavam as modificações com pesar”.

Banducci Jr e Barreto (2001) explicam que a primeira preocupação dos antropólogos foi demonstrar o quanto o turismo interfere nas culturas locais, impondo muitas mudanças na vida da população nativa, sendo que hoje se percebe que não só o turismo, mas no mundo globalizado tantos outros provocam impactos. E de outra parte, o turismo não leva só a impactos negativos, mas pode trazer benefícios. A própria modernização, urbanização e outros, contribuem para a desestruturação de culturas particulares tanto ou mais que a presença do turista.

E Martins (1995, apud BANDUCCI JR, 2001:37) complementa dizendo que:

se o contato com os ‘de fora’ impõe mudanças na vida local, aponta para a existência de mecanismos reguladores que a população mobiliza para reforçar seus costumes e práticas culturais,tais como certos rituais e, determinadas posturas adotadas diante dos estrangeiros. Como diz o autor, o turismo, com sua gama de personagens e interesses, ‘ao mesmo tempo em

que desestabiliza os processos de socialização característicos do lugar [...] implementa algumas situações sociais coletivas que permitem aos nativos assegurarem alguns elementos identitários de sua cultura` . Sendo assim, a cultura nativa resguarda-se na medida em que reinventa uma ordem que está sob constante ameaça.

Desta forma vê-se que a preocupação maior é com a perda da identidade e da cultura. Esta tem sido a tônica das discussões sobre turismo e populações autóctones, preocupação expressa por Beni (1998:83), quando reforça que:

a comunidade autóctone, receptora dos grupos em mobilidade, não deve perder sua própria identidade. Resulta tão forte o choque de culturas, o confronto de linhas de pensamento e de ações em uma comunidade turística autóctone, que esta, com risco de perder sua própria identidade e personalidade, não poucas vezes deixa-se utilizar e explorar pelo afã de um enriquecimento rápido e fácil. A comunidade nativa tem caracteres diferenciadores que lhe conferem uma identidade coletiva que não se deve perder.

No ano de 2004, a comemoração do Dia do Índio, programado pela comunidade, do Bairro Marçal de Souza, incluiu um churrasco, no qual todos se reuniram. A maior festa, no entanto, foi preparada pela escola, sob a orientação da prefeitura, na qual a presença de políticos e do prefeito foi marcante. Nessa festa, as músicas preferidas foram as brasileiras que têm como letra a questão indígena, como, por exemplo, a música interpretada pela artista Xuxa, na qual parte do texto diz : “Vamos brincar de índio e sem mocinho pra me pegar...”

Dentre todas as manifestações culturais tradicionais exercidas nas aldeias de origem, há apenas algumas que se mantém com vivacidade porque, certamente, representam um dos melhores momentos e motivo de orgulho dos Terena. Como exemplo, a dança do Bate-Pau, que representa o episódio da guerra do Paraguai e perdura até os dias de hoje na memória deste povo (MANGOLIM, 1993).

Quando se pergunta porque gostam da dança, dizem que “ela incentiva crianças e adultos. Dá incentivo pra vida”, comenta Sra. Enir. Estas manifestações, também, fazem parte da identidade étnica e remetem para o seu passado e sua história. No entanto, estas maiores manifestações não acontecem sempre, mas tão somente no Dia do Índio, em Abril, ou em algumas cerimônias de casamento indígena.

Os artesanatos são feitos por diversos artesãos, segundo a estagiária e coordenadora do Memorial da Cultura Indígena, Sra. Amanda Pompeu, que administra o

Memorial, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) - Depto. de Turismo, coordenado pela diretora, Sra. Maritssa Camargo. Encontramos, também, quadros da artista plástica Sra. Neli, observando que o espaço é aberto a artistas que retratem o tema indígena.

Para incentivar a produção de artesanato, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) tem liberado verbas para projetos que atendam às necessidades de formação de mão-de-obra qualificada para a geração de trabalho. E em função destes cursos é que, provavelmente, surgirá um núcleo de montagem de artesanato Terena. Sabemos que não é o ato em si da produção do artesanato que é importante, mas a manifestação cultural intrínseca que existe no ato, pois é através de símbolos e ícones da sua própria cultura que o Terena cada vez mais se identifica como nação. Entre alguns exemplos, encontra-se o de Alicante, na Espanha, que dá a oportunidade para Villa (2003) fazer a seguinte citação:

no solo insertando el patrimonio en el sistema comercial, como un producto más, sino mostrándolo de tal forma que no pierda su significado para los nativos, que no se descontextualize y estereotipe, y que sirva realmente de encuentro entre culturas, haciendo partícipes a ambas partes, turistas y anfitriones, de esta visión rescatada de las culturas.

O artesanato, como manifestação da própria cultura, faz parte das encenações, pois de um lado busca realizar as expectativas do próprio artesão de aumentar a renda da família e de afirmar para si e para o grupo a identidade indígena e de outro a expectativa do turista de encontrar produtos típicos da região e da cultura dos índios. Para os Terena “a cerâmica ainda hoje é um dos elementos básicos de expressão [...] e a linguagem fala da vida do povo Terena” (SGANZERLA; SILVA, 2004:26).

Desse modo, o interesse pelo artesanato voltado para a comercialização acabou por constituir uma prática que exprime uma lógica simbólica específica, suscitada pela oposição: pureza e mistura. Ao mesmo tempo, tal interesse acabou por configurar um símbolo demarcador da especificidade cultural do grupo. É comum ver os turistas procurando adquirir produtos feitos pelos índios, tais como colares, anéis e pulseiras [...] (ONG NAYA, 2004).

É comum, também, em se tratando de artesanato, a utilização de motivos indígenas para serem confeccionados nos trabalhos dos artesões não-índios, como se observa nas lojas de artesanato, onde aparecem, conforme confirma Sigrist (2000: 80), os nomes de “Antônio Ricci, Elpídio e João Manoel”, que entalham totens, em Campo Grande, mostrando que a influência indígena é forte na cultura sul-mato-grossense. Porém Vidal e Silva (1995) lembra que talvez haja uma diferença entre as duas artes, a confeccionada pelos não-índios e a pelas sociedades indígenas, que está comprometida com outros fins sociais que aqueles a ela atribuídos na sociedade ocidental.

Há um caso já descrito, anteriormente, também, encontrado no *site* do IESP³⁰, referindo-se aos índios Pataxó, que adaptaram a sua produção artesanal ao gosto dos turistas, da qual sobrevivem ainda hoje. As peças produzidas não são as utilizadas no dia-a-dia das aldeias, são mais para a decoração. Porém, mesmo assim, acreditam que isto mantém a identidade deles como índios Pataxó e demonstram a sua tradição que, segundo Linnekin (1983, apud GRÜNEWALD, 2001:133), é “como uma categoria autoconsciente”, é “inevitavelmente ‘inventada’”, ou seja, falar em “construção” de identidade cultural ou de “invenção de tradição” é “enfatizar que cultura é um produto dinâmico da consciência humana e está sendo constantemente reformulada no contexto contemporâneo”.

A venda de artesanato tem se constituído em um dos grandes ganhos e saída para a mitigação da miséria que muitos índios passam, principalmente àqueles que vivem em áreas urbanas, no contato do dia-a-dia com o sistema capitalista. Porém, não se pode deixar de lembrar das observações sobre a venda de artesanato, cujos resultados podem ser positivos ou negativos para os próprios índios, pois a sua venda pode afetar diretamente o sistema interno de significação dos objetos e das relações que expressam e certas matérias-primas podem faltar quando se trata de recursos naturais escassos (VIDAL; SILVA, 1995), mas, podem também se tornar em bons exemplos como a venda de bonecas dos índios Karajá da ilha do Bananal, que promoveram um intenso comércio, o que significou vantagem financeira para o

³⁰ IESP – Instituto de Ensino Superior da Paraíba.

grupo e valorização desta atividade, estimulando a criação de novas formas e temas dentro do estilo próprio (*Ibid.*).

Por fim, se os produtos se transformam em mercadoria e mesmo assim ainda mantém características que agradam aos turistas, podem ser considerados autênticos para esse consumidor. Por isso, o turismo torna-se um importante veículo do qual surge o sentido de uma estética dividida e uma identidade coletiva, o que Anderson (1989), “no contexto do nacionalismo, tem conceituado como uma ‘comunidade imaginada’. Dessa forma, o turismo seria criativo de cultura, e as tradições dos pataxós, incrementadas turisticamente seriam autênticas, legítimas, positivas e conotativas da criatividade cultural que lhes é própria” (GRÜNEWALD, 2001:141).

Em oposição a uma “concepção naturalística de tradição”, o ponto parece estar em conceber tradição como uma construção simbólica, sendo que para Handler e Linnekin (1984, apud GRÜNEWALD, 2001:134), “tradição é inventada porque é necessariamente reconstruída no presente [...]. Além disso,

[...] tradição nunca é totalmente natural, nem é sempre totalmente não relacionada ao passado. A oposição entre uma tradição simplesmente herdada e aquele que é conscientemente moldada é uma falsa dicotomia [...] o ponto crucial para nossos propósitos é que seu valor como símbolos tradicionais não depende de uma relação objetiva do passado [...] O estudioso pode objetar que tais costumes não são genuinamente tradicionais, mas eles têm tanta força e tanto significado para seus praticantes modernos quanto outros artefatos culturais que podem ser traçados diretamente do passado. A origem das práticas culturais é amplamente irrelevante para a experiência da tradição; autenticidade é sempre definida no presente. Não é a existência de um passado ou a transmissão que define algo como tradicional. Antes, o último é uma designação simbólica arbitrária; um significado designado antes que uma qualidade objetiva (*Ibid.*:285-286).

O próprio Estado incentiva, através de leis, a exposição e manifestação da cultura indígena. O que se busca é a organização do evento turístico por se tratar de uma atividade comercial ainda não dominada por estes povos e que tem uma série de impactos sobre a própria cultura. Vejam o que diz a Constituição: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício

dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" (Art. 215, Constituição Federal)³¹. Desta forma, o que se espera que aconteça é que os índios também possam ter cada vez mais direito ao acesso à comercialização dos seus produtos e que se dê a eles a oportunidade de expressar a sua arte da forma como lhes convier. Porém, é preciso ter planejamento, avaliando-se em profundidade os efeitos sobre os valores histórico-artísticos, usos e costumes, principalmente entre populações tradicionais e, portanto, com raízes culturais profundas, que devem merecer mais atenção devido ao fato de, também, serem propensas aos impactos mais significativos (BENI, 1998).

O turista, por fim, quando se depara com estas manifestações culturais, artesanato e toda gama de representações que mostram a identidade não do visitante, mas do visitado, busca na verdade se reafirmar diante do outro, como diz Ascanio (2004):

el turista busca la utopía de los diferentes, para poder comprobar su propia identidad. Esto ha llevado al exotismo mercantil, por el que se compran sensaciones contrastantes, aunque el turista mantiene su dominio simbólico, el cual reafirma su poder económico y legitima la superioridad de su cultura de origen.

Por isso, a expressão da arte não serve somente a quem a expõe, mas, também, é fator cultural que favorece a quem visita, criando a oportunidade de vivência do lúdico e possibilitando reafirmar sua própria identidade confrontada com a identidade dos indígenas. É desta forma que o turismo poderia explorar melhor a visitação do público no Memorial da Cultura Indígena, provocando questões e debates que levem ao visitante à discussão sobre a questão indígena, a pretensa noção de superioridade de quem compra um artesanato ou visita um aldeia, assuntos que são problemas comuns aos brasileiros.

Sganzerla e Silva (2004:26), ainda, complementam dizendo que “devemos em tudo isso, acrescentar a dimensão do mistério que eles zelam e tentam manter sob sigilo e daí apreciam todo o cenário. Quem não entende, apenas vê uma movimentação externa. Sem conhecer a cultura Terena, a dança não passa de uma celebração”.

³¹ Constituição Federal. Disponível em: www.minc.gov.br/textos. Acesso em: 01 mai. 2004.

Para que a venda de artesanato possa se reverter em sucesso, segundo Vidal e Silva (1995:398-399):

1. a comercialização precisa ser feita por eles, para que eles possam receber bons preços para seus produtos; 2. deve se evitar a todo custo a venda de objetos sagrados e de objetos que fazem uso de recursos materiais escassos, com risco de desaparecer; 3. deve-se tentar manter a qualidade estética dos produtos e suas características específicas.

Espera-se que, neste caso, a venda de artesanato valorize as etnias indígenas e as ajudem na obtenção de recursos que possam suprir suas necessidades, principalmente das mães e seus filhos (Ibid.)

Sobre o turismo e sua perspectiva de ser reelaborado no Bairro Marçal de Souza como um instrumento voltado ao desenvolvimento local, é preciso observar que esse turismo, tem que ser cuidadoso para que a atividade em si não se transforme em um acontecimento negativo. Tanto a comunidade quanto os agentes de viagens e seus guias devem estar preparados para o contato com culturas diferentes. Assim, deve haver um preparo muito grande para aqueles que pretendem conduzir turistas em áreas indígenas, pois, segundo Andrade (1997:32):

a simples presença física e o despreparo intelectual de visitantes inaptos podem tornar-se motivos de ameaça ao próprio sentido cultural do núcleo que os recebe, principalmente se este não for muito conhecido em sua importância, pois a afluência de visitantes e turistas despreparados e incultos pode transformar as oportunidades de conhecimento em ocasiões de destruições ou, pelo menos, de riscos ao patrimônio.

Rodrigues (1997:21), segue na mesma direção quando diz que “[...] a cultura da população mais pobre também pode ver-se agredida (e com isso a própria identidade coletiva), gerando problemas sociais-psicológicos”, lembrando que é preciso haver um planejamento estratégico para preparar a população para estes contatos com outras culturas, com outros interesses inclusive. Interesses que são diversos, desde a curiosidade, passando pelo *status* da viagem ou passeio, para fins de pesquisa social, etnológica e outros.

Para o desenvolvimento do turismo em aldeias urbanas, o trabalho deve ser cuidadoso para que haja a preparação do visitante e do visitado, afim de que ambos compreendam o momento que vão passar, as diferenças entre as culturas e o que fazer para

minimizarem os preconceitos. Isto poderá ser feito através de uma monitoria Terena, preparada para a atividade, após a realização de curso específico, através de palestras para a comunidade, nas quais poderiam ser tratados os assuntos pertinentes ao turismo e seus impactos, etnoturismo, aspectos culturais e outros, finalizando com um treinamento de guias de turismo, específicos para atendimento aos indígenas, que se preparariam para receberem os turistas antes de terem contato com os Terena.

Espera-se, dessa forma, superar a idéia do turismo em áreas indígenas como uma visita a um museu ou, onde os índios recebem “brancos” para trocarem presentes ou receber dinheiro apenas, em um evento, que é um encontro intercultural, que pode contribuir com a superação de preconceitos e permitir melhores condições de diálogo interétnico.

CAPÍTULO 4

AS PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DO ETNOTURISMO NO BAIRRO MARÇAL DE SOUZA (OU A ANÁLISE DO QUE FOI PESQUISADO)

Conforme discutido em capítulo anterior, há compreensões diversas sobre o conceito de desenvolvimento local, havendo, porém, consenso de que o desenvolvimento é mais que um simples crescimento econômico, porque visa, sobretudo, a melhoria das condições de vida e o bem-estar das populações, conservando o meio ambiente e com base local, sendo voltado à integração social, que é a melhor contribuição à liberdade de um povo, dirigido à conservação e recuperação da sua identidade e sua cultura autônoma, tendo potencialidades capazes de revitalizar as sociedades (MARTÍN, 2001). Entendendo que o desenvolvimento com base local significa oposição à noção de crescimento hegemônico, fortalecendo o que Santos (1994:93) designa por “contrafinalidades”, que são localmente

geradas, ou seja, pensar no “teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta”.

Para Reichel (2001:121), “a importância do desenvolvimento local reside exatamente na força de desenvolver um ambiente propício na comunidade, incentivando o surgimento de idéias, líderes, ações, cooperações, etc., que transformem o local”. Para isso é bom ter criatividade. A criatividade poderá ser a habilidade necessária ou até estratégica para os indivíduos, às organizações e a própria comunidade, fazendo com que sobrevivam ou modelem seu futuro com qualidade de vida, de forma que o conjunto de organizações numa localidade possa produzir riquezas. Quanto mais criativos forem, maior o sucesso. Nelas a criatividade depende das características ambientais internas, como, os estilos gerenciais, formas de comunicação, práticas administrativas, sistema de normas e valores, presença de incentivos e desafios, que podem estimular ou obstruir a criatividade dos funcionários. Todos esses fatores afetam o espaço e, conforme o caso, estimulam as idéias criativas para serem transformadas em produtos, serviços ou práticas inovadoras (REICHEL, 2001).

O sucesso do desenvolvimento local está diretamente ligado a uma teia de interações que poderão ser realizadas pelos Terena. São necessários o envolvimento da comunidade local com comunidades vizinhas, com as entidades governamentais, ONGs e institutos. Enfim, é preciso articular e formar redes de interações. Os Terena são um dos povos que mais se politizaram³² e se articularam com os “brancos”. Terão de pensar, o que atinge seu próprio povo, o valor do coletivo, como reforça Coleman (1990 apud KLIKSBERG, 1999), dizendo que o capital social como um plano individual é, também, um bem coletivo.

O desenvolvimento local é um fenômeno que não ocorre de forma integral. Na experiência concreta, alguns encontram inovações que surgem entre os povos indígenas no sentido de se adaptarem e reinventarem situações para se adequar ao turismo, como, por exemplo, na venda de artesanato. O turismo tem sido promovido pelos não-índios, mas os próprios índios estão procurando aproveitar essa iniciativa como forma de superar dificuldades para a sua sobrevivência, pois, uma das únicas oportunidades era viver da

³² Do verbo politizar: tornar-se consciente dos deveres e direitos de cidadão. Minidicionário da língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1992.

*changa*³³ nas áreas rurais, trabalhando para as usinas de álcool (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000) ou na cidade, como empregados domésticos, operários de pequenas construções e outros bicos.

Pensando em Turismo e artesanato, o bairro Marçal de Souza surge como uma oportunidade para os Terena, que apresenta fatores que contribuem para a competitividade no mercado global e abrem novas perspectivas, aproveitando-se do seu capital endógeno, abrindo-se para o mundo, na perspectiva apontada por Fuentes e Lumbreiras (1995, apud MARQUES, 2001:55):

uma região, uma localidade se desenvolve a partir das relações individuais e coletivas instaladas em pontos geográficos relativamente delimitados, nos quais, com o tempo se entrelaçam formas de produzir que trazem consigo uma série de condutas, a partir das quais podem conjugar-se analiticamente os tipos e a importância de atividades, costumes, cultura de trabalho e classes de produtos e serviços nos setores econômicos.

Salienta-se que no bairro Marçal de Souza, por se tratar de uma comunidade sediada em área urbana, não há qualquer resquício de paisagem natural, senão pelas poucas árvores exóticas plantadas pela prefeitura. A qualificação da mão-de-obra é baixa, sem perspectiva de melhores empregos. Os produtos agrícolas que vendem são oriundos das aldeias de origem. Alguns poucos e melhores empregos são em órgãos públicos municipais, estaduais e federais e, apenas, o turismo tradicional (sem preocupação com o desenvolvimento local e as questões étnicas), ainda insipiente aponta como uma perspectiva para o local, pois arrisca “explorar” o capital representado pela cultura Terena, algo singular naquela realidade, mas que pode se

³³ Changa é o trabalho braçal realizado pelo Changueiro, termo ainda hoje utilizado para trabalhadores que carregam cargas para os caminhões das transportadoras. Significava, na época, trabalho temporário nas fazendas da região.

transformar em algo importante, valorizado em nossa sociedade consumidora de manifestações folclóricas.

De acordo com Rodrigues (1997:23-24), referindo-se à necessidade de proposições básicas frente ao Primeiro Encontro Nacional de Turismo com Base Local, a possibilidade estaria apoiada na ideologia do turismo alternativo e as condições de marginalidade seriam suportes privilegiados, representados por “um território onde seja habitado por comunidades tradicionais, embora não mais primitivas e não auto-suficientes, portanto, mantendo algum intercâmbio com a sociedade inclusiva”, completando que estes tipos de lugares configuram cenários favoráveis ao turismo alternativo. Turismo alternativo se entende aquele baseado em princípios diferentes daqueles que impactam, não respeitam a conservação do patrimônio natural e cultural de uma sociedade, podendo ser considerado ainda, alternativo ao etnoturismo ou ecoturismo, conforme discussão anterior, e que, segundo Rodrigues (1997:25), possui alguns objetivos como: “preservação/conservação ambiental; identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida”.

O etnoturismo, nomenclatura nova para definir um turismo voltado à apreciação, ao entendimento e diálogo com povos culturalmente distintos, respeitando seu modo de vida e minimizando os impactos ambientais, entre os Terena, ainda, é uma utopia, pois mesmo o turismo tradicional, ainda não está implementado, buscando melhores formas de trabalho com os índios.

Em outros centros, como Dourados, como diz Cabreira (2003:49), “etnoturismo indígena está sendo instituído pelo poder público para reverter ou amenizar a situação dos índios”. É certo que a comunidade local é quem deve querer desenvolver o turismo, organizando-se e tirando proveito para toda a comunidade mas estes aspectos são complexos. O objetivo deverá ser sempre o de tentar minimizar a problemática indígena no que se refere à falta de expectativas de trabalho e ao desenvolvimento de sua qualidade de vida, respeitando a sua cultura e a sua visão de mundo.

O etnoturismo que poderá ser praticado na aldeia urbana Marçal de Souza, em Campo Grande, pode contribuir para o surgimento de um grande pólo cultural em área urbana, dependendo de um projeto que estabeleça o compromisso das duas sociedades envolvidas.

O turismo, em si, encontra apoio nas palavras de Lima e Barroso-Hoffmann (2002:21), quando afirmam que:

recomenda-se que se privilegie a produção de bens e serviços visando a um mercado ”alternativo” que valorize as sociedades indígenas e suas tradições de conhecimento, bem como formas de produção que levam em conta a preservação ambiental, aspecto contemplado também pelo ecoturismo. No entanto todas as atividades devem encontrar apoio financeiro nos mecanismos de fomento aos novos modelos de gestão da política indigenista, com base na articulação entre organismos de cooperação internacional tanto privados quanto públicos, governo brasileiro e ONGs.

Pensando como o etnoturismo pode apoiar o processo de desenvolvimento local é que precisamos observar os princípios básicos para que o mesmo ocorra, priorizando as necessidades das pessoas ao invés do crescimento econômico, embasar-se na cultura, respeitar os limites do meio ambiente, visar a auto-sustentabilidade material e técnica, de acordo com Azanha (2002).

O etnoturismo é um fenômeno que gera renda e isto é primordial para os projetos com este cunho social. E o sucesso deste fenômeno em terras indígenas e na aldeia urbana pode surpreender, porém, não foi ainda suficientemente discutido com a própria comunidade, alertando-os para a riqueza do seu patrimônio social e cultural.

As iniciativas para o turismo, em geral, partem das operadoras de turismo que interessadas em novos mercados, negociam com as aldeias a possibilidade de passeio. A saída será uma ampla discussão com toda a comunidade, para que ela tome as decisões sobre o processo de turismo, pois, segundo Ascanio (2003):

para un desarollo basado en el consenso de los actores, se debe promover la discusión de los proyectos turísticos, especialmente con los posibles afectados y en especial, discutir los impactos probables y las medidas alternativas de mitigación si fuesen necesarias. Es necesario de nuevo plantear estos problemas: ¿cómo percibe la comunidad al turismo en relación son su identidad étnica?; ¿cuál es el punto de vista de los diversos agentes y actores sociales?; ¿cómo se han planteado los criterios sobre el manejo del negocio turístico y cómo se ejerce el poder por cada uno de los actores?

Em outras regiões do país, a discussão está adiantada e já perceberam que um dos problemas é a interferência excessiva de instituições levando ao paternalismo. No livro “Parentesco, Ritual e Economia no Alto Xingu”, publicado no ano de 1975, o antropólogo Zarur (2004) aborda este tema, dizendo que:

o ideal é que a FUNAI possa se limitar a uma assistência básica e garantir a terra e que os xinguanos tenham a consciência, de uma realidade que lhes permita entender o valor de sua cultura nativa [...], é importante que seja transferido aos índios os instrumentos ideológicos para uma interação simétrica e com dignidade com a sociedade nacional. Vinte e seis anos depois, o movimento indígena continua lutando contra o excesso de interferência de instituições externas como o Instituto Sócio-Ambiental, a FUNASA e a própria FUNAI.

De todas as alternativas de turismo a que parece mais adequada para ser discutida é a do etnoturismo, que poderá servir aos propósitos dos povos indígenas e, também, satisfazer a própria sociedade na qual vivem, incluindo o turista, as empresas de turismo ou mesmo as instituições, despontando como uma opção, mesmo tendo riscos inerentes, como alerta Jafari (2004):

[...] quien se refirió a la plataforma optimista del turismo y a la plataforma pesimista. La primera privilegiaba los impactos favorables, como: la reducción de barreras lingüísticas, raciales, religiosas y políticas, así como el refuerzo de las tradiciones locales. La segunda se refería, por el contrario, a los impactos dañinos, como: la formación de estereotipos, la xenofobia, la aparición del crimen, la prostitución y otros daños en la sociedad de acogida. Frente a este debate polarizado, surgió entonces propuestas sobre el llamado turismo alternativo de bajo impacto, que podían asegurar la sustentabilidad. No obstante, esas propuestas han sido un remedio parcial, ya que el turismo masivo ha continuado con toda su fortaleza.

Segundo Kliksberg (1999:98), “cultura é fator decisivo de coesão social. Nela as pessoas podem reconhecer-se mutuamente, crescer em conjunto e desenvolver a autoestima coletiva”, e contribui para uma integração na qual o visitante passa a viver e conhecer a cultura dos Terena. Segundo Kliksberg (1999: 95), isto faz parte de um processo no qual “a democratização da cultura pode ajudar pela criação de espaços culturais acessíveis a setores desfavorecidos para criar canais de integração”. O etnoturismo, como fator de integração, poderá mostrar aos não-índios o quanto este povo faz parte do nosso dia-a-dia; mas os indígenas querem que lhes sejam devolvidas a sua autonomia e responsabilidade, para que busquem e vivam de acordo com os seus interesses.

Uma das pesquisas (ver questionário em anexo) realizada com vinte moradores do bairro Marçal de Souza, com o auxílio do Sr. Daniel, no mês de julho de 2004, apresentou os seguintes resultados:

40%	Feminino
60%	Masculino
29,4 anos	Idade média
100%	Alfabetizados com escolaridade de nível fundamental e médio
13%	Com vínculo empregatício
87%	Sem vínculo empregatício

Resultados

90%	Já ouviram falar de turismo
60%	Não sabiam o que era ou significa o termo turismo
100%	Gostariam que houvesse turismo no bairro
100%	<ul style="list-style-type: none"> - Todos esperam que com o turismo haja mais trabalho, dinheiro, pessoas para ver a cultura deles, oportunidades para a comunidade - Gostariam de fazer artesanato e apresentações folclóricas - Acham que o turismo é importante porque serve para divulgar a cultura

Dessa forma, observa-se através dos resultados que se faz necessário, nesse momento, o diálogo com a comunidade, na expectativa do esclarecimento do significado do turismo, dos seus benefícios, mas também dos seus impactos culturais, que poderão ser minimizados, mas não evitados. Esta atitude pode suscitar resistências, mas, segundo Haq (1978:11), o surgimento de qualquer idéia nova atravessa ao menos três etapas: “1. resistência organizada, 2. aceitação incondicional e passiva, 3. avaliação crítica das idéias e de sua implementação”. O importante parece ser o que eles, os Terena, têm a dizer sobre o assunto.

Outra necessidade será o aperfeiçoamento profissional, através de cursos técnicos e porque, segundo Haq (1978:24): “os investimentos maciços em alfabetização funcional e treinamento profissional constituem um dos ingredientes básicos de qualquer esforço harmonioso e bem sucedido em prol do desenvolvimento”. O problema do capital inicial para a obtenção da matéria prima, como declara a Sra. Enir, líder da comunidade, talvez possa ser resolvido através de linhas de crédito especiais para pequenos investimentos, como é o caso do banco do povo, implementado pelo governo estadual, em Mato Grosso do Sul, por patrocinadores e mesmo através de projetos, como é o caso do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da carteira de crédito para projetos.

A matéria prima, no entanto, para o artesanato, aspiração de muitos, deverá ser trazida de fora do local, contrariando assim alguns dos princípios do desenvolvimento local, motivo pelo qual Rodrigues (1997:20), argumenta:

a questão da autonomia é central. Se a maioria da população não puder participar, livremente, da gestão dos recursos socioespaciais de seu município, o turismo (e outras atividades) dificilmente corresponderão às suas expectativas e casarão com os seus interesses; dificilmente, portanto, o turismo tenderá a trazer desenvolvimento socioespacial duradouro.

Buscar os recursos naturais necessários já faz parte do dia-a-dia dos artesãos, pois eles buscam a argila nas aldeias de origem. O mesmo acontece com os produtos agrícolas, que são trazidos das aldeias. Essa dependência e ligação entre os Terena urbanizados e as aldeias de origem permite, na verdade, uma rede de interações para sobrepujar as dificuldades que encontram no dia-a-dia.

No entanto, o maior capital que possuem, original, próprio e inalienável, é o seu capital social, a sua cultura, com já o destacamos anteriormente, que possibilita as manifestações folclóricas, como a dança do bate-pau, o artesanato e outras. Faz-se, então, necessária a mobilização de todos para se articularem com os poderes públicos e com o *trade* de turismo, para garantirem um espaço no cenário do turismo regional.

Referente às políticas públicas, a CONTAG (1998:56) entende que “as políticas indicam, pela sua elaboração, realização e resultados, formas e escolhas concretas de exercício do poder no que diz respeito à distribuição do poder, processos de decisão, repartição dos custos e benefícios sociais. E nesse jogo, **quem não se mexer...fica sobrando!!!**” (grifo nosso). Sabedores da necessidade dessa postura política, os Terena estão se articulando com os órgãos públicos para viabilizarem os seus projetos. Porém, um dos fatores que atrasam o desenvolvimento dos mesmos são os conflitos e divisões internas. Nas aldeias há o cacique, o chefe de posto da FUNAI, em algumas ainda, o presidente de associação de moradores e, na cidade, o presidente da associação do bairro, entre outros, formam a hierarquia do poder. Este fato é destacado por Mangolim (1993:45):

os conflitos gerados em função da luta pelo poder nas aldeias, não raras vezes, têm sido interpretado tão somente, como um trampolim para alcançar maior prestígio junto à sociedade civil do município próximo, ou junto ao povo da aldeia. O desconhecimento por parte do branco destas estruturas tem ajudado também a acirrar as divisões internas e a fracassar qualquer tentativa de cooperativismo, de agricultura, etc. Se, se quer empreender qualquer atividade com este povo, o primeiro critério para acerto é trabalhar com os Naati.

Hoje, cada vez mais se percebe que para o desenvolvimento local há a necessidade da formação de uma rede de cooperação, que inclua: insumo, produto, distribuição e

comercialização, para, assim, promover tanto o crescimento quanto ao desenvolvimento, incluindo aspectos fundamentais como: 1. Adensamento das relações pessoais e organizacionais; 2. Evolução do capital social (fator humano); 3. Progresso técnico (inovações constantes) com apoio institucional (Assistência empresarial; Desenvolvimento tecnológico; Crédito/Financiamento; Interação social e profissional)³⁴ (informação verbal). Pois, sem articulações e apoio de instituições, técnicos e outros, qualquer projeto de desenvolvimento local e de etnoturismo pode “cair por terra”.

Os Terena, apesar dos problemas e limitações decorrentes da situação em que vivem, em especial das limitações territoriais e do alerta de Verhelst (1992:26), que afirma que : “a teoria do darwinismo hierarquizava os seres vivos, medindo o grau evolutivo e assim as culturas autóctones foram hierarquizadas, colocando a do colonizador como superior”, indica que ainda podem mostrar-se como índios que são, não pelos estereótipos, vendidos nos livros, mas com a identidade cunhada no dia-a-dia, nos seus costumes, na sua língua materna e no seu semblante. E já perceberam a necessidade de se unirem, como mostra o manifesto feito por Marçal de Souza, no Seminário – O índio brasileiro: um sobrevivente (apud MANGOLIM, 1993:83):

chegou a hora que nós sozinhos não conseguiremos nada. Precisamos nos unir braço a braço, e levantar alto a voz dos nossos antepassados que foram massacrados. Chegamos a um ponto que nós os índios devemos tomar a rédea do governo indígena, e esse é o caminho certo: a assembléia, reunir, ouvir todos [...] O interesse da comunidade, do povo está acima de tudo e isto é o que se procura garantir com a organização.

E, ainda, o mesmo autor, complementa, reforçando que:

a comunidade é a organização indígena por excelência no sentido lato, geral, macro. Ali se conforma a totalidade de aspectos que configura a vida dos índios no tempo e sobre um espaço certo e determinado. Bem, como a processos psico-sociais, políticos, econômicos, culturais que os índios possam desenvolver mais amplamente (1993:84).

A organização é fundamental para o desenrolar das ações. Assim como fizeram os Terena nos anos 80, quando formaram várias organizações com o objetivo principal de garantir a demarcação de terras e defender seus direitos, inclusive o de ocupar os espaço políticos da sociedade nacional que hoje tem mais de 20 organizações no MS (Ibid.).

O etnoturismo pode apresentar uma perspectiva que faltava para o racional aproveitamento do capital social dos assim chamados índios, que poderá efetivar o processo

³⁴ Segundo a palestra da pesquisadora Campeão (2004), durante um Colóquio Internacional na UFMS, com apoio da UCDB

de desenvolvimento local. Mesmo que essa possibilidade leve algum tempo para ser implementada, pois como já esclarece Haq (1978:21):

o mais grave dos dilemas com que se defrontam os planejadores do desenvolvimento é justamente este: o planejador tem necessidade de um horizonte temporal bastante amplo para planejar as alterações estruturais, enquanto os governos e a comunidade internacional o desenvolvem, submetidos a uma série de pressões políticas perfeitamente compreensíveis, geralmente dão maior ênfase aos problemas imediatos e às soluções a curto prazo.

Montero (2003) reforça este pensamento quando aborda a situação dos Mapuche, afirmando que: “Si el etnoturismo logra presentarse como espacio del conocimiento de la cosmovisión mapuche significaría que el turismo puede abrir espacios a la interculturalidad y a la biodiversidad” e Rodrigues (1997:27) complementa dizendo:

o desenvolvimento local tem no turismo alternativo uma representação de mediação mitigadora entre globalização ‘desnaturalizante’ /homegeinizadora / excludente e desenvolvimento, local conservacionista /ressingularizador identitário / participativo., sendo que o local passa a ser referenciado não somente no sentido valorativo da escala espacial, mas como alternativa ao padrão dominante de desenvolvimento, um espaço que por estar à margem desse padrão, preserva relações comunitárias pouco hierarqueizadas, e ensejam a continuidade de formas mais ambientalmente sustentáveis de produzir, submetidas às culturas de intercâmbio material tradicional entre a sociedade e natureza.

Assim, espera-se que os Terena possam aproveitar a oportunidade que o turismo, na atualidade, representa para atingirem melhores condições de vida, fortalecendo sua autonomia e território definitivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos diante de uma situação iniciada há séculos e que não pode ser alterada do dia para a noite. Apesar de algumas nações e sociedades ainda persistirem nas formas tradicionais de colonialismo, submetendo populações autóctones a decisões unilaterais, definindo os destinos de seres humanos como se fossem simples jogos de interesses, no qual vence quem tira mais proveito, ainda há a possibilidade de serem revistas as atitudes frente ao mundo e às pessoas, sem preconceito e com responsabilidade, entendendo que o universo que habitamos é nossa única morada e os índios, irmãos de uma mesma jornada, a vida.

Diversos projetos têm sido desenvolvidos, mas ainda não nos acostumamos a tratar os Terena como seres pensantes e de vontade própria. Estamos sempre levando a eles somente o que nos interessa, ignorando a sua percepção própria de mundo.

O processo de desenvolvimento local passa, antes de tudo, pela atitude da comunidade de se organizar e buscar suas próprias expectativas. No entanto, falta aos índios a autonomia de suas vidas e destinos, possibilitando-lhes tomar as atitudes que lhes interessam. O governo os tutela, querendo que sejam capazes de sobreviver em nossa sociedade, com os nossos costumes.

Os Terena terão que aprender a realizar um planejamento estratégico, inicialmente com auxílio de técnicos, porém, eles deverão ser os protagonistas, diagnosticando os problemas e encontrando suas próprias respostas.

Com certeza, os Terenas não são os mesmos de quando saíram do Éxiva e tampouco os da Guerra do Paraguai. Mudaram com o tempo, acompanhando as correntes políticas do continente americano e agora fazem parte da nossa sociedade. Mas é preciso ter a dimensão histórica do fenômeno e não pensar que as necessidades do futuro serão as mesmas da atualidade.

Quanto ao poder público e os órgãos criados para defender os povos indígenas, estes devem deixar de determinar o que é ou não de interesse dos índios, ou o que é cultura indígena ou não, qual a sua identidade étnica e suas prerrogativas.

Os Terena, como outros povos indígenas, estão, de uma forma ou de outra, buscando meios alternativos para sobreviver, seja nas aldeias, seja nas cidades. Alguns já perceberam que nas cidades a vida é tão difícil como na própria aldeia, onde já não existe mais espaço e oportunidades.

O etnoturismo, um conceito originário no capitalismo, poderá contribuir com o comércio, a valorização cultural e o desenvolvimento social, apresentando-se como uma oportunidade para sobrepujarem parte dos seus e na verdade dos nossos dilemas. No entanto, para isso os Terena ainda precisam de um agente intermediador, que discuta as formas e os reflexos desta atividade, para que seja realmente algo que eles possam aproveitar, acima de tudo, coordenando as ações e conduzindo as relações, buscando eles mesmos as suas próprias expectativas.

O turismo étnico, etnoturismo, ecoturismo e outras denominações correspondentes, na verdade, pouco acontece na medida em que a visitação se transforma apenas em momentos de compra ou observação de artesanatos, relatos da história do local, sem nenhum momento de integração com a comunidade. Observando o trabalho de recepção no Memorial vê-se que as estagiárias do local se esmeram em contar um pouco da história dos Terena. Porém, o bairro como um todo necessita de um projeto técnico que planeje o turismo em todas as suas dimensões, envolvendo a comunidade em geral como a principal atora dessa cena de encontro entre duas culturas.

As populações indígenas, que já se encontram lado a lado, em nossas cidades, poderiam tirar proveito do turismo, que talvez ofereça impactos menores e seja menos

prejudicial do que outras atividades comerciais, como, por exemplo, a extração de minerais e madeiras nobres, além do contrabando de animais silvestres nas aldeias. No entanto, todas as populações indígenas merecem ser ouvidas e respeitadas sobre suas restrições ao turismo.

Nesse sentido o turismo, desde que devidamente organizado em conjunto com os Terena, mesmo que seja uma iniciativa da nossa sociedade, pode contribuir para o desenvolvimento local, nem que seja inicialmente a partir da mobilização para a produção de artesanato para suprir a demanda existente. Quanto aos demais pontos importantes para sua maior autonomia, são fatores que acontecerão com o tempo, pois, afinal, são mais de 500 anos de colonização e submissão cultural, o que não se desfará do dia para a noite.

Diante dos problemas sociais e econômicos que a sociedade nacional atravessa, com grande repercussão sobre os Terena, espera-se que essa alternativa possa ir ao encontro das reais necessidades desse povo já tão castigado pelas mazelas do neoliberalismo econômico, que afeta a capacidade de sobrevivência dessa e de outras populações nativas.

Esse trabalho poderá, também, contribuir com o poder público, a comunidade indígena em geral e a própria sociedade, na medida em que oferece reflexões sobre o desenvolvimento local com o apoio do etnoturismo, expondo diversos pontos de vista e experiências de outras regiões do Brasil e em outros países. Poderá contribuir, particularmente com a própria aldeia urbana, como é conhecida na cidade, em vista de que, com o avançar dos ideais capitalistas, os processos de desenvolvimento das sociedades autóctones, como a própria nação indígena, precisa estar preparada para buscar as suas opções, determinando os seus próprios interesses, os quais na cidade, passam pela convivência com outras populações não-indígenas, as quais exercem pressão sobre o seu modo de vida, fazendo muitas vezes prevalecer os interesses do próprio capitalismo, no qual todos vivemos. Poderá ainda contribuir para a realização de novas pesquisas porque não existem trabalhos sobre a abordagem apresentada.

Aprendendo as regras do jogo, um dia, certamente, contando com o nosso devido respeito frente a sua cultura e a vontade que eles possuem de terem liberdade e autonomia,

chegarão ao desenvolvimento que a eles interessa, sem preocupação se é local, NO local ou PARA o local, mas que acima de tudo seja deles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, F. *Desenvolvimento econômico e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural*. Fortaleza: ILPES/BNB, 1998.
- ANDRADE, J.V de. *Turismo. Fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática, 1997.
- ANDRADE, M.C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS et alii. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1996.
- ÁVILA, V. F. de. *Teoria de desenvolvimento local (quê não é/ quê é?)*. Campo Grande, MS, 2002. Apostila.
- _____ (Coord.). *Formação educacional em desenvolvimento local: Relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande, MS: UCDB, 2001.
- AROCENA, J. *El desarrollo local: Un desafío contemporáneo*. Uruguay: Universidade Católica/ Taurus: 2002.
- ASCANIO, A. El turismo cultural: gestión de partes interesadas y la complejidad del equilibrio. In: II CONGRESO INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL NAYA. Argentina: 2003. Disponível em: <www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/autores_con_resumenes.htm>. Acesso em: 12 de jan. 2004.
- AZANHA, G. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismo de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: LIMA, A.C. de S.; BARROSO-HOFFMANN, M (Org.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002.
- BANDUCCI JR, A.; BARRETO, M. (Org.). *Turismo e Identidade Local* Uma visão antropológica. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- BANDUCCI JR. A. Turismo e Antropologia no Brasil: Estudo Preliminar. In: BANDUCCI JR, A.; BARRETO, M. (Org.). *Turismo e Identidade Local* Uma visão antropológica. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BENEVIDES, I.P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo Desenvolvimento Local*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 2ª ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BIANCHINI, O.da C. D. *A companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso 1888-1940*. Campo Grande, MS: UFMS, 2000.

BITTENCOURT, C. M.; LADEIRA, M. E. *A história do Povo Terena*. São Paulo: USP/MEC, 2000.

BRAND, A. J. *História oral*: Técnica, perspectiva e sua aplicação em projetos de pesquisa junto aos Guarani/Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Comunicação apresentada no encontro de História e Geografia do Prata, Porto Alegre, RS, 14 a 18 de Ago 1994, 18 p.

_____. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani*: os difíceis caminhos da palavra. Porto Alegre, 1997. Tese (Doutorado em História) – PUC, RS.

_____. *A ação do SPI junto aos Kaiowá/Guarani, no MS*. Campo Grande, 2004. Artigo apresentado no VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul, UCDB, out 2004.

BRASILÓESTE. Disponível em: <www.brasiloeste.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2004.

BUARQUE, S. C. *Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável*. Brasília: PTC/INCRA-IICA, 1998.

CABREIRA, A. C. *Análise da implantação do etnoturismo em Dourados-MS*. In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE RELIGIÕES, RELIGIOSIDADE E CULTURA. Dourados, MS: UFMS, 2003. Livro de Resumo.

CAMPEÃO, P. *Capital Humano, Rede de Cooperação e o Desenvolvimento*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. TERRITÓRIO, CIÊNCIA E POLÍTICA. Campo Grande, MS, UFMS, 2004. Informação verbal.

CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARVALHO, I. M. de. *O povo Terena e a política de educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - UCDB, Campo Grande, MS.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Programa de Formação de lideranças e técnicos em desenvolvimento local sustentável*. Brasília: Assessoria de Comunicação da CONTAG, 1998.

DUTRA, W.C. *Os índios Terena frente às políticas públicas implementadas pela prefeitura municipal de Campo Grande-MS*. 2001. Monografia (Graduação em História), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS.

DURSTON, J. Construyendo capital. Social comunitário. *Revista de la CEPAL* 69, Chile, dez. 1999. Artigo.

ESCOLAR, M. Território de dominação Estatal e fronteiras nacionais: a mediação geográfica da representação e da soberania política. In: SANTOS, M. et. alii. (Org.). *O novo Mapa do Mundo – Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1992.

FACHIN, O. *Fundamentos de Metodologia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERNANDES JR, J. R. *Da aldeia do campo para a aldeia da cidade*: Implicações sócio-econômicas e educacionais no êxodo dos índios Terena para o perímetro urbano de Campo Grande-MS. 1997. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - UCDB, Campo Grande, MS.

FERNANDES, J. *Índios – Esse nosso desconhecido*. Cuiabá-MT, 1993.

GALLOIS, D. T. Sociedades Indígenas e Desenvolvimento: Discursos e práticas, para pensar a tolerância. In: GRUPIONE, L.D.B; VIDAL, L.B.; FISCHMAHNN (Org.). *Povos indígenas e tolerância: Construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: EDUSP, 2001.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. *Estatuto do Índio*. Publicado no Diário Oficial de 21 de dezembro de 1973.

- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo:UNESP,1991.
- GONZALES, R.R. La escala local de desarollo: definición y aspectos teóricos. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*, salvador, ano I, n.1, nov. 1998.
- GRÜNEWALD, R. de A. Turismo e o “resgate” da cultura Pataxó. In: BANDUCCI Jr, A.; BARRETO, M. (Org.). *Turismo e Identidade Local*. Uma visão antropológica. São Paulo: Papirus, 2001.
- HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de, et alii. *Geografia – Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.
- HAQ, M. U. *A Cortina da Pobreza*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- IESP - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA. Disponível em:<www.iesp.edu.br>. Acesso em: 01.05.04.
- JAFARI, F. J. Disponível em:<www.naya.org.ar>. Acesso em: 12 fev. 2004.
- JORDÃO, M. *Associação dos moradores indígenas da aldeia urbana Marçal de Souza em Campo Grande - MS*: alternativas para melhoria na qualidade de vida dos moradores ali residentes. 2001. Monografia (Graduação em Administração Rural) – UCDB, Campo Grande, MS.
- KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales Del desarollo. *Revista de la CEPAL* 69, Chile, dez. 1999. Artigo.
- LE BOURLEGAT, C. A. Ordem local como força interna de desenvolvimento. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, vol. I, n. I., set. 2000.
- LIMA, A. C. S. Obtida via Internet. www.jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2003. Acesso em: 15 dez. 2003.
- LIMA, A. C. de S.; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas*: Bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002.
- LIMA, A. C. *Um grande cerco de paz*: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Vozes, 1995.
- LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: Autonomia cultural na era do neoliberalismo global. In: *Revista Tellus*, Campo Grande, MS, v. 3, p. 33-52, out de 2002 a.
- _____. Etnoecologia e direitos dos povos: Elementos de uma nova ação indigenista. In: LIMA, A. C. de S.; BARROSO-HOFFMANN, M (Org.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas*: Bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002 b.
- MACHADO, M. S. *Geografia e Epistemologia*: Um passeio pelos Conceitos de Espaço, Território e Territorialidade. Apostila. [s.d.b].
- MANGOLIM, O. *Povos indígenas no Mato Grosso do Sul*: Viveremos por mais 500 anos. Campo Grande, MS: Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul, 1993.
- MARICATO, T. *Diagnóstico sócio-ambiental da reserva indígena guató – ilha-ínsua* . Campinas, SP: 2003. Disponível em:<wwwfea.unicamp.br/docentes/ortega/temas530/tatiana>. Acesso em: 23 nov. 2003.

MARQUES, H. R. et al. *Desenvolvimento Local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas*. Campo Grande, MS: UCDB, 2001.

MARQUES, H. R Representações sociais e desenvolvimento local. In: MARQUES, H. R. et alii (Org.). *Desenvolvimento Local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas*. Campo Grande, MS: UCDB, 2001.

MARTÍN, J.C. Por Mato Grosso do Sul: as escalas do desenvolvimento local. In: MARQUES et alii (Org.). *Desenvolvimento Local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas*. Campo Grande, MS: UCDB, 2001.

MARTINS, G. R. *Breve Painel etno-histórico do Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: UFMS/FNDE, 1992.

MARTINS, G. I V; MARTINS, C. I. D. Desenvolvimento Local: da teoria à prática. In: MARQUES et alii (Org.). *Desenvolvimento Local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas*. Campo Grande, MS: UCDB, 2001.

MAX-NEEF, M. A. et. alii. *Desarrollo a escala humana*. Barcelona: Nordan-Comunidad, 1994.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Manual indígena de ecoturismo*. Brasília, 1997, 56 p.

MONTERO, Myriam Hernández. *Contradicciones del etnoturismo mapuche en Chile*. In: II CONGRESO INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL NAYA. Argentina: 2003. Disponível em:<www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/autores_con_resumenes.htm>. Acesso em: 12 abr. 2004.

OLIVEIRA, R.C. de. *Do Índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976

_____. O dualismo Terena. *Revista Museo Paulista*, São Paulo, v.16, 1965/66.

ONG SOCIOAMBIENTAL. Disponível em:<www.socioambiental.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2003.

ONG NAYA. Disponível em:<www.naya.org.ar>. Acesso em: 30 abr. 2004.

OURIQUES, H.R. *Território e Turismo: uma reflexão inicial*. Santa Catarina: Universidade Estadual de Maringá, 2002. Artigo.

PAULA, E. de. Disponível em:<www.jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2003>. Acesso em: 22 abr. 2004.

PORTELA, F; MINDLIN, B. *A questão do índio*. São Paulo: Ática, 1998.

PROENÇA, G. *História da Arte*. São Paulo: Ática, 2000.

PUTNAM, R. *Para hacer que la democracia funcione*. Caracas: Editorial Galac, 1994.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATTO, N. *Proyecto de turismo eco-cultural para la provincia de catamarca*. In: II CONGRESO INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL NAYA. Argentina: 2003. Disponível em:<www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/autores_con_resumenes.htm>. Acesso em: 12 fev. 2004.

REICHEL, H. Inovações: uma estratégia de desenvolvimento local para Mato Grosso do Sul. In: MARQUES et alii (Org.). *Desenvolvimento Local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas*. Campo Grande, MS: UCDB, 2001.

- RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo Desenvolvimento Local*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- RODRIGUES, A. B. Turismo Local: Oportunidades para inserção. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo Desenvolvimento Local*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SIGRIST, M. *Chão batido*. A cultura popular de Mato Grosso do Sul. Folclore-Tradição. Campo Grande, MS: UFMS, 2000.
- SILVA, A. L. da. *Índios*. São Paulo: Ática, 1988.
- SILVA, F. A. Mudança Cultural dos Terena. São Paulo, *Rev. do Museu Paulista*, Nova Série, vol. III, 1949.
- SILVA, P. J. da; ALMEIDA M. G. de. *Territorialidade e Desterritorialidade: os assentamentos rurais e a reterritorialidade do campesinato no espaço agrário do Cerrado mineiro*. Artigo. [s.d.b].
- SGANZERLA, A.; SILVA, N.G. *A epopéia terena*. Campo Grande, MS: UCDB, 2004.
- SOUZA, M. J. O territorio: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. et alii (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- SUSNIK, B. *Los aborígenas del Paraguay*: Etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII). Asunción: Museo Etnográfico, 1978.
- TBG – Transportadora Brasileira de Gás S.A./UCDB/Consórcio DAMES & MOORE/PRIME/BIODINÂMICA. PDPI – *Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas*. Lado Brasileiro. Campo Grande-MS, 1998. Relatório Final.
- TOLENTINO, T. L. *Ocupação do sul de Mato Grosso antes e depois da guerra da tríplice aliança*. São Paulo: Fundação Escola da Sociologia e Política de São Paulo, 1986.
- UCDB-Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em:<www.ucdb.br/desenvolvimentolocal>. Acesso em: em 12 ago 2004.
- UOL – Universo On Line - Disponível em: www2.uol.com.br/jc/2002. Acesso em: 15 abr. 2004.
- VALADÃO, V. Terra e Território. In: *Índios do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 1999. Caderno da TV Escola, vol. 2.
- VARGAS, V. L. F. *A construção do território Terena (1870-1966)*: Uma sociedade entre a imposição e a opção. Dourados, MS: UFMS, 2003.
- VASCONCELOS, C. A de. *A questão indígena de Mato Grosso*: Conflito, trama e continuidade. Campo Grande, MS: UFMS, 1999.
- VERHELST, T. G. *O direito a diferença*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

VIEIRA, J. G. *O "eu" e "outro": O turismo étnico no grupo indígena Potyguara da Paraíba.* In: II CONGRESO INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL NAYA. Argentina: 2003. Disponível em: <www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/autores_con_resumenes.htm>. Acesso em: 12 abr. 2004.

VIETTA, K. *Sociedades Indígenas*: Algumas das velhas e das novas representações. In: Tempos Gerais [CD-ROM], vol. 4, p. 1 a 14, São João Del Rei: FUNREI, 2002.

VIDAL, L; SILVA, A. L. da. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. In: SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L.D.B. (Org.). *A Temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

VILLA, A. D. *El turismo cultural o la mercantilización de la cultura*. In: II CONGRESO INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL NAYA. Argentina: 2003. Disponível em: <www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/autores_con_resumenes.htm>. Acesso em: 12 abr. 2004.

XAVIER, H. *Turismo e desenvolvimento local*: a percepção geográfica dos lugares. Disponível em: <www.members.tripod.com.br/herbe/turismodesenlocal.htm>. Acesso em: 3 ago. 2004.

WAITOC – Western Australian Indigenous Tourism Operators Committee inc. Disponível em: <www.waitoc.com>. Acesso em: 3 abr. 2004.

ZARUR, F. Disponível em: <www.brasiloeste.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2004.

ZORZATO, O. Civilizadores de Índios: Os agentes do sertão na historiografia de Mato Grosso. *Fronteiras. Revista de História da UFMS*. Campo Grande/Ms: , v.2, n.4, p.171 - 201, 1998.

_____. *Historia Indígena no Mato Grosso do Sul*. In: CURSO SOBRE POPULAÇÕES INDÍGENAS. Campo Grande, MS, UCDB, 2004. Informação verbal.

ANEXOS

Anexo A - Folder do City Tour oficial com visitação ao Memorial da Cultura Indígena, no bairro Marçal de Souza, em Campo Grande/MS.....	109
Anexo B – Folder do Memorial da Cultura Indígena.....	110
Anexo C – Fotos	111
Anexo D – Questionário Enviado a Sedec (Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município de Campo Grande-MS).....	124
Anexo E – Resultados da Busca no CADÊ, sobre: Turismo Indígena	125
Anexo F – Artigo referência a turismo e índios Pataxó/BA.....	126
Anexo G – Pesquisa (01).....	127
Anexo H – Pesquisa (02).....	128
Anexo I – Mapa da Área urbana de Campo Grande	129
Anexo J – Mapa da área onde hoje se encontra o bairro Marçal de Souza.....	130

Anexo K – Associação de turismo dos Aborígenes da Austrália.....	131
Anexo L – Artigo do mestrandoo, apresentado como trabalho durante o mestrado em 2003	132
Anexo M - Partes do código civil e da constituição onde que os indígenas são citados..	138
Anexo N – Estatuto do índio	140

Anexo A: Folder do City Tour oficial com visitação ao Memorial da Cultura Indígena, no bairro Marçal de Souza, em Campo Grande/MS.

Anexo B: Folder do Memorial da Cultura Indígena

Anexo C:Fotos

As fotos de 1 a 12, são relativas a comemoração ao Dia do Índio no Bairro Marçal de Souza, nas dependências da Escola Municipal Marcos Sulivan Silvestre Oliveira e do Memorial da Cultura Indígena – Campo Grande/MS, em 20 de Abril de 2004.

Foto 1 – Foto do Bairro Marçal de Souza (Casa padrão).....	112
Foto 2 – Foto do Memorial da Cultura Indígena e um transporte para estudantes.....	112
Foto 3 – Fotos das Repcionistas Terena do Memorial	113
Foto 4 – Foto da recepção no Memorial pelas estagiárias de turismo do SEDEC.....	113
Foto 5 – Foto do Memorial da Cultura Indígena no Bairro Marçal de Souza.....	114
Foto 6 – Foto do local do evento e comemorações do Dia do Índio.....	114
Foto 7 – Foto da abertura oficial feito por autoridades e direção da escola.....	115
Foto 8 – Foto do prefeito, autoridades e direção da escola com interprete Terena.....	115
Foto 9 – Foto de grupo de alunos vestidos a caráter	116
Foto 10 – Foto de grupo de alunos vestidos a caráter (II).....	116
Foto 11 – Foto de grupo de alunos vestidos a caráter (III).....	117
Foto 12 – Foto de visitantes para as comemorações.....	117
Fotos 13 e 14 – Foto de Apresentação da dança do bate-pau, para turistas, em 1.998 na aldeia do Buriti em Dois Irmãos do Buriti, acompanhados pelo autor.....	118
Fotos 15 e 16 –Foto da construção do GUATEKA, um centro de turismo para visitantes das aldeias Jaguapirú e Bororó em Dourados, construído pela prefeitura – recentemente incendiado, 2003.....	119
Fotos 17 e 18 – Foto de lideranças indígenas da aldeia Limão Verde – Aquidauana, com a secretaria de turismo do município e o autor, tratando da implantação do sistema de turismo na aldeia, 2004. Abaixo, turistas mirins visitando a aldeia, em programação de turismo pedagógico, acompanhados do autor, 1992.....	120
Fotos 19 e 20 – Fotos da recepção do Memorial da Cultura indígena, pela estagiária: Amanda.....	121
Fotos 21 e 22 – Fotos do primeiro Núcleo de Produção de Cerâmica Terena em Campo Grande, b. Jd. Noroeste e a artesã, Sra. Hélida ‘Terena’	122
Fotos 23 e 24 – Fotos do Núcleo de Produção de Cerâmica Terena, recebendo turistas para apreciação da arte e compra de artesanato.....	123

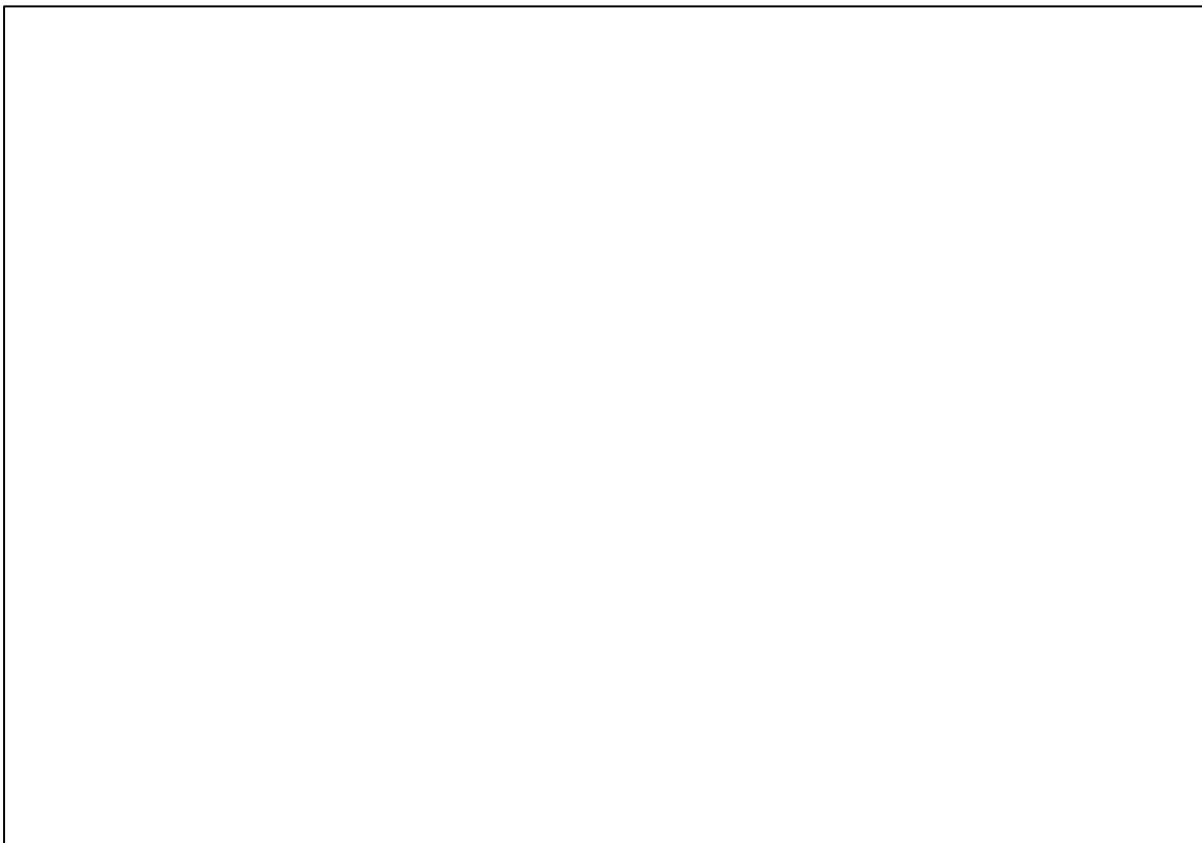


Foto 1 – Foto do Bairro Marçal de Souza (Casa padrão)

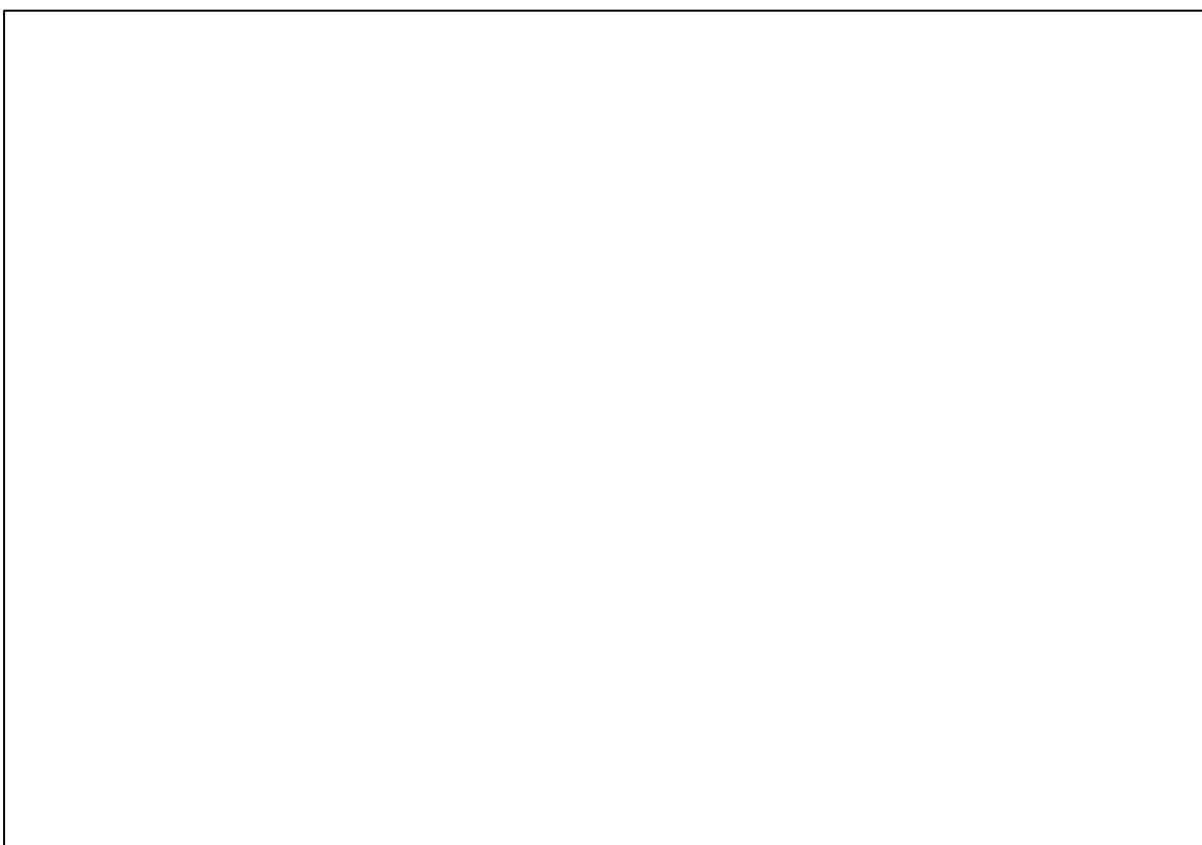


Foto 2 – Foto do Memorial da Cultura Indígena e um transporte para estudantes

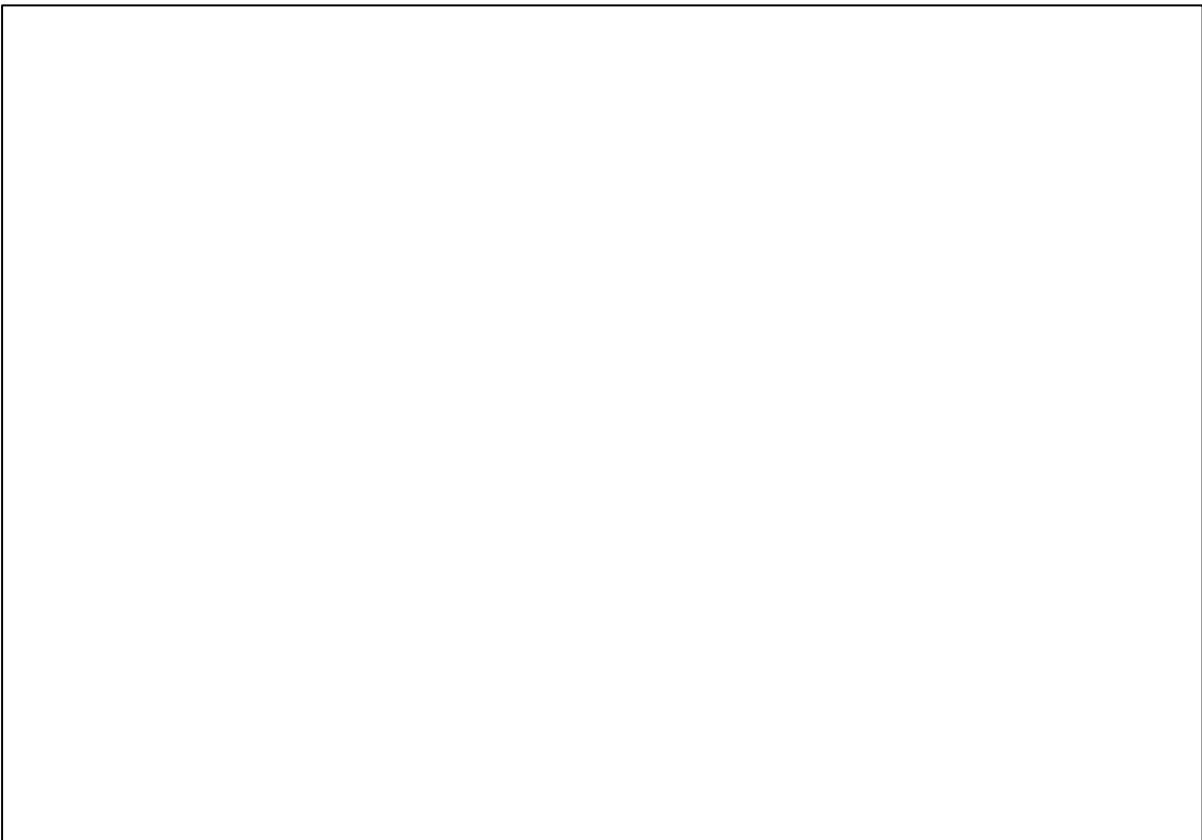


Foto 3 – Fotos das Repcionistas Terena do Memorial

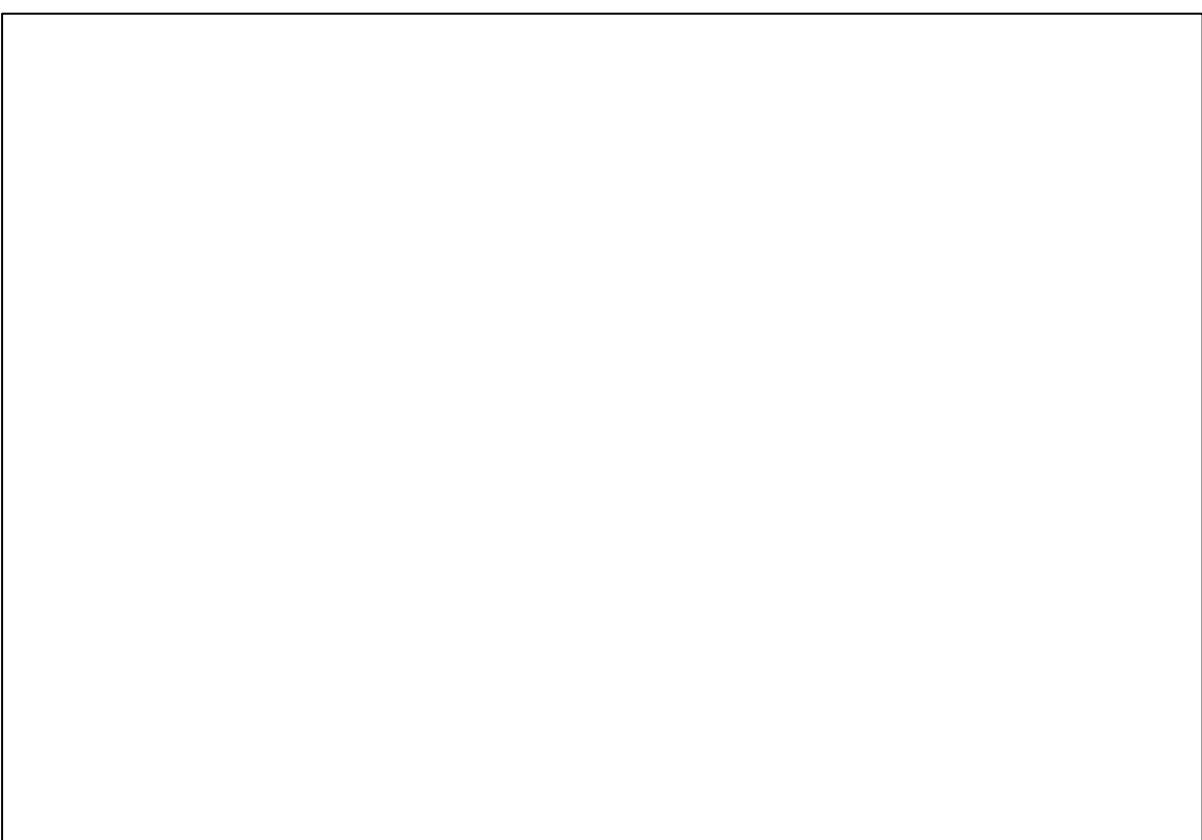


Foto 4 – Foto da recepção no Memorial pelas estagiárias de turismo do SEDEC

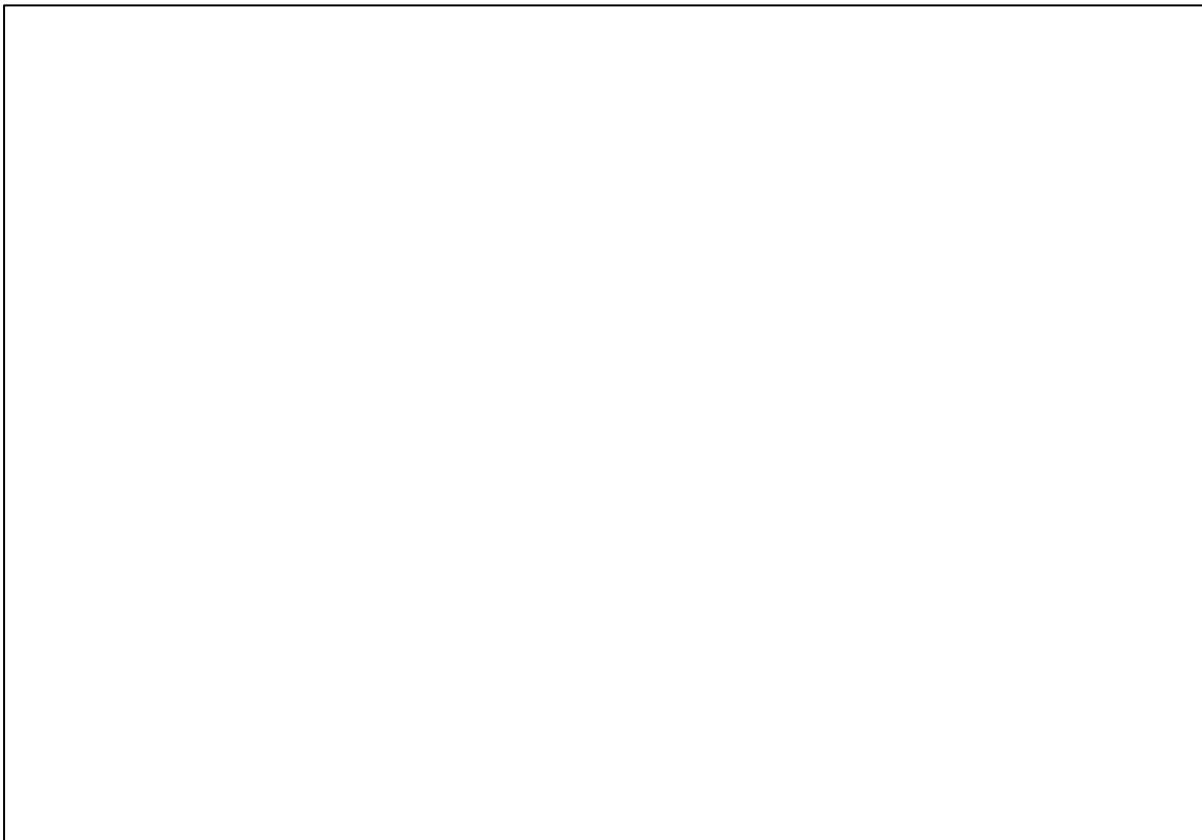


Foto 5 – Foto do Memorial da Cultura Indígena no Bairro Marçal de Souza

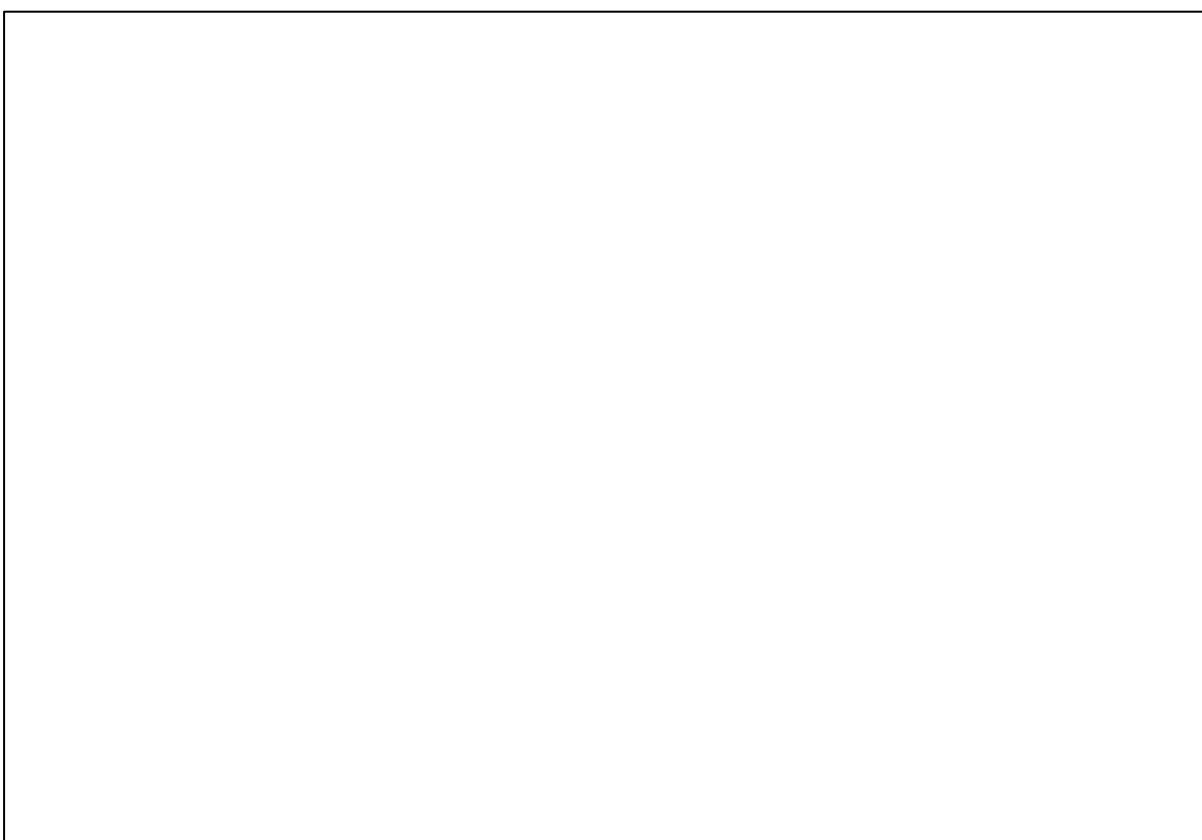


Foto 6 – Foto do local do evento e comemorações do Dia do Índio

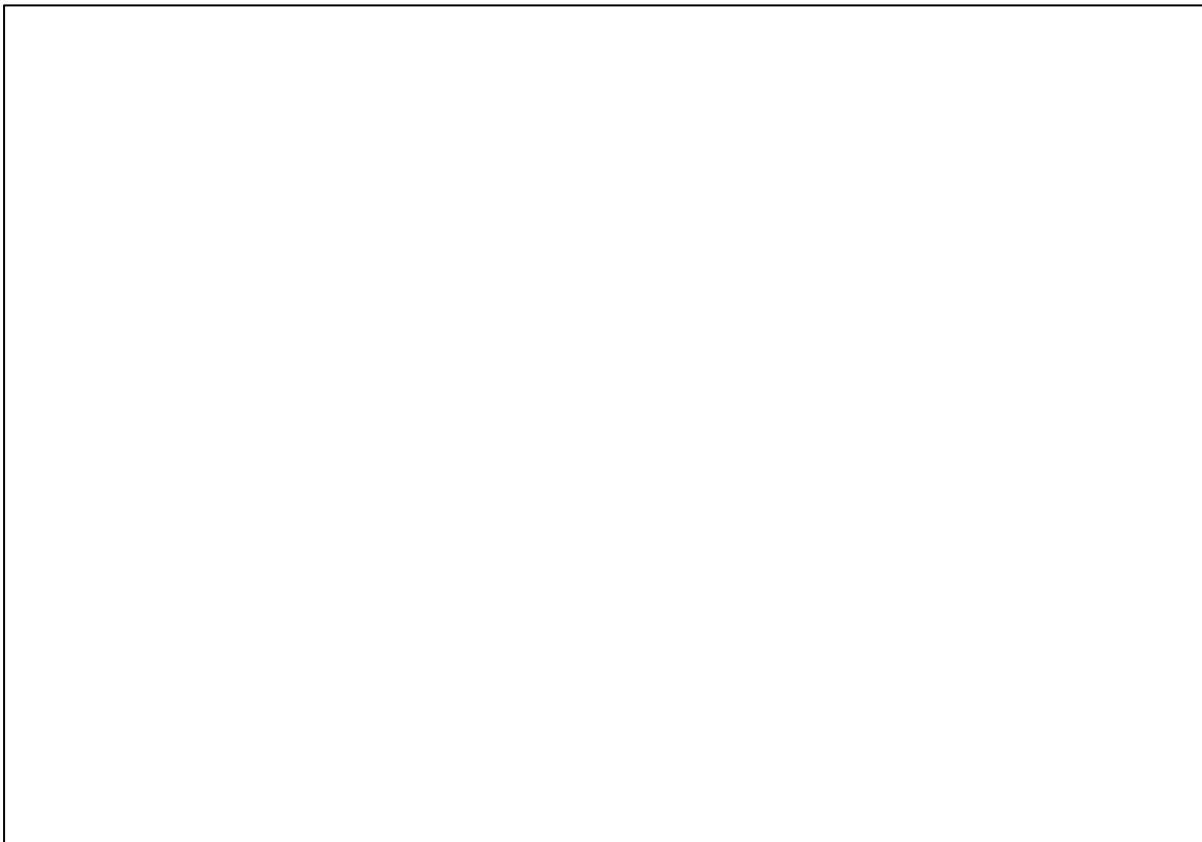


Foto 7 – Foto da abertura oficial feito por autoridades e direção da escola

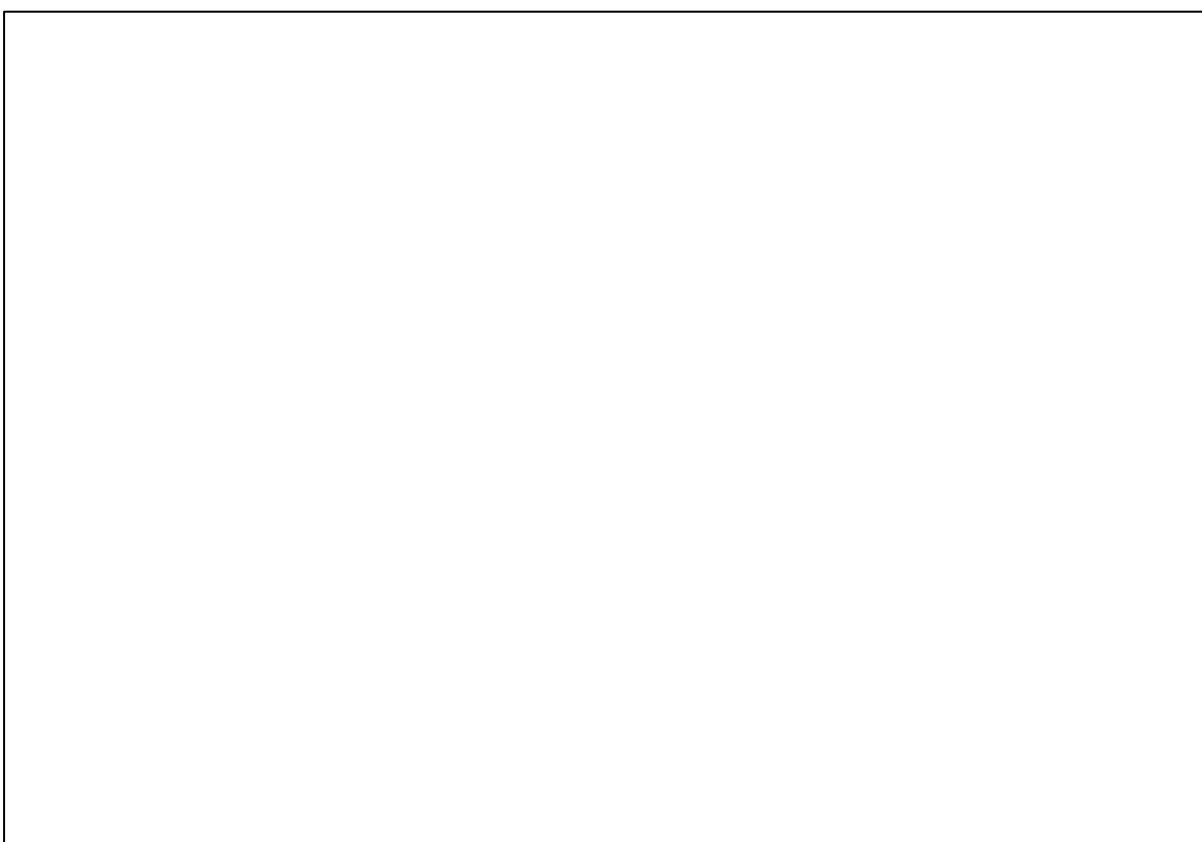


Foto 8 – Foto do prefeito, autoridades e direção da escola com interprete Terena

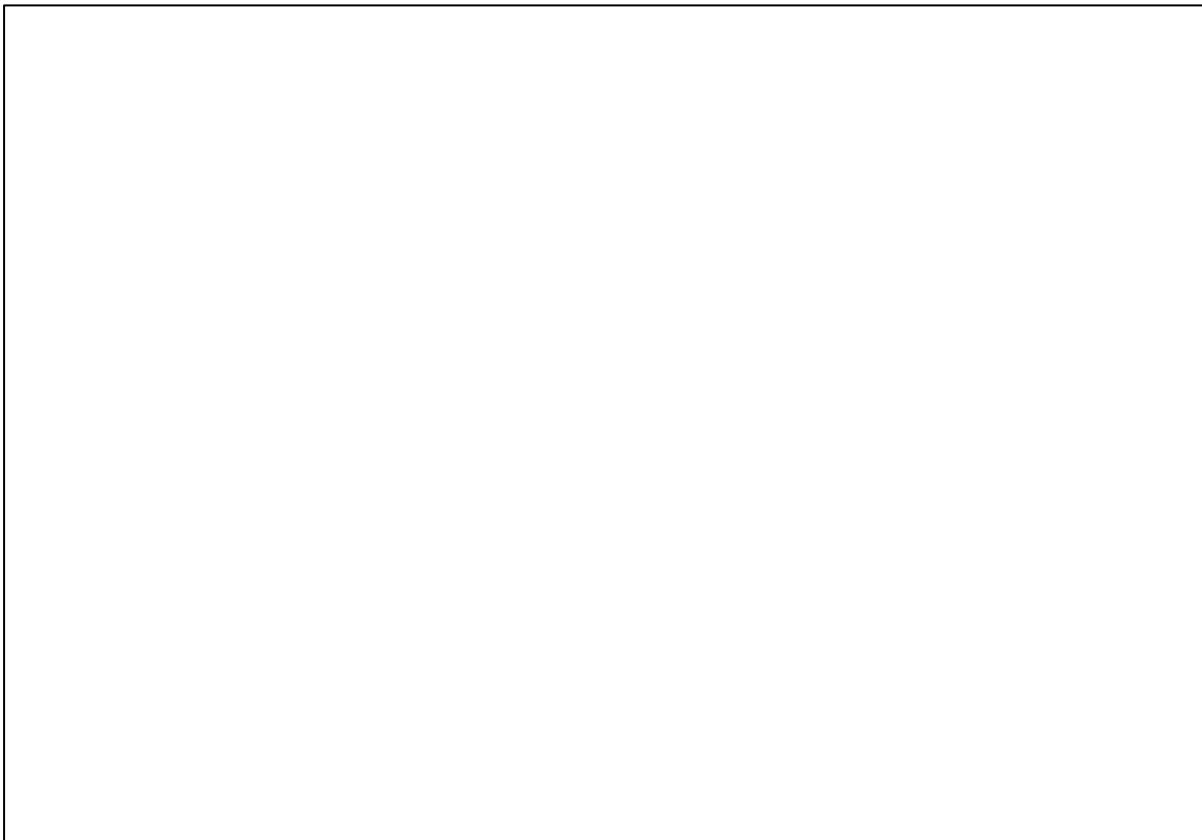


Foto 9 – Foto de grupo de alunos vestidos a caráter

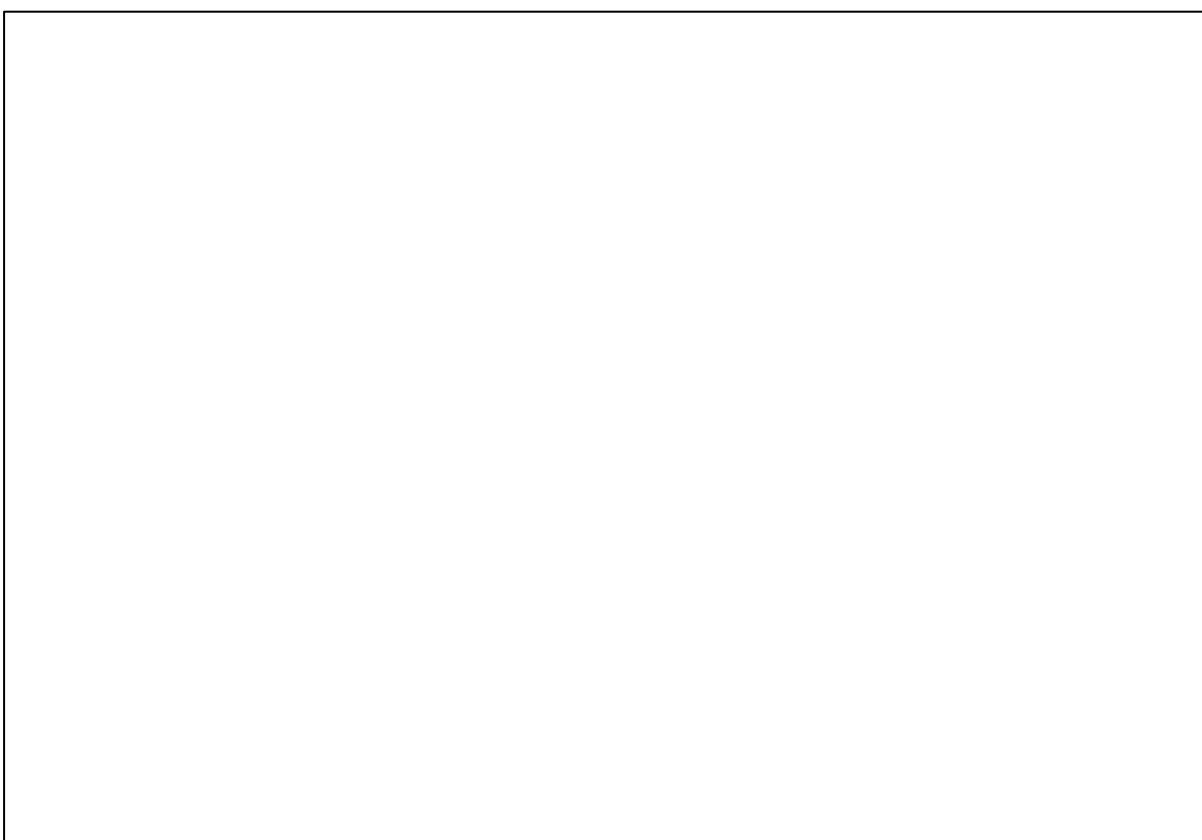


Foto 10 – Foto de grupo de alunos vestidos a caráter (II)

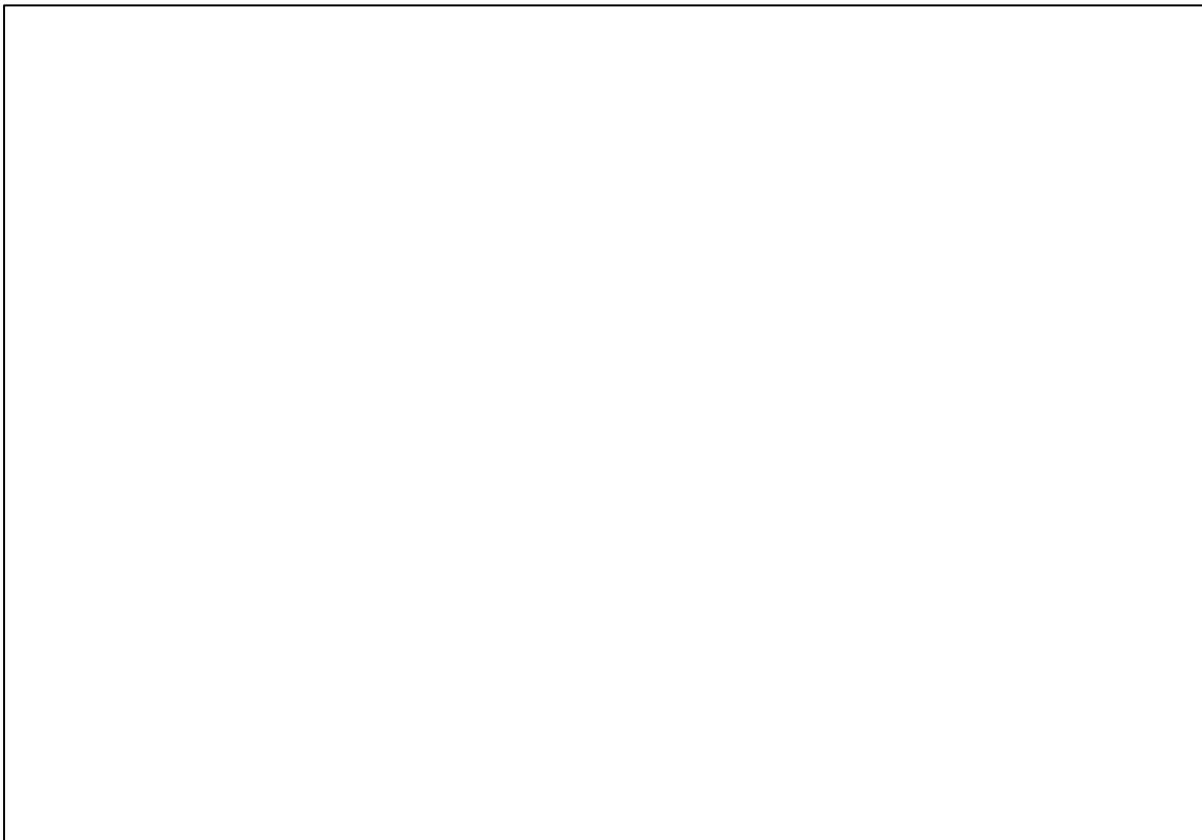


Foto 11 – Foto de grupo de alunos vestidos a caráter (III)

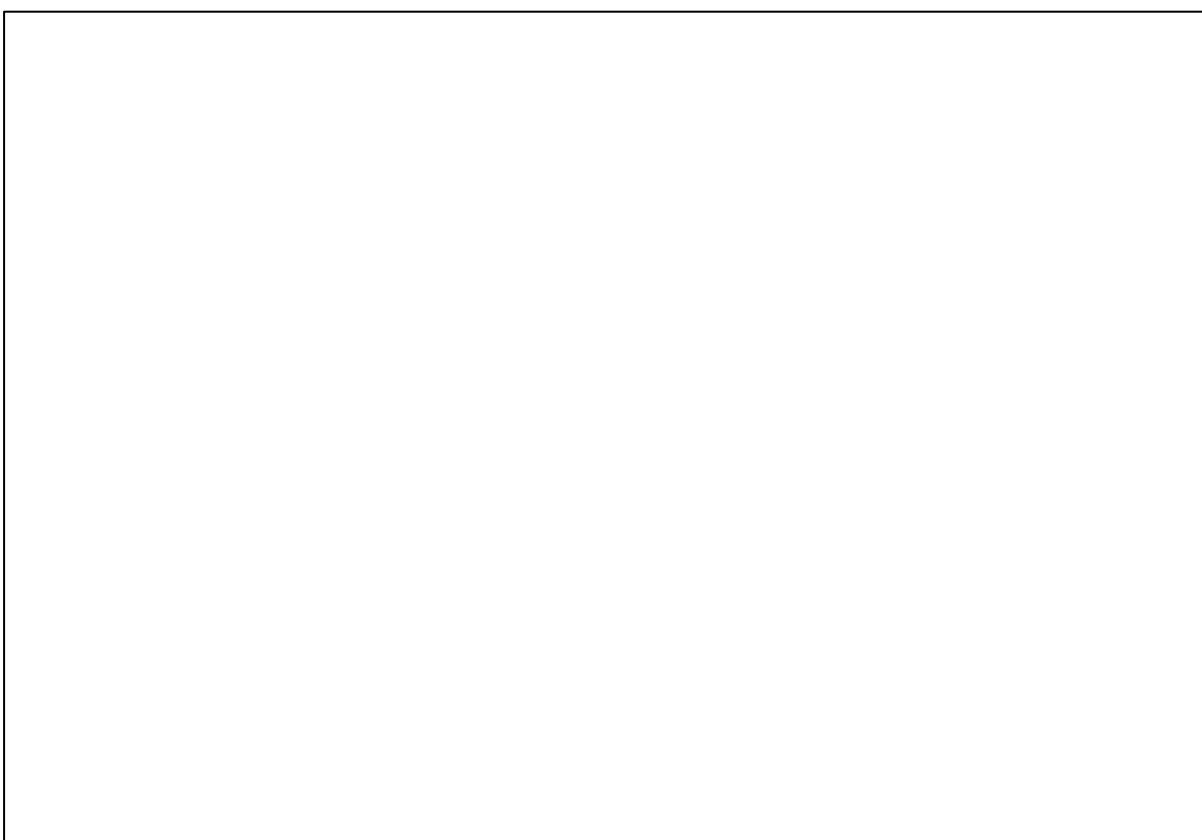
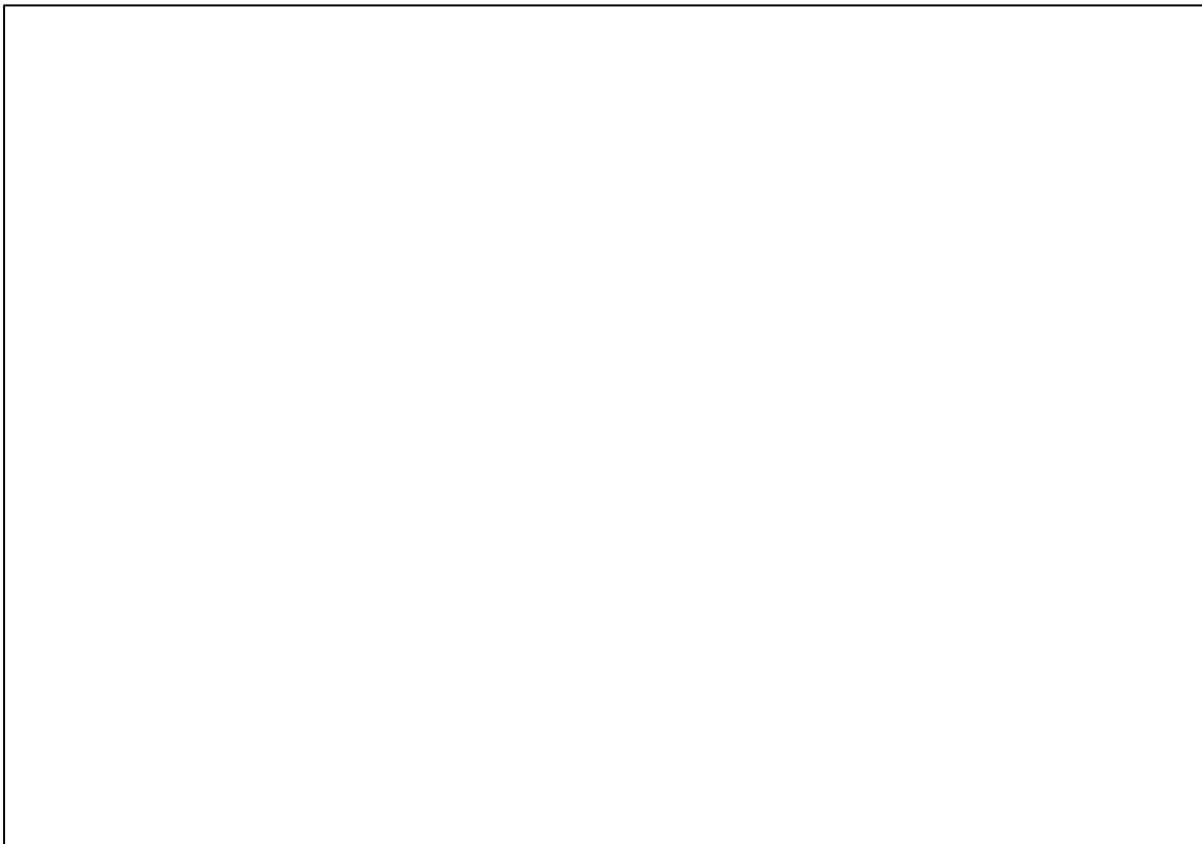
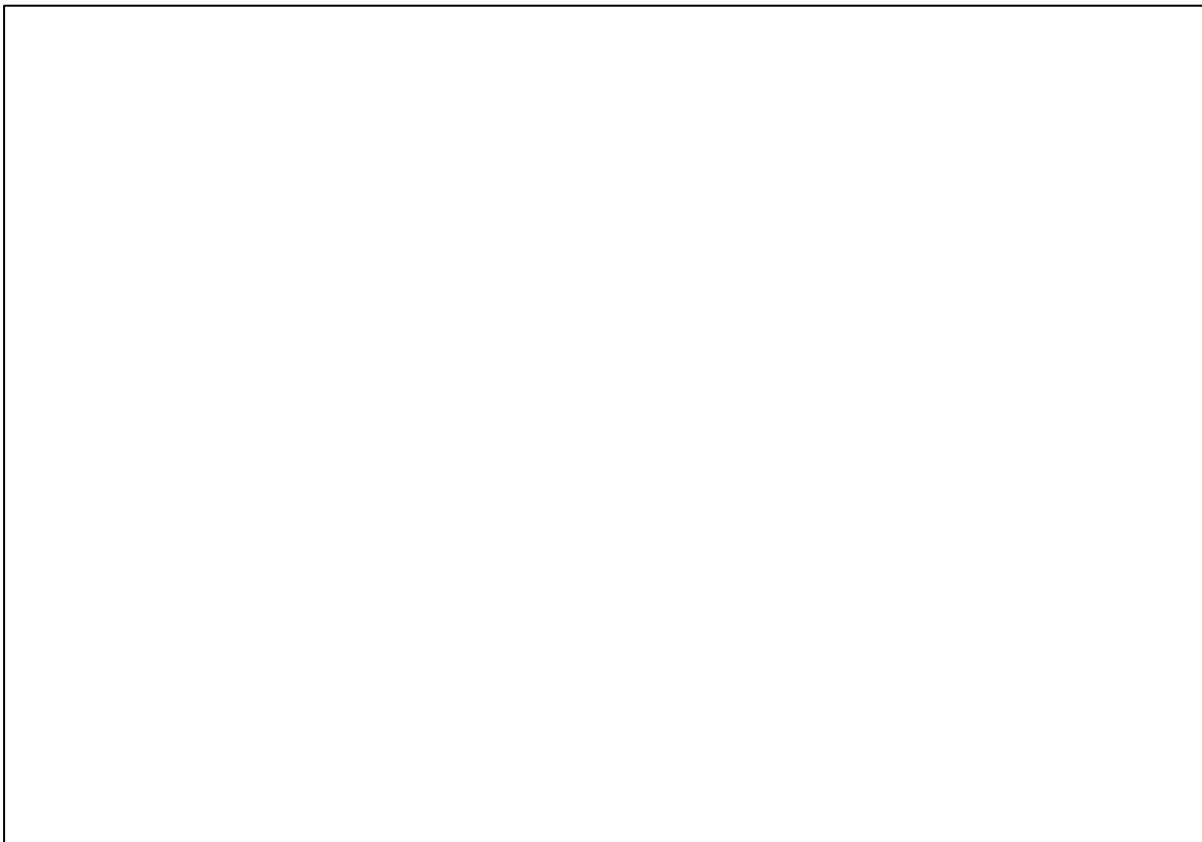
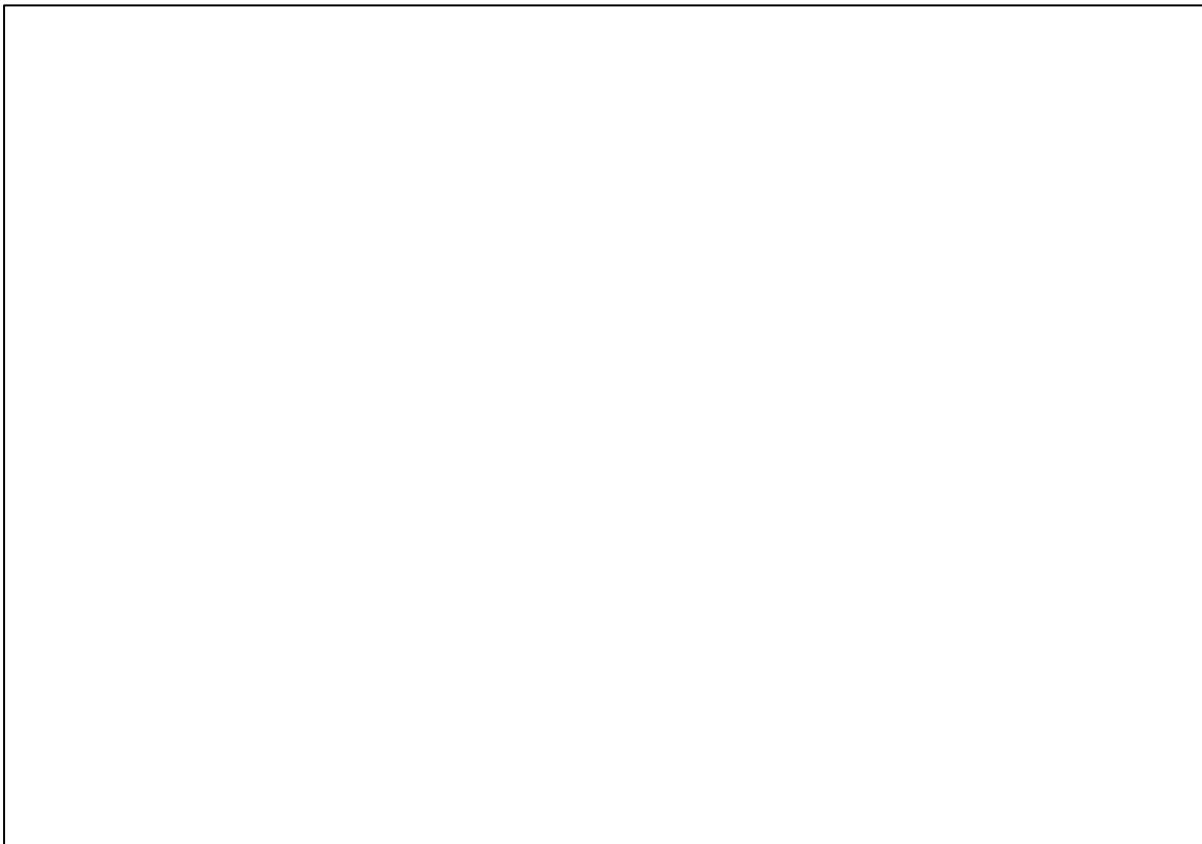


Foto 12 – Foto de visitantes para as comemorações

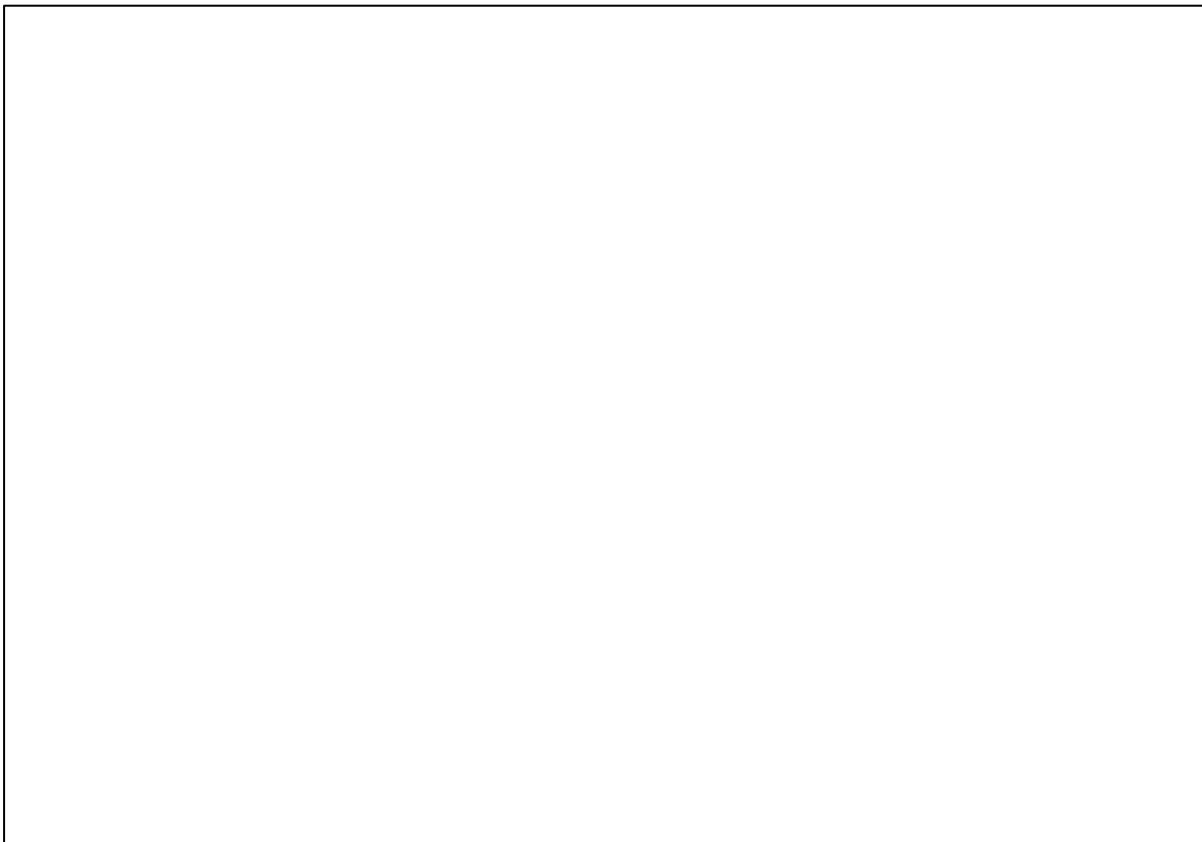


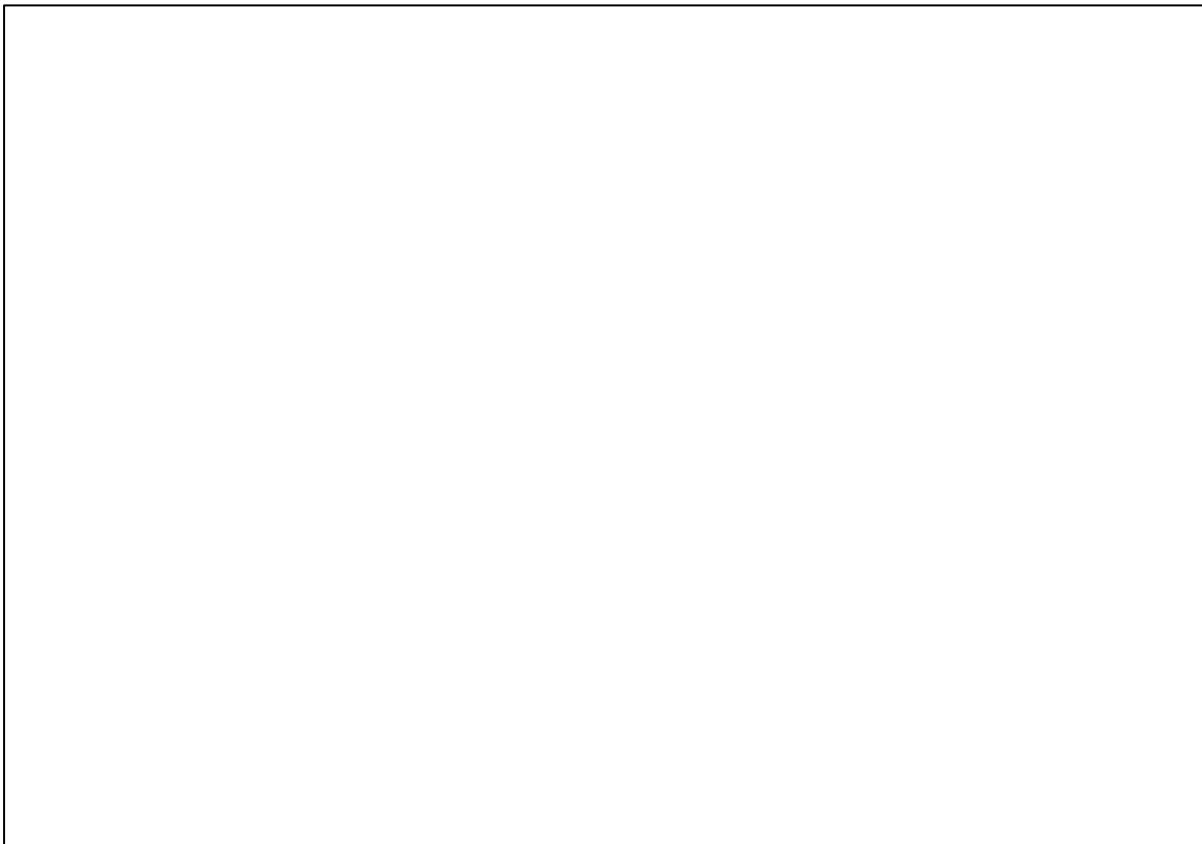
Fotos 13 e 14 – Fotos de Apresentação da dança do bate-pau, para turistas, em 1.998 na aldeia do Buriti em Dois Irmãos do Buriti, acompanhados pelo autor.



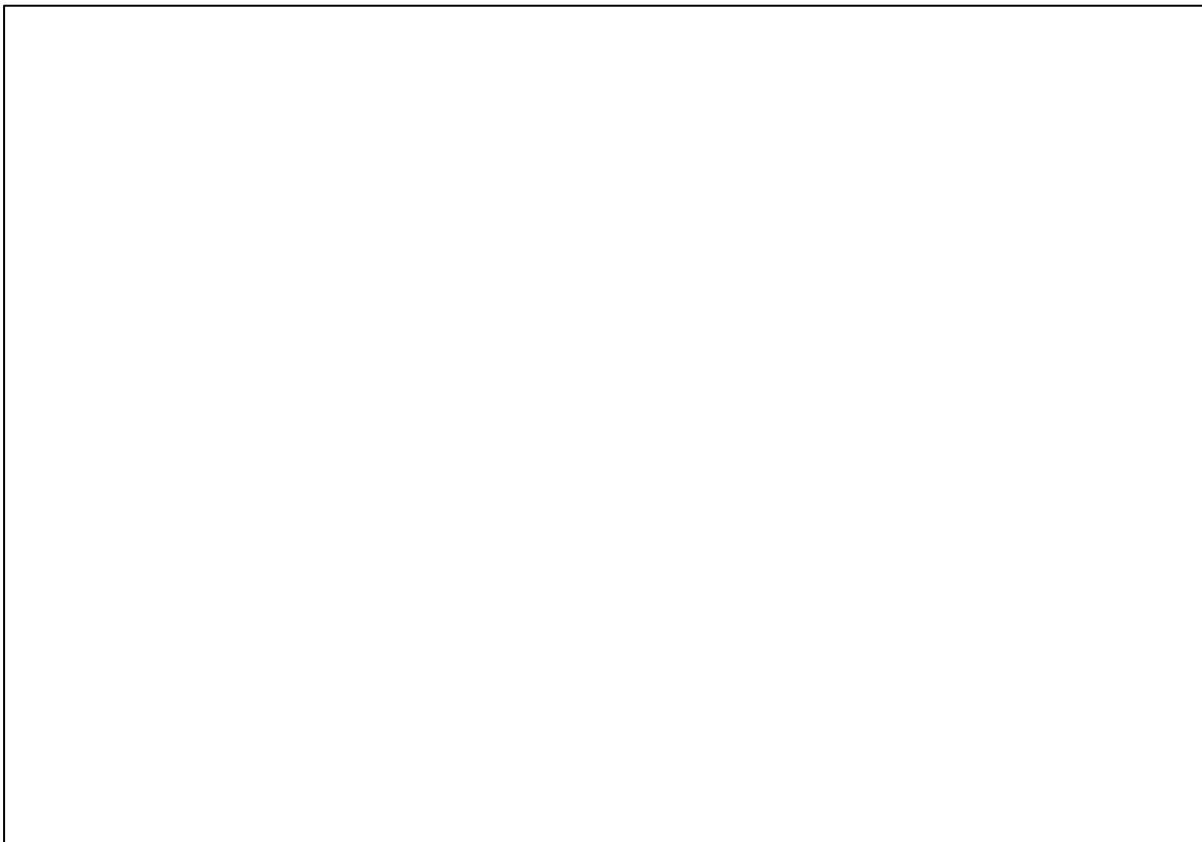


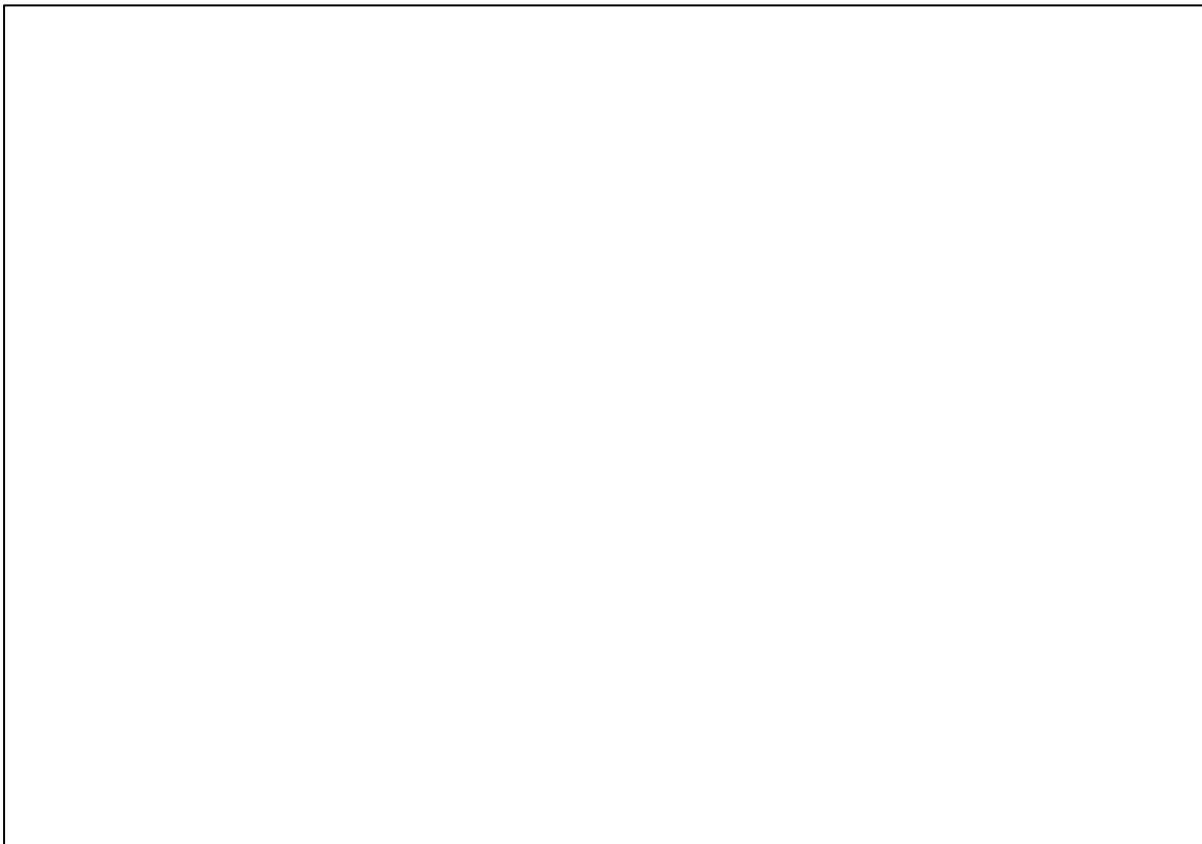
Fotos 15 e 16 – Fotos da construção do GUATEKA, um centro de turismo para visitantes das aldeias Jaguapirú e Bororó em Dourados, construído pela prefeitura – recentemente incendiado, 2003.



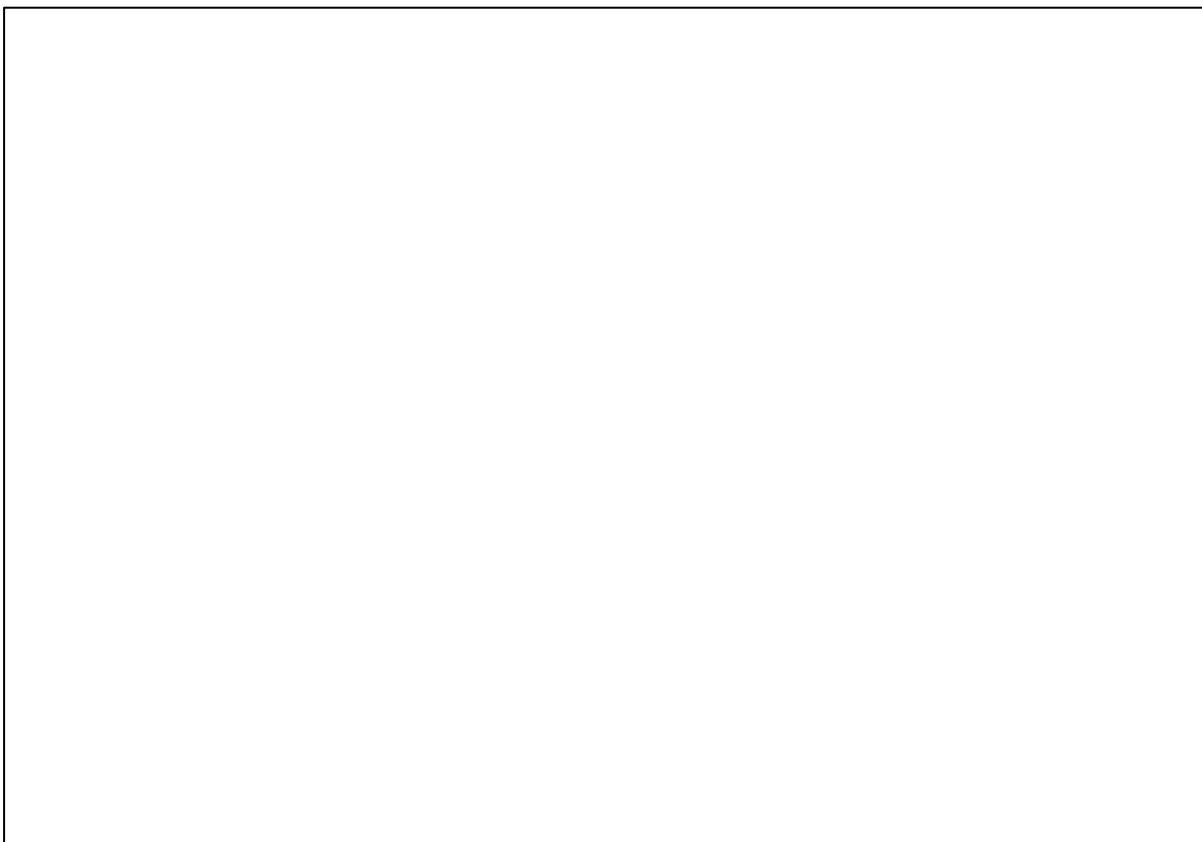


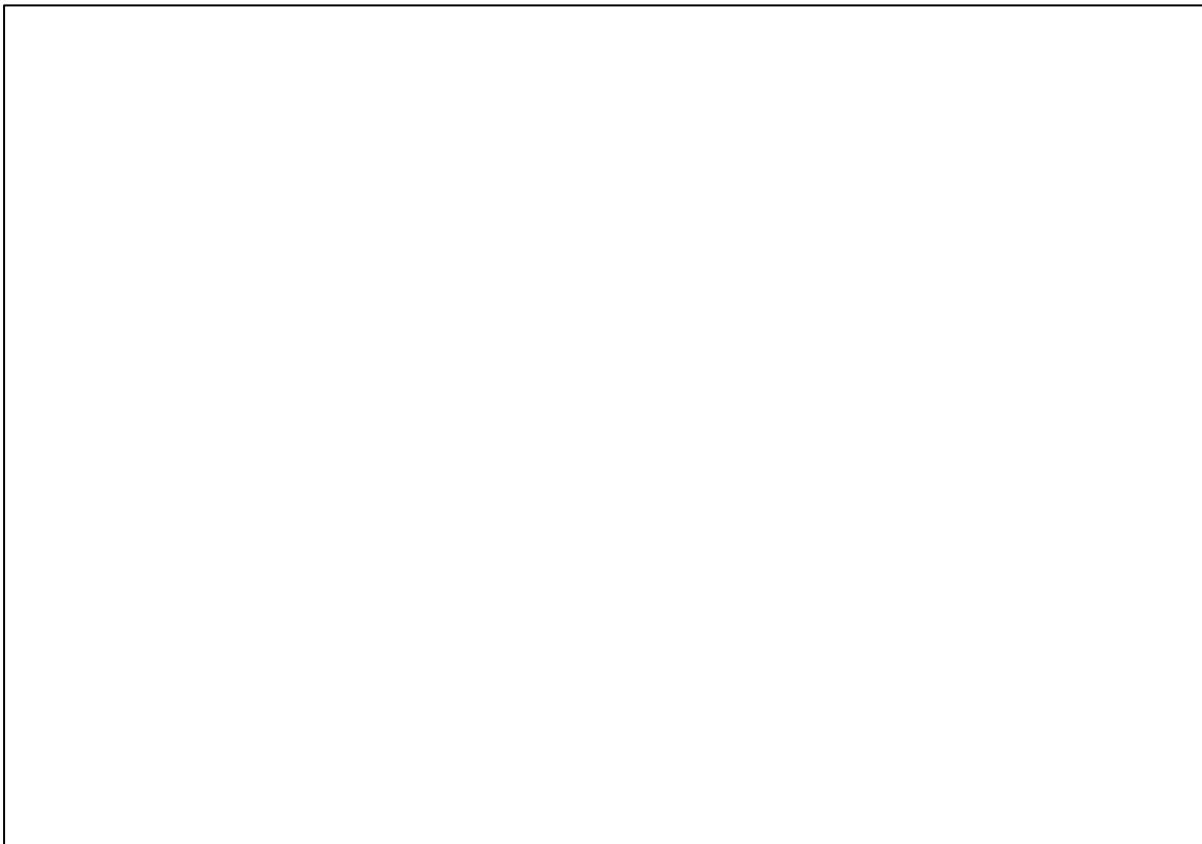
Fotos 17 e 18 – Fotos de lideranças indígenas da aldeia Limão Verde – Aquidauana, com a secretaria de turismo do município e o autor, tratando da implantação do sistema de turismo na aldeia, 2004. Abaixo, turistas mirins visitando a aldeia, em programação de turismo pedagógico, acompanhados do autor, 1.992.



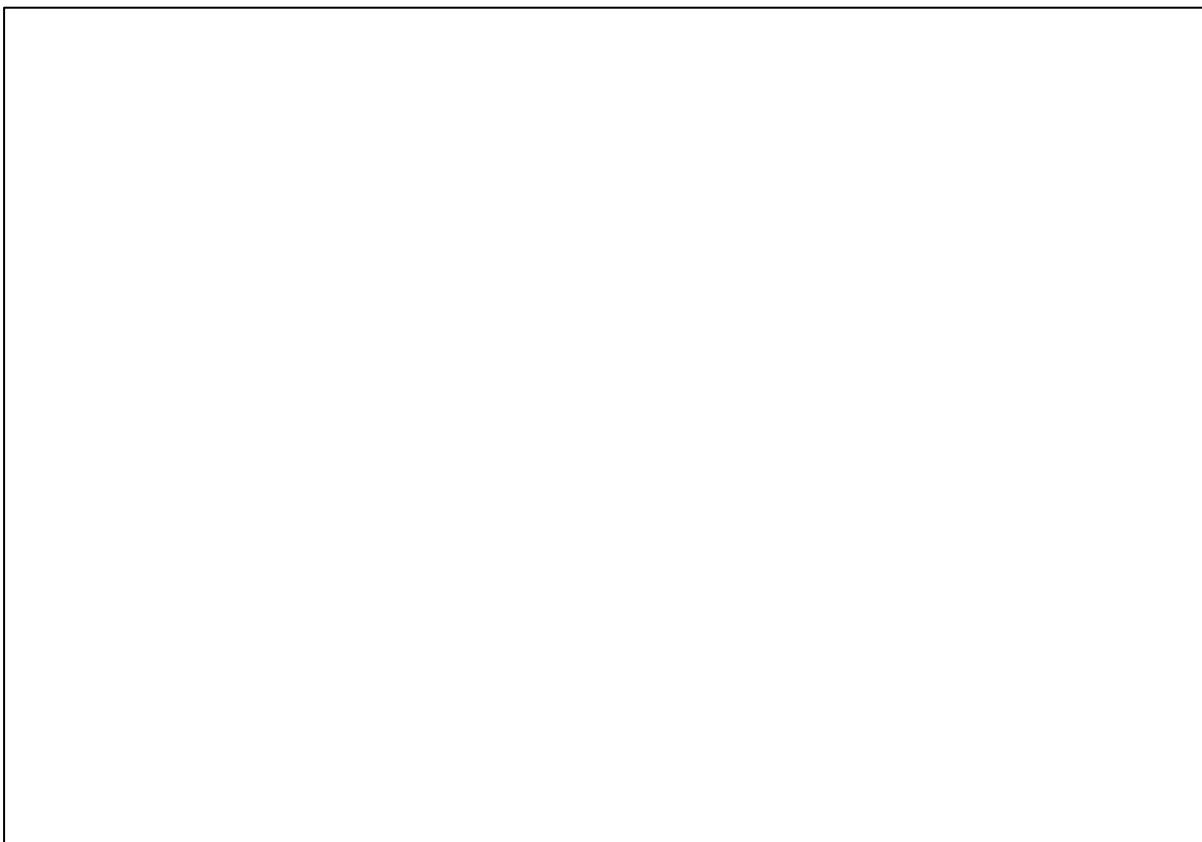


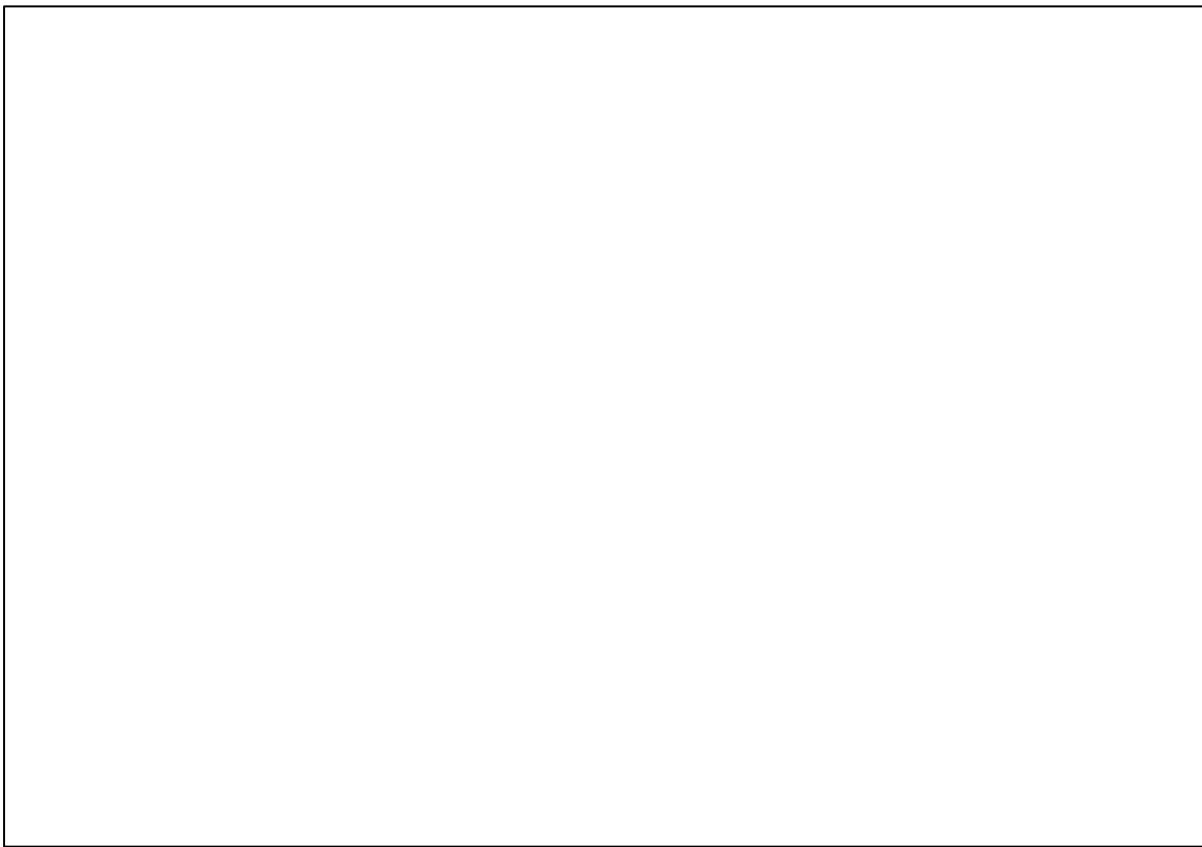
Fotos 19 e 20 – Fotos de excursão de escolas em visita ao Museu Dom Bosco e a Casa do Artesão, motivados pelo tema indígena – Ano 1993.



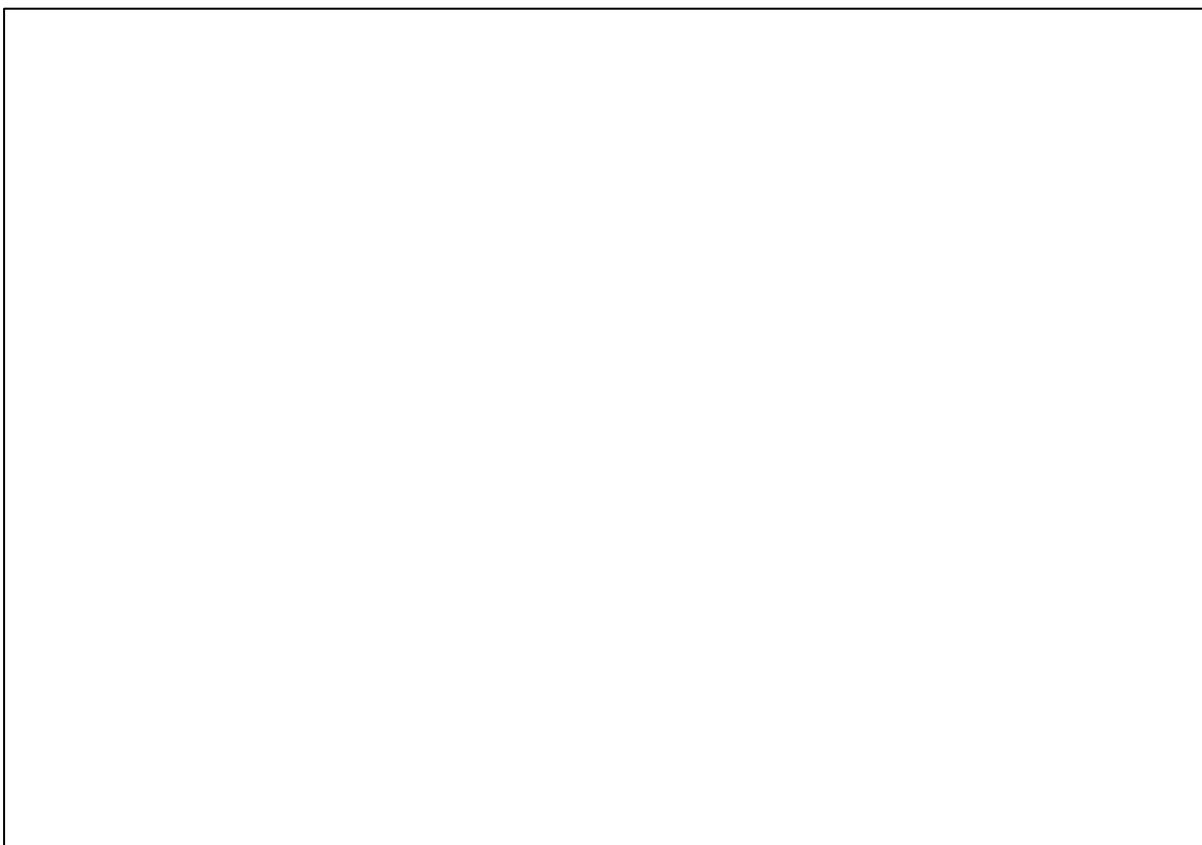


Fotos 21 e 22 – Fotos da Índia Terena mais antiga de Limão Verde (in memorian) e a Igreja mais antiga da região, patrimônio cultural motivador das excursões estudantis – Ano 1992





Fotos 23 e 24 – Fotos da recepção dos Índios Terena, na aldeia Buriti, por meio da Pajelança, apresentada por de um ancião e, o monitor indígena. Ano 2000.



Anexo D – Questionário enviado à SEDEC (Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município de Campo Grande-MS)

1) Qual tem sido o resultado (qualitativo e quantitativo) do City Tour oficial para a Comunidade Terena?

R: Qualitativo – a comunidade tem divulgado mais a sua cultura, o que incentiva as novas gerações a continuar trabalhar sua cultura;

Quantitativo – a renda aumentou para quem utiliza o Memorial para comercializar peças de artesanato.

2) Qual o maior ganho para a comunidade do bairro?

R: O maior ganho é a comercialização das peças de artesanato e a divulgação da cultura Terena.

3) De quais formas os Terena participam do processo, do City Tour, no memorial?

R: O Memorial conta com uma índia Terena para atender aos turistas, e também com crianças e adolescentes que se caracterizam com os trajes indígenas mostrando aos turistas sua indumentária.

4) Qual é a aceitação dos Terena, quanto ao City Tour?

R: A aceitação tem sido boa, no sentido de comercialização dos produtos. Estão sendo providenciados cursos de capacitação para a comunidade Marçal de Souza, recepcionar, melhor, o turista.

Respondido por Silvana e Amanda, estagiárias. Agosto de 2004.

Ane xo E: Resultados da Busca no CADÊ, sobre: Turismo Indígena

Anexo F: Artigo referência a turismo e índios Pataxó/BA

Anexo G: PESQUISA (01)

Público alvo : adultos.

Identificação :

Sexo (_____)

Idade (_____)

Grau de escolaridade (_____).

Vínculo empregatício (_____)

1. Você já ouviu falar em turismo? Você sabe o que é?
2. Você gostaria de que houvesse turismo no seu bairro para conhecer a vida e cultura do seu povo?
3. O que você espera ganhar se tiver turismo no bairro?
4. O que você gostaria de fazer para ganhar dinheiro com turismo no bairro?
5. Você acha o turismo importante? Porque?

Anexo H: Pesquisa (02)

Entrevista aberta com índios Terena
Mestrado em desenvolvimento Local - UCDB
Pesquisador: Munier
Data: 20.08.04
Local: Bairro Marçal de Souza

1. O que é ter qualidade de vida?
 2. Você tem qualidade de vida? Em caso negativo, responda porquê?
 3. Onde é melhor viver, aqui no bairro ou na aldeia de origem? Porquê?
 4. Você se sente bem no bairro onde mora? Sente que ele é seu e de sua família?
 5. E quando for o momento de encontrar com “Deus”, onde você quer ser sepultado? Porquê?
 6. Quais os benefícios que você, a sua família ou a comunidade tem com o turismo no Bairro? E com o *City Tour* oficial que passa por aqui no Memorial?

Anexo I: Mapa da Área urbana de Campo Grande

Anexo J: Mapa da área onde hoje se encontra o bairro Marçal de Souza.

Anexo K: Associação de turismo dos Aborígenes da Austrália

Anexo L: Artigo do mestrando, apresentado como trabalho durante o mestrado em 2003.

O espaço cultural e a paisagem em território Terena na Aldeia Bororó como lugar para a realização do etnoturismo e as perspectivas para o acontecimento do Desenvolvimento Local.

A questão indígena no Brasil já é bastante discutida, e ultimamente ela tem sido notícia nacional, frente as invasões (se é que podemos chamá-las assim) ou quem sabe na verdade reintegração por direito ?. O presente artigo faz um passeio em meio aos conceitos relacionados ao tema e analisa de que forma o espaço cultural, entendendo-se que “ espaço em grego indica idéia de vida, de lugar, no qual se colocam a ação humana e o trabalho (...)” Machado apud Brunet (1992:179), e (...) cultura pode ser entendida como a expressão da forma de ser/viver em sociedade, que é construída por cada grupo, na convivência permitindo-se ampliar, conhecer, simbolizar, transformar (SIGRIST, 2.000), e a paisagem estão sendo aproveitados pelos índios Terena em Dourados, para a realização do etnoturismo indígena que é uma nova modalidade turística (CABREIRA, 2003:49).

As aldeias são sem sombra de dúvida um grande potencial para o desenvolvimento do turismo, seja cultural, seja etnográfico, pois o ser humano tem uma curiosidade muito grande a despeito de outras civilizações. Apreciam observar o modo de vida das populações nativas, exóticas e suas manifestações culturais.

As aldeias de Dourados de uma forma ou de outra, se encaixam em um lugar exótico, por mais que possamos constatar que os Terena estejam vivendo de forma muito semelhante a população não-índia. O que atrai na aldeia são ainda algumas manifestações folclóricas, as quais pudemos observar durantes visitas a estas aldeias.

As aldeias Jaguapirú e Bororó ficam a 05 km do centro da cidade e possuem uma população de quase 10 mil índios.

A sua paisagem está totalmente transformada, pois ao longo dos anos em um espaço pequeno de terra ele usaram todos os recursos naturais disponíveis para sobreviverem e agora restam apenas alguns fragmentos da antiga paisagem transformada pelo tempo e cultura indígena. No entanto ela exprime uma sociedade em seu meio, sendo que: “A paisagem é apenas uma abstração, apesar de sua concretude como coisa-material. Sua realidade é

histórica e lhe advém de sua associação com o espaço social” (O espaço geográfico, um híbrido, pg. 87).

Mas o que há de tão interessante nas aldeias? Em geral as potencialidades passam desapercebidas para os leigos ou para aqueles que já não vem a graça do cotidiano; porém o que se observa é que o dia a dia mostra ainda uma cultura milenar, incutida nos pequenos afazeres, na lida com a roça, na dança do bate-pau; enfim nas manifestações folclóricas e culturais como bem diz Santos (1996:264) quando explica que “a memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado”. Lembrando-nos de que é preciso observar melhor cada espaço que se pretenda explorar, pois nele a vida borbulha.

Assim, o turismo nas aldeias vem acontecendo de forma insipiente, mas atraem estrangeiros em busca do exotismo, pois em “cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais” (SANTOS, 1996:252), tornando-se factível para o turismo.

As questões de demarcações de terras já são conhecidas e uma das consequências do confinamento desta nação indígena em tão pequeno espaço é que para a realização de qualquer atividade produtiva são necessários uma gama de recursos naturais e que apesar de não haver mais o suficiente para a elaboração de artesanato, o que é na verdade um produto tangível e desejado pelos turistas, os índios aproveitam de sua criatividade e sabedoria para burlar estas dificuldades. Alguns dos artesanatos que podem ser observados como, por exemplo, o arco e a flecha, percebe-se que as penas utilizadas para o adorno do objeto que outrora foi usado para defender os seus interesses é agora somente uma lembrança tenra dos tempos de glória. São feitos de pena de galinha coloridas com tinta de papel crepom. Um pequeno artifício para escapar as dificuldades e manter a sua sobrevivência no lugar que é “o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens de ações condicionadas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 1996:258)”

Porque mesmo sem os recursos naturais ainda insistem em fazer artesanato para vender aos turistas? Segundo Santos (1996:261):

Trata-se para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer – carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e de cidadania. Esse futuro imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo Mundo e percepções no lugar.

Certamente existem diversas modalidades de atividades econômicas que os índios podem se dedicar e assim encontrar o seu sustento, pois o seu lugar é também o seu território, conquistado pelos seus antepassados e que guardam um simbolismo do qual ainda subestimamos. O turismo então se torna mais uma atividade que tem como valor o auxílio a sua sustentação em seu lugar e defesa do seu território, o qual assume nas palavras do Boisier (2002:04), uma importância capital como diz:

En la construcción de su propio ser, en ese permanente desafío heideggeriano, el ser humano construye su identidad apelando a una matriz de relaciones (familia, raza, religión) entre las cuales destaca por su fuerza, la vinculación a un territorio. El ser de un lugar, el reconocerse en el lugar, es una derivación del carácter territorial del animal humano”y tan fuerte que, como sabemos, el exilio es considerado como una pena máxima y el desarraigamiento del territorio cotidiano, aún en procesos migratorios internos y voluntarios es una experiencia dolorosa para las personas.

Nesta discussão acadêmica é bom observarmos que “O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar; território tem idéia de poder. (ANDRADE, 1996)”

As aldeias não são importantes apenas pela oportunidade de comércio e do turismo, a terra, o território indígena é antes de tudo um lugar sagrado, o que tem levado a disputas e guerras pela sua posse, no qual para o homem não-índio a terra é mais um espaço a ser explorado e para os índios é muito mais que isso como diz Andrade (1996:214): “E aí na expansão do território e na consolidação da territorialidade, eles sentiam os choques culturais que os violentavam, como no caso do uso da terra, a diferença entre a concepção da terra como mercadoria e da terra como valor de uso”. Por isso quando se estuda a manifestação do turismo em aldeias indígenas não se deve ver apenas o comércio, mas antes de tudo os motivos que prendem os índios a terra, os quais são bem maiores que as nossas ambições.

No entanto alguns autores nos chamam a atenção para percebermos que é preciso se adaptar aos tempos e a disputa de terras e territórios é consequentemente um fator de transformação e vem “daí a necessidade de se encarar o território e, consequentemente, a territorialidade, como categoria temporária, de vez que no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se acha em constante transformação” (ANDRADE, 1996:220). Talvez os

índios estejam diante deste processo, no qual buscam os seus direitos e disputam seu território, que em contrapartida também é defendido pelos não-índios, pois a sociedade branca vem crescendo e se desenvolvendo num processo irreversível, que não pode ser ignorado, fato que também leva a necessidade de ter espaço para as suas manifestações culturais.

Neste caso o turismo é como uma confraternização, no qual de um lado os índios vendem a sua cultura e de outro os não-índios turistas se apropriam temporariamente do lugar e suas manifestações. Uma troca em que ambos podem se beneficiar, no qual de um lado os índios ganham dinheiro pelo seu trabalho e de outro se ganha a satisfação e o bem estar em desfrutar-se de momentos de lazer, cultura e descontração.

E a despeito do pequeno espaço ocupado pelos índios, reflita-se o que Boisier (2002) diz : “En realidad, los verdaderos éxitos sin precedentes de los últimos treinta años han sido países muy pequeños.” Guardando-se as proporções de diferenças de culturas e desenvolvimento tecnológicos que separam as nações indígenas de um município ou país.

Os Índios de uma forma ou de outra não estão e não podem ficar isolados, não se pode pensar ainda no índio andando somente pelas matas, mantendo a tradição histórica como bichos do mato. Hoje em dia o mundo está globalizado e mesmo as nações indígenas estão procurando se encontrar e se equilibrar dentro deste processo. Sendo assim, também como parte de estratégia de sobrevivência, talvez os índios tenham que se adequar a situação e criar novas perspectivas de vida, fora das aldeias, pois os problemas locais estão também na globalidade. Mesmo em suas pequenas porções de terra quem sabe seja possível a formação de uma rede de interesses e informações, partindo das aldeias, de forma a colocarem estas nações de frente com o mundo. Veja o que diz Boisier (2002), quando fala de “uma nova forma de regionalização, descrevendo uma geografia sistêmica a partir de regiões pivotantes, associativas e virtuais, sendo a primeira concebida como a menor unidade político-administrativa que seja simultaneamente o suficientemente completa e contemporânea como para permitir competir com altas probabilidades de êxito; tudo para que os antigos municípios não sejam apagados pela globalização”.

Não há comparação entre uma aldeia e um município, mas a idéia central da teoria da regiões pivotantes no processo de globalização, é que os pequenos territórios poderiam sobreviver se estenderem como uma rede de interações, buscando parcerias e soluções para os problemas locais e globais, ao invés de se fecharem ao mundo e lamentarem os seus problemas. Com certeza é algo a se discutir e muito, mas pode ser um caminho para se pensar no desenvolvimento local.

Um dos maiores problemas na resolução da causa indígena é que de um lado nós soldados do capitalismo estamos sempre tentando resolver a problemática de acordo com a nossa lógica, a do nosso sistema. No entanto os índios possuem uma estrutura social e portanto um raciocínio sobre os bens materiais de uma forma muito diferente da nossa, pois : “As culturas tribais percorrem a gama do ceticismo, do materialismo e do fervor espiritual. A nitidez com a qual um comportamento de vida é identificado como econômico, dedicado à produção e ao intercâmbio de bens materiais, varia amplamente de sociedade para sociedade e dentro de cada sociedade.” Yi-FuTuan (1976)

Assim enquanto nossa cultura define território como propriedade, poder, lucro e dividendos, para os índios: “A cultura como um meio de comunicação está estreitamente ligada à noção de território. Identifica-se que em alguns problemas específicos de identidade cultural a importância do território é o foco dos conflitos ou objeto de oposição entre os grupos. (KUHNEN, 2001)”. Daí os problemas de terras estarem eternamente em conflitos; em conflitos culturais.

Nas aldeias de Dourados os índios formam trazidos pelo Governo para resolver os problemas dos desaldeados e pela proximidade da cidade a aldeia acabou por parecer um bairro, e o que leva muitos a pensarem que já não há mais cultura indígena para ser apreciada. No entanto de uma forma ou de outra ao contrário do pensam as pessoas, os turistas estão sempre procurando por manifestações culturais e naquele espaço no qual se encontram os Terena, a cultura acontece, como afirma Kuhnen (2001): “Todo espaço é uma imagem de nossa cultura”.

Nesta aldeia Terena falta apenas um projeto bem elaborado para que o turismo se efetive pois : “O interesse das pessoas pela história, a arte e a cultura em geral tem gerado grandes projetos integrando turismo e cultura (TRIGO, 1993:111)”. O único projeto que estaria alavancando um eixo comercial e turístico, o Centro Guateka, uma grande oca, no qual haveria manifestações culturais e venda de artesanatos, acabou por ser incendiada, frustrando o já demorado processo de integração entre as nações indígenas e o turismo em Dourados.

O que falta agora é discutir se o turismo tem possibilidade reais de acontecer e se de alguma forma ele acontecerá pelas mãos dos índios ou se pela mão dos empresários sempre interessados na ciranda dos lucros. Duas sociedades com um mesmo problema, o da sobrevivência, com princípios diferentes frente as manifestações culturais.

Será possível o acontecimento do desenvolvimento local, entre tantas situações aqui argumentadas? Para Ávila (2000:68):

“(...) o núcleo conceitual do desenvolvimento local consiste essencialmente no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’, no sentido de ela mesma incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar e gerenciar o aproveitamento dos potenciais próprios assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando a processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito”

Pensando nos aspectos teóricos, é certo que os índios até mesmo por desconhecimento, não vão desenvolver o turismo independentemente, mas sempre que se pergunta se eles têm o interesse na visita dos turistas, a resposta é sempre a mesma, acham bom porque os turistas trazem dinheiro. É claro que já aprenderam que turista é sinônimo de dividendos e como as aldeias estão dentro do nosso sistema de capitalismo, não dá pra fugir ao processo, e então eles acabam por participar do turismo sempre como parceiros dos empresários do setor.

É certo que os índios não farão o desenvolvimento do turismo sozinhos e nem nós os faríamos, porque turismo é uma atividade no qual há necessidade imperativa de parceria entre várias partes. Por isso, há aqueles que são contra o turismo nas aldeias indígenas, e para criticarem perguntam como podem os índios vender a sua cultura, as suas tradições, manifestações que possuem valores espirituais para eles e que nós, nem o entendemos ao certo?

O fato é que em todo o mundo milhares de pessoas, de uma forma ou de outra estão trocando, permutando, vendendo alguma coisa em troca da sua sobrevivência. Os países que se dedicam ao turismo fazem mesmo um show com a sua cultura, para ganharem seus dividendos e assim buscam a sua sobrevivência e desenvolvimento cultural, porque a cultura não é estática.

Será que os índios devem ignorar o fenômeno do turismo ou devem lançar-se a ele, devem aproveitar ou não esta situação? Talvez seja uma chance, de tal forma que um dia eles possam por si mesmos estar à frente das oportunidades, pois por enquanto para a teoria se realizar discute-se que:

Os eventos articulados entre si em nível planetário, capazes de convergir sob forma de informação simultânea, a quase todos os lugares, oferecem possibilidades inúmeras, que podem ser transformadas em oportunidades locais, (...) porque as inovações partem dos lugares e não do globo terrestre, para então daí desdobrar-se para o sistema planetário. (BOURLEGAT , 2003)

O desenvolvimento local como teoria procura certas definições que se aperfeiçoam com a realidade vivida de cada povo, de cada sociedade, de cada pessoa. O fato é que podemos a cada dia buscar entre a teoria e a realidade a melhor forma de sermos felizes e nos dedicamos àquilo que seja do nosso mais puro interesse, seja para o crescimento ou desenvolvimento, como queiramos. Os índios não são apenas expectadores, são atores num grande palco no qual a vida se fantasia, todos os dias. Fazem parte assim da aldeia global, no qual todos vivem sonhos e realidades.

Anexo M: Partes do código civil e da constituição em que os índios são citados

Código Civil

por [Manuela Carneiro da Cunha](#)

No Código Civil os índios foram equiparados aos maiores de 16 anos e menores de 21, dentro da categoria de "relativamente capazes". A intenção é de que eles gozem de uma proteção especial do Estado para não serem lesados, sobretudo em transações comerciais. Sendo relativamente capazes e não totalmente incapazes (como os menores de 16 anos ou os doentes mentais), eles podem fazer valer a sua vontade. O Estado deve assisti-los para que não sejam prejudicados, mas não pode impor sua vontade à dos índios. Na prática, esta tutela muitas vezes se traduziu em abuso de poder, através, por exemplo, da venda de madeira à revelia das autoridades indígenas. Os índios, mais recentemente, estão sabendo usar a tutela para sua proteção.

Constituição de 1988

por [Manuela Carneiro da Cunha](#)

- [Artigo 231](#)
- [Artigo 232](#)

A Constituição de 1988 tem pela primeira vez um capítulo inteiro (Capítulo VIII, do qual fazem parte os artigos [231](#) e [232](#)) dedicado às sociedades indígenas, além de artigos esparsos. Ela consolidou muitos dos princípios de respeito às terras indígenas que já se achavam em todas as Constituições brasileiras desde a de 1934, e explicitou definições e direitos essenciais. Nesse sentido, constituiu um avanço muito importante na legislação, avanço que, se espera, possa agora ser traduzido na prática.

Constituição de 1988: Artigo 231

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantindo, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, # 3º e # 4º

Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, 16a edição, atualizada e ampliada, São Paulo, Editora Saraiva, 1997.

Constituição de 1988: Artigo 232

Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, 16^a edição, atualizada e ampliada, São Paulo, Editora Saraiva, 1997.

Anexo N: Estatuto do Índio

LEI N° 6.001 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

TÍTULO I

Dos Princípios e Definições

Art.1º Esta Lei regula a situação jurídica dos índio ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmonicamente, à comunhão nacional.

Parágrafo único. Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam os demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei.

Art.2º cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos;

I - estender aos índios os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação;

II - prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas ainda não integradas à comunhão nacional;

III - respeitar, ao proporcionar aos índios meio para seu desenvolvimento, as peculiaridades inerentes à sua condição;

IV - assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência;

V - garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso;

VI - respeitar, no processo de integração de índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes;

VII - executar sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas;

VIII - utilizar a cooperação de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento;

IX - garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos de Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes;

X - garantir aos índios o pleno exercício dos direitos civis e políticos que em fase da legislação lhes couberem.

Parágrafo único. Vetado.

Art.3º Para os efeitos de lei, ficam estabelecidas as definições a seguir discriminadas:

I - Índio ou Silvícola - É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é intensificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional;

II - Comunidade Indígena ou Grupo Tribal - É um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da

comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem neles integrados.

Art.4º Os índios são considerados:

I - Isolados- Quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional;

II - Em vias de integração - Quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservem menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão mais para o próprio sustento;

III - Integrados- Quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura.

TÍTULO II

Dos Direitos Civis e Políticos

CAPÍTULO I

Dos Princípios

Art.5º Aplicam-se aos índios ou silvícolas as normas dos artigos 145 e 146, da Constituição Federal, relativas à nacionalidade e à cidadania.

Parágrafo único. O exercício dos direitos civis e políticos pelo índio depende da verificação das condições especiais estabelecidas nesta Lei e na legislação pertinente.

Art.6º Serão respeitados os usos, tradições costumes das comunidades indígenas e seus efeitos, nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade nos atos ou negócios realizados entre índios, salvo se optarem pela aplicação do direito comum.

Parágrafo único. Aplicam-se as normas de direito comum às relações entre índios não integrados e pessoas estranhas à comunidade indígena, executados os que forem menos favoráveis a eles e ressalvado o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II

Da Assistência ou Tutela

Art.7º Os índios e as comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional ficam sujeitos ao regime tutelar estabelecido nesta Lei.

§1º Ao regime tutelar estabelecido nesta Lei aplicam-se no que couber, os princípios e as normas da tutela do direito comum, independendo, todavia, o exercício da tutela da especialização de bens imóveis em hipoteca legal, bem como da prestação de caução real ou fidejussória.

§2º Incumbe a tutela à União, que a exercerá através do competente órgão federal de assistência aos silvícolas.

§8º São nulos os atos praticados entre índios não integrados e qualquer pessoa estranha à comunidade indígena quando não tenha havido assistência do órgão tutelar competente.

Parágrafo único. Não se aplica a regra deste artigo no caso em que o índio revele consciência e conhecimento do ato praticado, desde que não lhe seja prejudicial, e da extensão dos seus efetivos.

Art.9º Qualquer índio poderá requerer ao Juízo competente a sua liberação do regime tutelar previsto nesta Lei, investindo-se na plenitude da capacidade civil, desde que preencha os requisitos seguintes:

I - idade mínima de 21 anos;

II - conhecimento da língua portuguesa;

III - habilitação para o exercício de atividade útil, na comunhão nacional;

IV - razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional.

Parágrafo único. O juiz decidirá após instrução sumária, ouvido o órgão de assistência ao índio e o Ministério Público, transcrita a sentença concessiva no registro civil.

Art.10º Satisfeitos os requisitos do artigo anterior, e a pedido escrito do interessado, o órgão de assistência poderá reconhecer ao índio, mediante declaração formal, a condição de integrado, cessando toda restrição à capacidade, desde que, homologado juridicamente o ato, seja inscrito no registro civil.

Art.11º Mediante decreto do Presidente da República, poderá ser declarada a emancipação da comunidade indígena e de seus membros, quando ao regime tutelar estabelecido em lei; desde que requerida pela maioria dos membros do grupo e comprovada, em inquérito realizado pelo órgão federal competente, a sua plena integração na comunhão nacional.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, exigir-se-á o preenchimento, pelos requerentes, dos requisitos estabelecidos no artigo 9º.

CAPÍTULO III

Do Registro Civil

Art.12º Os nascimentos e óbitos, e os casamentos civis dos índios não integrados, serão registrados de acordo com a legislação comum, atendidas as peculiaridades de sua condição quanto à qualificação do nome, prenome e filiação.

Parágrafo único. O registro civil será feito a pedido do interessado ou da autoridade administrativa competente.

Art.13º Haverá livros próprios, no órgão competente de assistência, para o registro administrativo de nascimentos e óbitos dos índios, da cessação de sua incapacidade e dos casamentos contraídos segundo os costumes tribais.

Parágrafo único. O registro administrativo constituirá, quanto couber, documento hábil para proceder ao registro civil do alto correspondente qualificado, admitido, na falta deste, como meio subsidiário de prova.

CAPÍTULO IV

Das condições de trabalho

Art.14º Não haverá discriminação entre trabalhadores indígenas e os demais trabalhadores, aplicando-se-lhes todos os direitos e garantias das leis trabalhistas e de previdência social.

Parágrafo único. É permitida a adaptação de condições de trabalho aos usos e costumes da comunidade a que pertencer o índio.

Art.15º Será nulo o contrato de trabalho ou de locação de serviços realizados com os índios de que trata o art.4º, I.

Art.16º Os contratados de trabalho ou de locação de serviços realizados com indígenas em processo de integração ou habitantes de parques ou colônias agrícolas dependerão de prévia aprovação do órgão de proteção ao índio, obedecendo, quando necessário, a normas próprias.

§1º será estimulada a realização de contratos por equipe, ou a domicilio, sob a orientação do órgão competente, de modo a favorecer a continuidade da vida comunitária.

§2º Em qualquer caso de prestação de serviços por indígenas não integrados, o órgão de proteção ao índio exercerá permanente fiscalização das condições de trabalho, denunciado os abusos e providenciando as providencias a aplicação das sanções cabíveis.

§3º O órgão de assistência ao indígena propiciará o acesso, aos seus quadros, de índios integrados, estimulando a sua especificação indigenista.

TÍTULO III

Das Terras dos Índios

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art.17 Reputam-se terras indígenas:

I - as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV, e 198, da Constituição;

II - as áreas reservadas de que trata o Capítulo III deste Título;

III - as terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas.

Art.18 As terras indígenas poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas.

§1º Nessas áreas, é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuárias ou extractiva.

§2º vetado.

Art.19º As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo.

§1º A demarcação promovida nos termos deste artigo, homologada pelo Presidente da República, será registrada em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (S.P.U) e do registro imobiliário da comarca da situação das terras.

§2º Contra a demarcação processada nos termos deste artigo não caberá a concessão do interdito possessório, facultado aos interessados contra ela recorrer à ação petitória ou à demarcatória.

Art.20 Em caráter experimental e por qualquer dos motivos adiante enumerados, poderá a União intervir, se não houver solução alternativa, em áreas indígenas, determinada a providência por decreto do Presidente da República.

§1º A intervenção poderá ser decretada:

- a) para por termo à luta entre grupos tribais;
- b) para combater graves surtos epidêmicos, que possam acarretar o extermínio da comunidade indígena, ou qualquer mal que ponha em risco a integridade do silvícola ou do grupo tribal;
- c) por imposição da segurança nacional;
- d) para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional;
- e) para reprimir a turbação ou esbulho em larga escala;
- f) para exploração de riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional;

§2º A intervenção executar-se-á nas condições estipuladas no decreto e sempre por meios suasórios, dela podendo resultar, segundo a gravidade do fato, uma ou algumas das medidas seguintes:

- a) contenção de hostilidades, evitando-se o emprego de força contra os índios;
- b) deslocamento de grupos tribais de uma para outra área;
- c) remoção de grupos tribais de uma outra área;

§3º Somente caberá a remoção de grupo tribal quando de todo impossível ou desaconselhável a sua permanência na área sob intervenção, destinando-se à comunidade indígena removida área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas.

§4º A comunidade indígena removida será integralmente resarcida dos prejuízos decorrentes da remoção.

§5º O ato de intervenção terá a assistência direta do órgão federal que exercita tutela do índio.

Art.21 As terras espontânea e definitivamente abandonadas por comunidade indígena ou grupo tribal reverterão, por proposta do órgão federal de assistência ao índio e mediante ato declamatório do Poder Executivo, à posse e ao domínio pleno da União.

CAPÍTULO II

Das terras Ocupadas

Art.22 cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

Parágrafo único. As terras ocupadas pelos índios, nos termos deste artigo, são bens inalienáveis da União (artigos 4º, IV, e 198 da Constituição Federal)

Art.23 Considera-se pose do índio ou silvícola a ocupação efetiva de terra, que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e no qual habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil.

Art.24 O usufruto assegurado aos índios ou silvícolas compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas, bem assim ao produto da exploração econômica de tais riquezas naturais e utilidades.

§1º Incluem-se, no usufruto, que se estende aos acessórios e seus acrescidos, o uso dos mananciais e das águas dos trechos das vias fluviais compreendidos nas terras ocupadas.

§2º É garantido ao índio o exclusivo exercício da caça e pesca nas áreas por ele ocupadas, devendo ser executadas por forma suasória as medidas de polícia que em relação a ele eventualmente tiverem que ser aplicadas.

Art.25 O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do artigo 198, da Constituição Federal, independe de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas, atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antigüidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão ou erro do referido órgão, tomar qualquer dos Poderes da República.

CAPÍTULO III

Das Áreas Reservadas

Art.26 A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas distintas à posse e ocupação pelos índios, no qual possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais indígenas, podendo organizar-se sob uma das seguintes modalidades:

- a) reserva indígena;
- b) parque indígena;
- c) colônia agrícola indígena;
- d) território federal indígena;

Art.27 Reserva Indígena é uma área destinada a servir de **habitat** a grupos indígenas, com os meios suficientes à sua subsistência.

Art.28 Parque Indígena é a área contida em terra para posse dos índios, cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da União, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região.

§1º Na administração dos parques serão respeitadas a liberdade, usos, costumes e tradições dos índios.

§2º As medidas de polícia, necessárias à ordem interna e à preservação das riquezas existentes na área do parque, deverão ser tomadas por meios suasórios e de acordo com interesse dos índios que nela habitam.

§3º O loteamento das terras do parque indígena obedecerá ao regime de propriedade, usos e costumes tribais, bem como as normas administrativas nacionais, que deverão ajustar-se aos interesses das comunidades indígenas.

Art.29 Colônia agrícola é a área destinada à exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência ao índio, no qual convivam aldeias acumuladas e membros da comunidade nacional.

Art.30 Território federal indígena é a unidade administrativa subordinada à União, instituída em região na qual pelo menos um terço da população seja formado por índios.

Art.31 As disposições deste Capítulo serão aplicadas, no que couber, às áreas em que a posse decorra da aplicação do artigo 198, da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

Das Terras de Domínio Indígena

Art.32 São de propriedade plena do índio ou da comunidade indígena, conforme o caso, as terras havidas por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

Art.33 O índio integrado ou não, que ocupe como próprio, por dez anos consecutivos, trechos de terras inferior a cinqüenta hectares, adquirir-lhe-á propriedade plena.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às terras do domínio da União, ocupadas por grupos tribais, às áreas reservadas de que trata esta Lei, nem às terras de propriedade coletiva de grupo tribal.

CAPÍTULO V

Da Defesa das Terras Indígenas

Art.34 O órgão federal de assistência ao índio poderá solicitar a colaboração das Forças Armadas e Auxiliares da Polícia Federal, para assegurar a proteção das terras ocupadas pelos índios e pelas comunidades indígenas.

Art.35 Cabe ao órgão federal de assistência ao índio a defesa jurídica ou extrajudicial dos direitos dos silvícolas e das comunidades indígenas.

Art.36 Sem prejuízos do disposto no artigo anterior compete à União adotar as medidas administrativas ou propor, por intermédio do Ministério Públíco Federal, as medidas judiciais adequadas à proteção da posse dos silvícolas sobre as terras que habitam.

Parágrafo único. Quando as medidas judiciais previstas neste artigo, forem propostas pelo órgão federal de assistência, ou contra ele, a União será litisconsorte ativa ou passiva.

Art.37 Os grupos tribais ou comunidades indígenas são partes legítimas para a defesa dos seus direitos em juízo, cabendo-lhes, no caso, a assistência do Ministério Públíco Federal ou do órgão de proteção ao índio.

Art.38 As terras indígenas são inusucapíveis e sobre elas não poderá recair desapropriação, salvo o previsto no artigo 20.

TÍTULO IV

Dos Bens e Renda do Patrimônio Indígena

Art.39 Constituem bens do Patrimônio Indígena:

I - as terras pertencentes ao domínio dos grupos tribais ou comunidades indígenas;

II - O usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas por grupos tribais ou comunidades indígenas e nas áreas a eles reservadas.

III - os bens móveis ou imóveis, adquiridos a qualquer título.

Art.40 São titulares do patrimônio indígena:

I - população indígena do País, no tocante a bens ou rendas pertencentes ou destinadas aos silvícolas, sem discriminação de pessoas ou grupos tribais;

II - o grupo tribal ou comunidades indígenas determinada, quanto à posse e usufruto das terras por ele exclusivamente ocupadas, ou eles destinadas;

III - a comunidade indígena ou grupos tribal nomeados no título aquisitivo da propriedade, em relação aos respectivos imóveis.

Art.41 Não integram o Patrimônio Indígena:

I - as terras de exclusiva posse ou domínio do índio ou silvícola, individualmente considerados, e o usufruto das respectivas riquezas naturais e utilidades;

II - a habitação, os moveis e utensílios domésticos, os objetos de uso pessoal, os instrumentos de trabalho e os produtos da lavoura, caça, pesca e coleta ou do trabalho em geral dos silvícolas.

Art.42 Cabe ao órgão de assistência a gestão do Patrimônio Indígena propiciando-se, porém a participação dos silvícolas e dos grupos tribais na administração dos próprios bens, sendo-lhes totalmente confiado o encargo, quando demonstrem capacidade efetiva para o seu exercício.

Parágrafo único. O arrolamento dos bens do Patrimônio Indígena será permanentemente atualizado, procedendo-se à fiscalização rigorosa de gestão, mediante controle interno e externo a fim de tornar efetiva a responsabilidade dos seus administradores.

Art.43 A renda indígena é a resultante da aplicação de bens e utilidades integrantes do patrimônio Indígena, sob a responsabilidade do órgão de assistência ao índio.

§1º A renda indígena será preferencialmente reaplicada em atividades rentáveis ou utilizada em programas de assistência ao índio.

§2º A reaplicação prevista no parágrafo anterior reverterá principalmente em benefício da comunidade que produziu os primeiros resultados econômicos.

Art.44 As riquezas do solo, nas áreas indígenas, somente pelos silvícolas podem ser exploradas, cabendo-lhes com exclusividade o exercício da garimpagem, faiscação e cata das áreas referidas.

Art.45 A exploração das riquezas do subsolo nas áreas pertencentes aos índios, ou domínio da União, mas na posse de comunidades indígenas, far-se-á nos termos da legislação vigente, observando o disposto nesta Lei.

§1º O Ministério do interior, através do órgão competente de assistência aos índios, representará os interesses da União, como proprietário do solo, mas a participação no resultado da exploração, as indenizações e a renda devida pela ocupação do terreno, reverterão em benefícios das índios e constituirão fontes de renda indígena.

§2º Na salvaguarda dos interesses do patrimônio Indígena e do bem estar dos silvícolas, a autorização de pesquisa ou lavra, a terceiros, nas posses tribais, estará condicionada a prévio entendimento com o órgão de assistência ao índio.

Art.46 O corte de madeira nas florestas indígenas consideradas no regime de preservação permanente, de acordo com a letra g e §2º, do artigo 3º, do Código Florestal, está condicionado à existência de programas ou projetos, para o aproveitamento das terras respectivos na exploração agropecuário, na indústria ou no reflorestamento.

TÍTULO V

Da Educação, Cultura e Saúde

Art.47 É assegurado o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de exploração.

Art.48 Estende-se à população indígena, com as necessárias adaptações, o sistema de ensino em vigor no País.

Art.49 A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertençam, e em português, salvaguardado o uso da primeira.

Art.50 A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais.

Art.51 A assistência aos menores, para fins educacionais, será prestada, quando possível, sem afastá-los do convívio familiar ou tribal.

Art.52 Será proporcionada ao índio a formação profissional adequada, de acordo com seu grau de culturação.

Art.53 O artesanato e as indústrias rurais serão estimulados, no sentido de elevar o padrão de vida do índio com a conveniente adaptação às condições técnicas nomeadas.

Art.54 Os índios têm direito aos meios de proteção à saúde facultados à comunhão nacional.

Parágrafo único. Na infância, na maternidade, na doença e na velhice, deve ser assegurada ao silvícola especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse destinados.

Art.55 O regime geral da previdência social será extensivo aos índios, atendidas as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades beneficiadas.

TÍTULO VI

Das Normas Penais

CAPÍTULO I

Dos Princípios

Art. 56. No caso de cno qualnação de índio por infração penal, a pena deverá ser atenuada e na sua aplicação o juiz atenderá também ao grau de integração silvícola.

Parágrafo Único. As penas de reclusão e de detenção serão cumpridas, se possível, em regime especial de semiliberdade, no local de funcionamento do órgão federal de assistência aos índios mais próximo da habitação do cno qualnado.

Art.57. Será tolerada aplicação, pelos grupos tribais, de acordo com as instituições próprias, de sanções penais ou disciplinares contra os seus membros, desde que não revistam caráter cruel ou infamante, proibida em qualquer caso a pena de morte.

CAPÍTULO II

Dos Crimes Contra os Índios

Art.58. Constituem crimes contra os índios e a cultura indígena:

I - escarnecer de cerimônia, rito, uso, costumes ou tradição culturais indígenas, vilipendiá-los ou perturbar, de qualquer modo, a sua prática. **Pena** - detenção de um a três meses;

II - utilizar o índio ou comunidade indígena como objeto de propaganda turística ou de exibição para fins lucrativos. **Pena** - detenção de dois a seis meses;

III - propiciar, por qualquer meio, a aquisição, o uso e a disseminação de bebidas alcoólicas, nos grupos tribais eu entre índios não integrados. **Pena** - detenção de seis meses a dois anos;

Parágrafo único. As penas estatuídas neste artigo são agravadas de um terço, quando o crime for praticado por funcionário ou empregado do órgão de assistência ao índio.

Art.59. No caso de crime contra a pessoa, o patrimônio ou os costumes, em que o ofendido seja índio não integrado ou comunidade indígena, a pena será agravada de um terço.

TÍTULO VII

Disposições Gerais

Art.60. Os bens e rendas do Patrimônio Indígena gozam de plena isenção tributária.

Art.61. São extensivos os interesses do Patrimônio Indígena os privilégios da Fazenda Pública, quanto à impenhorabilidade de bens, rendas e serviços, ações especiais; prazos processuais, juros e custas.

Art.62. Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação das terras habitadas pelos índios ou comunidades indígenas.

§1º Aplica-se o dispositivo neste artigo às terras que tenham sido desocupadas pelos índios ou comunidades indígenas em virtude de ato ilegítimo de autoridade e particular.

§2º Ninguém terá direito a ação ou indenização contra a União, o órgão de assistência ao índio ou os silvícolas em virtude da nulidade e extinção de que trata este artigo, ou de suas consequências econômicas.

§3º Em caráter excepcional e a juízo exclusivo do dirigente do órgão de assistência ao índio, será permitida a continuação, por prazo razoável, dos efeitos dos contratos de arrendamento em vigor da data desta Lei, desde que a sua extinção acarrete graves consequências sociais.

Art.63. Nenhuma medida judicial será concedida liminarmente em causas que envolvam interesse de silvícolas ou do Patrimônio Indígena, sem prévia audiência da União e do órgão de proteção ao índio.

Art.64. Vetado

Parágrafo único. Vetado.

Art.65. O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas.

Art.66. O órgão de proteção ao silvícola fará divulgar e respeitar as normas da Convenção 107, promulgada pelo Decreto nº 58.824, de 14 de julho de 1966.

Art.67. É mantida a Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967.

Art.68. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1973; 152º da Independência e 85º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Antônio Delfim Netto

José Costa Cavalcanti.

Publicado no Diário Oficial de 21 de dezembro de 1973